

A RUA NOVA DO PORTO (1395-1520): SOCIEDADE, CONSTRUÇÃO E URBANISMO

(Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade do Porto)



Porto

2010

Índice

1. Introdução	5
2. História da Rua Nova – Visão e perspectivas	11
2.1. O Antes.....	11
2.2. O Depois	18
3. As fontes e as perguntas.....	23
4. A Vida da Rua Nova	26
4.1. O espaço e a envolvente	30
4.2. As casas – construção corrente	37
4.3. As Gentes	52
4.3.1. Os contratos e rendas das casas na Rua Nova.....	58
4.3.2. Proprietários e arrendatários.....	72
5. Conclusões.....	86
6. Fontes e Bibliografia.....	89
ANEXOS	93

Índice de plantas

Planta 1 – Planta Medieval do Arquivo Histórico Municipal do Porto.....	93
Planta 2 – Planta da Rua Nova de José Ferrão Afonso	95
Planta 3 – Parte da actual Rua Infante D. Henrique	95
Planta 4 – Planta de W. B. Clarke (1834)	96
Planta 5 – Pormenor a preto e branco da Planta 4.....	96

Índice de quadros

Quadro 1 – Rendas das casas da Rua Nova.....	59
Quadro 2 – Aumento das Rendas da Rua Nova	63
Quadro 3 – Casa n.º 1	97
Quadro 4 – Casa n.º 2	98
Quadro 5 – Casa n.º 3	99
Quadro 6 – Casa n.º 4	100
Quadro 7 – Casa n.º 5	101
Quadro 8 – Casa n.º 6	101
Quadro 9 – N.º 7 – relativo a umas boticas que estavam junto ao chafariz da Rua Nova	102
Quadro 10 – Casa n.º 8	102
Quadro 11 – Casa n.º 9	104
Quadro 12 – Casa n.º 10	105
Quadro 13 – Casa n.º 11	107
Quadro 14 – Casa n.º 12	108
Quadro 15 – Casa n.º 13	109
Quadro 16 – Casa n.º 14	110
Quadro 17 – Casa n.º 15	111
Quadro 18 – Casa n.º 16	111
Quadro 19 – Casa n.º 17	112
Quadro 20 – Casa n.º 18	113
Quadro 21 – Casa n.º 19 – Casa parcialmente desaparecida com a posterior abertura da Rua de S. João.	114
Quadro 22 – Casa n.º 20	115
Quadro 23 – Casa n.º 21	116
Quadro 24 – Casa n.º 22	118
Quadro 25 – Casa n.º 23	119
Quadro 26 – Casa n.º 24	119
Quadro 27 – Casa n.º 25	120
Quadro 28 – Casa n.º 26	121
Quadro 29 – Casa n.º 27	122

Quadro 30 – Casa n.º 28	123
Quadro 31 – Casa n.º 29	123
Quadro 32 – Casa n.º 30	124
Quadro 33 – Casa n.º 31	125
Quadro 34 – Casa n.º 32	125
Quadro 35 – Casa n.º 33	126
Quadro 36 – Casa n.º 34	127
Quadro 37 – Casa n.º 35	128
Quadro 38 – Casa n.º 36	131
Quadro 39 – Casa n.º 37	131
Quadro 40 – Casa n.º 38	132
Quadro 41 – Casa n.º 39	133
Quadro 42 – Casa n.º 40	133
Quadro 43 – Casa n.º 41	134
Quadro 44 – Casa n.º 42	135
Quadro 45 – Casa n.º 43	136
Quadro 46 – Profissões dos foreiros	137
Quadro 47 – Profissões dos restantes moradores	138
Quadro 48 – Número de foreiros por profissão	140
Quadro 49 – Número de moradores por profissão	141

1. Introdução

A presente dissertação, inserida no âmbito do Mestrado em História Medieval e do Renascimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tem como pano de fundo a afamada Rua Nova, na cidade do Porto, nos séculos XV e XVI, mais precisamente entre o ano de 1395 e o de 1520. Pretende-se com este trabalho clarificar qual o seu papel no período medieval, qual a sua aparência, limites e contextos, quais as figuras que lhe deram vida e de que modo se integrava no sistema de organização do burgo, com os seus diversos serviços e estatutos sociais.

O nosso fio condutor foi, sem dúvida, a tentativa de olhar para este tema numa perspectiva diferente, já que tanta tinta foi gasta no que toca à cidade do Porto e a esta rua medieval. Foi nossa intenção percorrer um caminho mais específico, conhecer uma micro-realidade e tentar reconstituí-la o mais seriamente possível. Era de tal modo ambiciosa esta nossa ideia que o pretendido era que se conseguisse vivenciar no nosso imaginário cada recanto deste espaço, cada edifício – fosse ele público ou particular –, cada viela e cada passo dado pelas gentes que o povoaram. Esperamos verdadeiramente que, no fim, tenha sido possível ao leitor, tal como a nós, aproximar-se um pouco mais do fascínio que a Rua Nova, tão formosa para o nosso monarca D. João I, deixou claro na documentação régia que estudámos.

É nisto que se fundamenta a nossa tese, ou seja, dar a conhecer o recheio do arruamento mais célebre da época, o mesmo que ofereceu à zona ribeirinha um crescente prestígio. Tentámos colmatar a nossa curiosidade em perceber como funcionou, de facto, a construção desta rua que, se prolongou por quase um século; quais os desejos e exigências do monarca perante a sua “nova aquisição”; como se desenrolava o sistema de contratos de aforamentos, emprazamentos e arrendamentos – cremos ter mesmo existido um “mercado imobiliário” bem mais sério e complexo do que imaginávamos para a época. Foi ainda nossa intenção realizar um estudo mais profundo sobre estes foreiros e moradores, no que respeita às suas profissões e cargos, o seu estatuto social e, se possível, compreender qual a sua intenção ao estabelecer-se na zona, pois não acreditamos que, nalguns casos, tenha

sido apenas pelo prestígio. Por fim, gostaríamos de poder reconstituir fisicamente a Rua Nova, com os seus edifícios públicos e residências – com os respectivos moradores, sempre que possível –, a sua disposição e espaços, como produto final de toda a informação que nos foi permitido reunir.

Decidiu-se organizar este nosso trabalho em sete capítulos, cujos subcapítulos nos ajudaram a simplificar a árdua tarefa de saber onde colocar devidamente a informação, e permitem ao leitor realizar uma leitura mais orientada e coesa. Esta divisão foi realizada tendo em conta os assuntos tratados, desejando apresentar os mesmos de uma forma ordenada e lógica.

Assim, temos uma Introdução que se apresenta como fundamental neste nosso trabalho, pois nela se resumem todos os nossos objectivos estabelecidos para este estudo, metodologias e fontes documentais utilizadas.

O segundo Capítulo não é mais do que um enquadramento da temática que escolhemos, para que o leitor não se sinta à margem do que aqui se afirma, discute e questiona. Trata-se de uma simples exposição de noções, talvez já conhecidas de um modo geral, de conceitos e realidades medievais. Acreditámos que, ao elaborar este capítulo, seria com menor dificuldade que, tanto nós como o leitor, compreenderíamos de que maneira e em que aspectos a Rua Nova se distinguiu e que protagonismo assumiu perante o panorama geral do Porto medieval. Ao fazê-lo, deixamos transparecer uma tarefa importante e fundamental na elaboração do nosso estudo. Optámos por apresentar o cenário anterior e posterior à abertura da Rua Nova, com informação que conhecemos através de estudos elaborados por diversos investigadores, a qual complementamos com os dados adquiridos ao longo do nosso trabalho. Pareceu-nos interessante e, de certo modo, importante compreendermos que tipo de espaço tínhamos e de que forma se alterou com a construção da rua e com toda a concepção de urbanismo que foi tomada em conta. Importa-nos perceber em que moldes foi esta rua estruturada, em que sentido é que foi verdadeiramente uma inovação, que marcas deixou, que outras obras inspirou, que urbanismo

deixou para trás e, também, que vestígios ainda aí permanecem desde então.

Intimamente relacionado com o capítulo anterior, surge um outro sobre as fontes documentais e as questões suscitadas durante esta investigação. Apresentámos as limitações inerentes à fonte principal pela qual optámos e se tornou a nossa base documental por excelência. Conscientes do que isto implicaria, sempre acreditámos que reuniríamos informação pertinente e, principalmente, de valor para completar em determinados aspectos a História deste burgo medieval.

Ainda no mesmo ponto, chamamos a atenção para a falta de documentos mais específicos, como por exemplo, relativos a obras públicas – seria interessantíssimo e de uma enorme preciosidade termos a possibilidade de analisar documentos que acompanhassem mesmo a abertura e construção da Rua Nova, apresentando os condicionalismos e projectos; despesas; motivações; fases de construção (se é que, verdadeiramente, as teve) e como é que estas se distribuíram; se, de facto, se procedeu à expropriação das terras e, se sim, como é que ela se desenrolou; se existiram trabalhos de preparação e terraplanagem, etc. Podíamos continuar a apresentar uma série de temas que gostaríamos de encontrar na documentação, mas infelizmente não temos essa oportunidade, portanto não nos podemos agarrar aos “ses”, mas sim tentar aproveitar o máximo possível que temos, não esquecendo que esta situação – de falta de documentação específica – acontece na maioria dos casos de cidades portuguesas.

Por último, ainda neste terceiro capítulo, expomos o tipo de documentos que reclamaram a nossa atenção, apresentando o número real de quantos analisámos, para que se compreenda o carácter restrito e limitado da nossa investigação. Para não cairmos no erro de pensar que conhecemos por completo a história da Rua Nova, admitimos as dificuldades mais evidentes que se atravessaram no nosso caminho, funcionando como verdadeiros obstáculos à formulação de conclusões sólidas, que tantas vezes se mostraram complicados de contornar, senão mesmo impossíveis, em determinados casos.

No quarto capítulo, foi nossa intenção apresentar, *grosso modo*, a vida da e na Rua Nova; daí ter-se tornado no capítulo mais denso de toda esta dissertação. Pretendemos enquadrar a Rua Nova no seu ambiente e, portanto, tornou-se imperativo, pelo menos para nós, mostrar os aspectos fulcrais da rua medieval, com todas as funções que abarcava e de que maneira era entendida pelo homem medieval, para compreendermos de que forma apareceu a Rua Formosa e que impacto causou. Após essa resumida contextualização, dividimos esta temática em três pontos essenciais: o espaço e envolvente; as casas; e as gentes – neste último, dividimos em duas sub-temáticas: os contratos e as rendas das casas da Rua Nova; e os proprietários e arrendatários. Considerámos que, desta forma, se tornava mais clara a informação que reunimos e trabalhamos ao longo desta investigação.

Em forma de conclusão, apresentaremos as ideias fundamentais que conseguimos reunir e nos empenhámos por esclarecer ao longo de todo o nosso estudo. Tentámos dar uma visão diferente da Rua Nova, discutindo algumas ideias que eram tomadas como certas sobre esta temática. Não querendo de modo algum tomá-las como erróneas, mas mostrar que a História, com toda a sua investigação é precisamente isto, uma página aberta que nunca estará acabada, e um acumular de conhecimentos e estudos constante e humilde.

Tivemos como base documental os cinco Livros do Além Douro da Leitura Nova, da Torre do Tombo. Dentro do elevado número de documentos que cada livro contém, e que vimos um por um, limitámo-nos apenas a transcrever aqueles que nos interessavam em particular para este assunto, ou seja, todos os que nos remetiam para a Rua Nova, directa ou indirectamente, ou para as ruas adjacentes. Assim, recolhemos todo o tipo de contrato – aforamentos, emprazamentos e arrendamentos –, na esperança que nos pudessem fornecer informação útil para a nossa ambiciosa tentativa de reconstruir a Rua Nova, nos limites cronológicos definidos.

Após termos esta tarefa concluída, para além da bibliografia especializada que fomos absorvendo durante todo este período de investigação e elaboração da tese, passámos a um outro objectivo ao qual

nos propusemos: analisar o trabalho elaborado por investigadores do Arquivo Histórico Municipal do Porto, que se baseia numa caracterização exaustiva do Quarteirão através de documentação do século XVIII, no âmbito do que se costuma chamar a “História regressiva”.

Estabelecer um método para esta nossa investigação não se mostrou complicado. Sabíamos à partida que íamos tratar de uma micro realidade e que, portanto, toda a informação que procurávamos era específica e quase sempre directa. Não tínhamos tempo para mais. À medida que íamos avançando, a pressão do prazo “académico” tornava-se cada vez maior... Apesar de nos termos entusiasmado em seguir também outros caminhos, dentro desta mesma temática, algo foi mais firme – o prazo de entrega.

Assim, optámos por um método simples. Ler bibliografia especializada, transcrever e estudar contratos sobre as casas da Rua Nova e tudo o que demais nos aparecesse relacionado, através dos documentos da Leitura Nova, e deles retirar o máximo de informação possível. Mais tarde, em conversa com o Doutor Manuel Real, considerámos interessante analisar o referido trabalho do Arquivo Histórico Municipal do Porto, aqui já não transcrevendo a documentação do século XVIII, mas apenas reunindo as parcelas que nos interessavam e analisar a informação e documentação disponível para cada uma delas, nesse mesmo estudo.

Após a recolha de informação, mostrou-se imperativo trabalhá-la. Criámos uma base de dados para a informação que cada documento possuía, segundo o questionário que estipulámos, enquadrado na própria estrutura do documento, e várias tabelas para diferenciar os sub-temas que nos interessavam. Iniciámos desde cedo o trabalho das confrontações tentando estabelecer o maior número de ligações possível. Esta sim, nem sempre se mostrou uma tarefa fácil... Contudo, foi a nossa predilecta.

Durante todo este percurso, penso que seria inevitável haver uma série de agradecimentos a fazer. Tarefa fácil mas simultaneamente bastante complexa, isto porque é com todo o prazer que demonstro o meu reconhecimento a todos os que me ajudaram e acompanharam neste longo,

e por vezes tortuoso, caminho; mas não seria, de maneira alguma, justo cair no esquecimento de algum nome ou instituição. Começo por referir a minha família que me deu a possibilidade de fazer este mestrado e sempre me apoiou tanto financeiramente como no trabalho que ia desenvolvendo. Sempre exigiram que desse o meu melhor e que não fugisse à responsabilidade a que me tinha comprometido. Imediatamente a seguir vem, como não podia deixar de ser, o orientador, o Prof. Doutor Luís Miguel Duarte, pois temos a perfeita consciência de que nada do que aqui expusemos teria sido possível sem o seu empenho e dedicação; as suas palavras sábias e reconhecidas; as motivações constantes; o olhar atento com que nos ouvia, fosse com os nossos sucessos ou os nossos deslizes; o seu importante saber sobre a cidade do Porto e sobre a Rua Nova, e toda a sua paciência perante as nossas dúvidas e incertezas. Sempre nos pressionou a fazermos a dissertação de mestrado com prazer e calma, mesmo sabendo que o tempo apertava e eram mais as perguntas do que as respostas. Um sincero e importante Obrigada por nos fazer apreciar o nosso próprio trabalho.

Um sincero Obrigada ao Doutor Manuel Real, que foi incansável na sua preciosa ajuda, disponibilizando-se para tudo o que fosse necessário, com quem mantivemos boas e fundamentais conversas sobre o Porto, a Rua Nova e sobre tudo o que se passava em redor da Casa do Infante, e até mesmo o que lá existiria antes de tudo isto. Através dele, enquanto director do Arquivo Histórico Municipal do Porto, tivemos também acesso a uma série de publicações e estudos que nos interessaram bastante.

Um agradecimento institucional à Universidade do Porto, especialmente, aos docentes do mestrado em História Medieval e do Renascimento, pela amabilidade com que sempre nos receberam e se disponibilizaram para nos ceder bibliografia e nos “resolver” algumas dúvidas.

Por fim, mas não menos importante, um reconhecimento extremamente profundo a todos, sem excepção, que compreenderam as minhas ausências e os meus desânimos, mas viveram também comigo as minhas vitórias e entusiasmos, como se fossem deles mesmos, ao longo deste período de intenso trabalho de investigação. Muito Obrigada.

2. História da Rua Nova – Visão e perspectivas

2.1. O Antes

Ao desenvolvermos este nosso trabalho tornou-se mais que essencial conhecer o cenário existente no espaço que viu crescer a Rua Nova. Temos conhecimento, através de alguma informação contida em documentos anteriores a 1395 e à decisão “política” da sua construção, que já existia aqui um quotidiano, que este espaço já era palco de um conjunto de actividades e vivências que remontam ao período romano, pelo menos.

Com o contributo de preciosas trocas de ideias com o Doutor Manuel Real, tivemos a possibilidade de conhecer alguns aspectos interessantíssimos sobre como se organizou a ocupação romana, e também, que foi precisamente nesta zona que se estabeleceram o forum, as termas, habitações, etc., da época romana. Esta ideia foi corroborada pelas as diversas intervenções arqueológicas de que tem sido alvo esta área do centro histórico.

Temos portanto, a título de exemplo, uma intervenção realizada num edifício na actual rua Mouzinho da Silveira (habitação nº 56)¹. Nela, entre outros vestígios, pôs-se a descoberto um muro que apresentava uma técnica construtiva romana e/ ou tardo-romana, e um piso que funcionou articuladamente com esse muro, ainda que se tenha concluído, a partir da cerâmica encontrada – a qual nos remete para uma cronologia que oscila entre o final do período romano e a fase inicial da Alta Idade Média – que não terá sido o piso primitivo daquela construção. O aparecimento de cerâmica castreja, materiais romanos e tardo-romanos, e peças que remontam à Alta Idade Média e centúrias seguintes, fornece-nos o fundamento para o que apresentamos neste ponto. Interessante é atentar na nota que C. A. Brochado de Almeida nos deixou ao referir exemplos cerâmicos paralelos surgidos em diversos conjuntos de intervenções arqueológicas realizadas,

¹ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro M. D. Brochado de, *Vestígios romanos encontrados na Rua Mouzinho da Silveira – Porto*, Revista Portugalia, Nova Série, vol. XXIII, 2002.

por exemplo, no Campo 24 de Agosto, na Casa Ramos Pinto, em Gaia e na Casa do Infante².

Já na época medieval, em datas anteriores mais próximas do período que estamos a analisar, possuímos também algumas referências documentais. Em 1364, já temos um aforamento³ de umas casas da Coroa nesta zona do centro do Porto, as quais partiam “com seu almazem e com a carreira que vay para as almoinhas e com a rua pública que vay para as Cangostas...”. Esta passagem fornece-nos alguns dados interessantes – que existiam naquele espaço umas hortas, e já se fazia referência às Congostas, em 1364 – provavelmente, a rua seria muito anterior. Não menos interessante é a constatação de Ferrão Afonso – na doação ao Cabido de uma dessas hortas feita por Afonso Domingues, tabelião – de que, nove anos mais tarde, se continua a fazer referência a esse mesmo caminho e hortas e, ainda, a alguns edifícios que existiam as suas imediações: “...jazia atrallo almazem⁴ da dita cidade e partia de hum cabo com a veela que vay por a par do dito almazem por has ditas almunhas e do outro cabo partia com a almuna de Pero Anes pregoeiro por seu vallo e doutro cabo partia por o pedral e canavial que foy de Gonçalo Anes Belleagoa e doutro cabo com a torre de Estevão Lourenço e pello rio de Vila na qual almunha estava hum casa de pedra contra o rio de Vila...”⁵. Esta passagem é de extrema relevância pois indica-nos três nomes de figuras portuenses que já circulavam por esta zona e escolheram a mesma para local de residência. Aliás, pelo menos Estevão Lourenço ainda é referenciado nos documentos que analisámos, mesmo que indirectamente – através um aforamento de umas casas da Rua Nova a Vasco Anes, seu criado, datado de 1454⁶ e numa venda de um foro, em 1470⁷.

² ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro M. D. Brochado de, *Vestígios romanos encontrados na Rua Mouzinho da Silveira – Porto*, Revista Portuguesa, Nova Série, vol. XXIII, 2002, p. 17.

³ *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1984, p. 481.

⁴ Este armazém é a Alfândega.

⁵ Referido por AFONSO, José Ferrão, *A Rua das Flores no séc. XVI, Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*, vol. I, F.A.U.P. Publicações, Porto, 2000, p. 72. A transcrição é retirada de A.D.P., *Cabido*, nº 804, *Sentenças*, fl. 10.

⁶ A.N.T.T., *Leitura Nova*, Além Douro, liv. 3, fls. 293 – 294.

⁷ A.N.T.T., *Leitura Nova*, Além Douro, liv. 4, fls. 25v – 27.

Neste espaço, possuímos ainda referências a outras ruas, que já teriam alguma circulação de pessoas e mercadorias, assim como a espaços públicos e outros “virgens”, com vegetação. Quanto às primeiras, temos as ruas de S. Nicolau e a rua pública da Ribeira, que de momento desconhecemos qual seria – nas quais Magalhães Basto menciona a existência de várias casas, em 1316⁸. Segundo Ferrão Afonso, a zona a ocidente da actual Rua da Reboleira já apresentava alguma relevância no século XIV, o que de alguma maneira vem esclarecer a orientação da Rua Nova. Contudo, o investigador sublinha que a mesma situação não era visível a nascente desse mesmo arruamento, fundamentando-se numa passagem de um documento da Leitura Nova, a qual refere somente a “Rua da Fonte Dourina que vai direita para Miragaia”⁹.

Quanto aos espaços públicos que nos sugerem espaços de vegetação, olhemos à designação de Reboleira. Tem-se vindo a ponderar a ideia de zona arborizada e, há investigadores que vão mais longe, considerando que pode significar uma área mais densa de mata ou de castanheiro bravo¹⁰. Ferrão Afonso considera ainda que a designação Vale-de-Pegas remete também para uma zona arborizada, mas não apresenta as razões que o leva a sustentar esta ideia. Conhece-se para este topónimo, um aforamento de um chão para ali se fazerem umas casas, no ano de 1387. Para a Reboleira, excluindo esta zona “verde”, não possuímos documentação referente a aforamentos que antecedessem a centúria de Quatrocentos, o que nos leva a acreditar que só no decorrer do século XV, provavelmente com a abertura da Rua Formosa, esta zona terá alguma organização em termos urbanísticos. No entanto, gostaríamos de colocar a hipótese de a madeira proveniente desta área ter sido aproveitada para os ofícios da construção naval e tanoaria, tendo sido este um dos motivos para os mesterais deste último se terem fixado nesta zona. Pretendemos deixar claro que não passam de ideias hipotéticas, não tendo fundamentos suficientemente seguros para serem algo mais do que isso.

⁸ BASTO, Artur de Magalhães, *Desenvolvimento Topográfico da Cidade – Sécs XII-XV*, in *História da Cidade do Porto*, vol. I, Porto, 1962, p. 128.

⁹ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, Liv. 2, fl. 93v (20 Julho, 1388).

¹⁰ FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e, *Toponímia Portuense*, Matosinhos: Contemporânea, 1999, p. 295.

Por último, gostaríamos apenas de mencionar o “Ressio da Ribeira”, onde já decorriam algumas e variadas actividades aquando do aparecimento da nova rua, tais como a venda de peixe e pão, descarga de madeira, etc. – observamos uma alusão a este panorama em documentos de 1392. Não tinha ainda a função de Praça onde se desenrolava o mercado da cidade, mas caminhava nesse sentido.

Outros elementos pré-existentis neste espaço que temos vindo a analisar foram detectados ao longo da nossa investigação, mas considerámos de maior pertinência inseri-los um pouco mais adiante, quando falarmos das alterações que se fizeram notar na área estudada.

Ocupemo-nos agora com a Rua Nova propriamente dita, apresentando algumas das circunstâncias que a fizeram nascer e fazendo o ponto da situação da sua historiografia, para compreendermos qual é, na verdade, o nosso ponto de partida e tentarmos não cair numa repetição da informação já adquirida por diversos investigadores. Ao apresentarmos um breve historial sobre a Rua Nova, pretendemos – e pareceu-nos conveniente, de certa forma – relembrar alguns dos aspectos que acompanharam o fenómeno urbano do Porto medieval, de maneira a inscrevermos a rua em estudo no espaço e contexto de que foi, indiscutivelmente, parte integrante.

O Porto, outrora senhorio eclesiástico, vai sofrer grandes alterações após as estadias de D. João I, uma das quais para celebrar o seu casamento. Pouco tempo depois da sua terceira e muito longa estadia, em 1394, o monarca deu início à construção da Rua Nova nos terrenos que alguns investigadores consideram “subtraídos à jurisdição Episcopal”¹¹, mas que apenas parcialmente, na minha opinião, o terão sido. Para além de querer retribuir à cidade do Porto o quanto ela fez e apoiou para que o Mestre de Avis chegasse onde chegou, o monarca pretendia construir na zona uma rua que fosse digna de ser designada como património régio e que fosse palco de uma crescente vivacidade e actividade que se fazia notar; portanto, seria uma rua larga, comprida e arejada.

¹¹ MARQUES, José, *Património Régio na Cidade do Porto e seu Termo nos finais do século XV*, Actas do Colóquio “O Porto na Época Moderna” II, *Revista de História*, vol. III, Porto, 1980.

Não é fácil definir com certeza a cronologia da Rua Nova, mas aponta-se para a última década do século XIV, tendo em conta o primeiro documento que lhe faz referência datar de 31 de Outubro de 1395; ainda que tenhamos um contrato de emprazamento de 6 de Junho de 1395 (ver quadro, casa n.º 35), nele ainda não é referido o nome da Rua Nova, isto é, os terrenos já eram propriedade régia, mas ainda não estaria ali construída a Rua Formosa. Assim, o nosso documento mais antigo é um aforamento a Mem Cerveira, criado de D. João I, a 7 de Junho de 1411¹² e, logo a seguir, um aforamento a Afonso Anes e Catarina Gonçalves, que data de 28 de Setembro de 1411¹³. É compreensível este facto se tivermos em conta o espaço de tempo que vai desde a decisão do monarca e a construção de casas, para depois serem aforadas. Mas não podemos afirmar com certezas que não existiram contratos anteriores a esta data, até porque Ferrão Afonso aponta, num dos seus trabalhos, o ano de 1406, como sendo o início do pagamento dos foros das casas da Coroa nesta rua, destinados ao pagamento deste terreno, outrora pertencente ao Cabido, ao bispo D. Gil Alma¹⁴.

Já muito se escreveu sobre este tema no que respeita ao património régio e eclesiástico, às questões financeiras e urbanísticas. Quando se fala em Porto medieval é quase inevitável referir-se a Rua Nova, até porque já foi matéria de estudo para diversos trabalhos, destacando os de José Marques¹⁵; e os de Luís Carlos Amaral e Luís Miguel Duarte¹⁶; os de Manuel Real, Artur de Magalhães Basto e José Ferrão Afonso – importantes contributos para a História do centro histórico portuense, nomeadamente sobre a zona ribeirinha, particularizando a rua Nova – e, mais gerais, os de Armindo de Sousa, por exemplo.

¹² A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fls. 283v – 285.

¹³ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 184v – 185v.

¹⁴ AFONSO, José Ferrão, *A construção de um novo centro cívico: Notas para a História da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV*, Museu, IV série, nº 9, 2000, p. 29.

¹⁵ MARQUES, José, *Património Régio na Cidade do Porto e seu Termo nos finais do século XV*, Actas do Colóquio “O Porto na Época Moderna” II, *Revista de História*, vol. III, Porto, 1980.

¹⁶ AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel, *Os Homens que pagaram a Rua Nova – Fiscalidade, Sociedade e Ordenamento territorial no Porto Quatrocentista*, *Revista de História*, vol. VI, Cap. I, Centro de História da Universidade do Porto, I.N.I.C., Porto, 1985.

Como se sabe, esta rua teve variadíssimos nomes ao longo dos tempos, como acontece com uma série de outras ruas – aliás, esta foi “roubar” o nome à actual Rua Escura – mas apenas dois são utilizados entre os séculos XV e XVI: Rua Nova e Rua Formosa. Foi por muito tempo considerada a “jóia da cidade”, tornando-se o modelo de projectos urbanísticos vindouros e, sem dúvida, veio personalizar a zona ribeirinha. Segundo vários historiadores e escritores foi, durante séculos, uma das ruas mais afamadas do Porto, pois admirava pelas suas dimensões e também pelo luxo das casas nela construídas. Como já foi sugerido, grandes ruas, como a Rua Nova, dificilmente se encontra “mais do que uma por povoação”¹⁷. Esta rua que inovou, não só por ser muito larga e muito comprida mas também por ser rectilínea e quase plana, ia desde a Rua dos Mercadores até ao Convento de S. Francisco.

Não nos podemos esquecer de que o prestígio e importância de uma rua, tanto nos tempos medievais como nos de hoje, advêm da sua posição geográfica em relação à cidade, das ruas e edifícios com que comunica, dos meios de ligação que fornece, das actividades que nela decorrem e, finalmente, das pessoas que nela moram ou que, de algum modo, com ela se relacionam. Não nos passe despercebido, portanto, que a Rua Nova é construída numa zona que estava em galopante desenvolvimento, devido à sua proximidade com o rio e aos negócios que ali começaram a proliferar. Teremos em conta, também, que nas imediações se encontravam a Casa da Moeda, a Alfândega do Rei, a Casa dos Contos, a Bolsa de Mercadores, o Paço dos Tabeliães, a Casa do Ver-do-Peso, o Convento de S. Francisco e o Convento de S. Domingos.

Foi, portanto, um cenário que propiciou um estudo mais aprofundado, que atraiu muitos investigadores e nos deixou um ponto de partida, ou seja, ideias e considerações sobre a rua Formosa, das quais concordamos com algumas e discordamos de outras, como adiante esclareceremos.

¹⁷ AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel, Os Homens que pagaram a Rua Nova, ..., p. 10.

Pouco se sabe, até à data, sobre como se distribuíam, se é que isso acontecia, os diversos ofícios e negócios na Rua Nova. Sabe-se – e Arnaldo Melo elaborou um importante e interessante estudo sobre isso¹⁸ – que existiam mesteres que não deviam ser realizados na cidade, mas sim nos arredores; no entanto, não é dado adquirido dizer que esta ou aquela profissão não podia ser exercida na própria rua. Mais à frente iremos colocar algumas questões, ideias e propostas, que nos parecem pertinentes sobre este assunto.

Quanto à construção existente, pensa-se que as casas que aí se encontravam eram de arquitectura e construção de luxo, todas idênticas entre si, feitas na sua maioria de “madeira telha e pedra”; e a sua dimensão também não deveria ser muito distinta. Conceição Falcão escreveu, já em 1997, que o “máximo de crescimento em altura não ultrapassou, até aos finais de Trezentos, o nosso conceito de casa com rés-do-chão, e dois pisos”¹⁹. Observámos um caso, na Rua Nova, junto a S. Nicolau, de uma casa à qual não foi concedida a possibilidade de possuir um segundo sobrado. Há alguns investigadores que sustentam a ideia de que esta proibição demonstra uma certa vontade de criar um nivelamento dos alçados, o que nos leva a pensar que a rua não seria assim tão nivelada como se tem vindo a afirmar, ao longo dos tempos. Acrescentamos no fundamento desta hipótese, a existência de um “vallo” na Rua Nova que, segundo Ferrão Afonso, seria uma espécie de barranco que sugere um desnível²⁰.

A uniformidade não era apenas visível no número de sobrados. Pensamos poder falar de toda uma construção e divisão homogénea, fundamentando a nossa ideia com expressões tais como “lhas acabassem de todo o que lhes fosse compridoiro segumdo o que se fez aas outras casas que na dita Rua Nova ja sam fectas” ou “fossem feitas e acabadas e corregidas de todo pomto assi como eram feitas as outras que estavam na dita rua”. Denota-se um interesse pela igualdade no padrão, talvez para

¹⁸ MELO, Arnaldo de Sousa, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto*, c. 1320 – c. 1415, tese de Doutoramento, vol. I, Braga, 2009.

¹⁹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Guimarães ‘duas vilas, um só povo’* – Estudo de História Urbana (1250-1389), tese de Doutoramento, Braga, 2010, p. 340.

²⁰ “...partia com a almunha de Pero Anes pregoeiro por seu vallo” – A.D.P., *Cabido*, nº 804, *Sentenças*, fl. 10. In AFONSO, José Ferrão, *A construção de um novo centro cívico...*, 2000, p. 30 e 32.

marcar um tipo de arquitectura, acabamentos, materiais e, aparentemente, de uma certa organização de compartimentos.

2.2. O Depois

Num último passo deste Capítulo, pareceu-nos pertinente apresentar algumas das alterações que a Rua Nova provocou no espaço onde tomou lugar. Revestiu-se de um impacto tal que muitas das mudanças subsequentes permanecem até aos dias de hoje.

Assim, devemos lembrar que o projecto que foi pensado e desenhado era bastante ambicioso. Ou seja, construir um arruamento rectilíneo em plena malha urbana do Porto, caracterizada – como ainda hoje – pela sinuosidade típica das suas ruas, foi algo pensado para se fazer notar. Pretendia-se que aquela rua fosse o símbolo do prestígio e do poder que se devia respeitar num monarca; foi sem dúvida a marca de excelência do grande passo que se começava a dar no processo levado a cabo relativamente ao património régio no burgo portuense.

A concretização de tamanho projecto impunha diversas condições. Entre elas destaca-se o consequente alargamento de ruas pré-existentes – o caso da rua das Congostas – ou as que muito mais tarde se abriram, tal como Mouzinho da Silveira – não a actual, mas a via primitiva. Neste sentido, foram sendo destruídos os edifícios que ultrapassassem a linha recta definida, num processo que desconhecemos.

Entre o inextricável panorama de ruas, estreitas na sua maioria, com a sua conhecida irregularidade e imundície, começam-se a evidenciar algumas mais amplas e com um traçado mais “racional”, como será o caso, após 1521, da Rua das Flores.²¹

Um espaço que nos chamou bastante a atenção foi toda a zona que envolvia o **rossio**, o **forno** e o **arco grande**. Podemos afirmar, fundamentando-nos na documentação, que estes três elementos são anteriores à abertura da Rua Formosa, mas também contemporâneos com a

²¹ OLIVEIRA, J. M. Pereira de, *O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimento*, vol. I, Coimbra, Instituto da Alta Cultura – Centro de Estudos Geográficos, 1973, pp. 243-245.

mesma, pelo menos numa parte do período sobre o qual nos quisemos debruçar. Contudo, vão ver diminuída – se não anulada – a sua expressão e funcionalidade, com a organização urbanística que se pretendia com este novo arruamento.

Assim, comecemos por nos localizar. Temos, neste espaço, uma viela – referenciada desde o século XV – que se encontra nas traseiras das casas sitas na margem norte da Rua Nova, partindo do cruzamento com a Rua das Congostas. Esta viela encontra-se no mesmo local pelo menos desde há seis séculos e, ainda hoje, se pode observar entre a encruzilhada de caminhos existente no centro histórico da cidade invicta. Segundo vários autores, esta viela funcionava como uma rua de serviço e estaria, como é de supor, associada a um acesso que, através de um documento de 1411²², se pode considerar provável que fosse para a Bolsa de Mercadores que se previu existir, ainda que, neste momento, não tenha sido mais que um projecto. Esse mesmo documento é de uma riqueza extraordinária – não só para compreendermos este assunto, como também torna mais perceptível e completo, aos nossos olhos, a micro-realidade que se pretende trabalhar. Neste sentido, iremos transcrever algumas passagens de documentos e colocar algumas notas, em rodapé, pois consideramos que se torna mais simples o enquadramento do leitor na ideia que tentamos aqui transmitir²³. O **portal**, ao qual fizemos alusão, era formado pelo tal **arco grande**, tendo este sido escolhido como ideal – por não possuir loja e, portanto, não ser adequado para habitação – para se estabelecer a Bolsa dos Mercadores²⁴, na casa que aí existia. Curiosa esta ideia, pois elucida-nos acerca da existência de um processo, de algum modo rígido, na forma como se pensava a projecção habitacional da Rua Nova. Mais tarde, no ano de 1421 e nos que lhe seguiram, já assistimos ao aforamento de casas sobre este arco, pois foi-lhe acrescentada uma loja.

²² Documento parcialmente transcrito no trabalho de AFONSO, José Ferrão, *A construção de um novo centro cívico...*, 2000, p. 42. (A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fls. 4v – 7.)

²³ O referido documento – aforamento de umas casas ao tanoeiro Gonçalo Anes Adão – menciona “ho portal grande que foi estabelicido pera aa Rua das Camguostas”, entre as casas da Rua Nova. (A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fls. 4v – 7)

²⁴ Decidiu-se criar a Bolsa em 1402, mas foi apenas em 1412 que a mesma se instalou na Rua Nova.

Posteriormente, observa-se a demolição de umas casas no cabo nascente das Congostas, o que nos leva a pensar num outro aspecto: a importância que teve este arco e a sua consequente perda de interesse. Em primeiro lugar, tínhamos de perceber se foi projectado numa lógica moderna de articulação de espaços ou se apenas serviu para ceder passagem a um espaço público anterior. Esta segunda hipótese mostrou-se mais bem fundamentada; não só por nos parecer que faria sentido que o arco estabelecesse o acesso para o Rossio, como também algumas das intervenções arqueológicas, nesta zona, puseram a descoberto uma calçada que deve ser anterior ao século XIV e que passaria no local onde se encontrava o arco. Segundo Ferrão Afonso, parte desta calçada foi inutilizada – ainda antes da abertura da Rua Formosa – para a construção da Casa da Moeda.

Com o sucessivo fecho do arco, esta calçada deixou de ter utilidade, pois já não exercia a função para a qual possivelmente foi construída. Assim sendo, compreende-se agora a razão para a demolição da casa de que há pouco falávamos. Ou seja, se a passagem já tinha sido obstruída pelo acrescento da loja, tornava-se imperativo a abertura de uma nova viela a ocidente de acesso ao rossio e à rua de serviço de que falávamos há pouco.

Nesta zona que estamos a tratar, situava-se a **torre** de Estevão Lourenço, como anteriormente já foi por nós referido. Só a título de curiosidade e, para compreendermos que não é estranho verificarmos alterações nas plantas urbanas quando se trata de necessidades públicas e/ou particulares através do normal crescimento das cidades, acrescentamos que esta torre, mais tarde, já no século XVIII, e a casa da Rua Nova que lhe ficava na frente, foram demolidas para a construção da Feitoria Inglesa²⁵.

Vejamos ainda uma outra alteração que se fez notar aquando da nova construção. Tudo parece indicar que a formação da Praça da Ribeira como local de mercado, na concepção que hoje temos, esteja também relacionada com a abertura da Rua Nova. Só em 1401, ou seja, posteriormente à abertura da Rua Formosa, surge, julgamos que pela primeira vez, a menção expressa à Praça da Ribeira. E, como já referimos anteriormente, será tendo

²⁵ AFONSO, José Ferrão, *A construção de um novo centro cívico...*, 2000, p. 34.

em conta o exemplo daquela rua que se vai desenrolar o projecto de reconstrução da Praça²⁶ – não só no que respeita a pavimentação mas também ao prestígio que se lhe pretendia atribuir, talvez por ser um elemento de serventia da rua de D. João I²⁷.

Fátima Machado sustenta a ideia de que, na verdade, “das cinzas²⁸ nasceu um novo espaço mais amplo, mais racional e mais cuidado do ponto de vista urbanístico e estético”²⁹, porque, de facto, era isto o pretendido para este espaço e envolvente.

Não possuímos dados que nos permitam afirmar que o incêndio da Praça da Ribeira tenha atingido casas da Rua Nova, mas não retiramos por completo essa hipótese, visto que as casas eram, na sua maioria, construídas em madeira – assim como as da Rua Nova – e encostavam todas umas às outras. E se isto eventualmente aconteceu, levar-nos-ia a pensar na possibilidade de afinal as expressões tais como “casas que se estão a fazer” ou “que se ham de fazer” poderem não remeter para fases de construção da Rua Nova, mas sim, de reconstrução de casas desta mesma rua. No entanto, sabemos que em 1425 ainda existia espaço não construído: foi aforado a Lopo Fernandes um “chão” que, segundo o documento, estava devasso e nunca lá tinha sido feitas casas³⁰.

Há investigadores que não excluem na totalidade a hipótese de que este cenário seja proveniente de um urbanismo já pensado e organizado, com uma razão de ser, e não apenas motivado pelas necessidades do homem medieval. Assim, justificam esta ideia alegando as dimensões consideráveis do arco e que este, curiosamente, se encontra próximo do centro geométrico do lado norte da Rua Formosa; como se existisse a tendência de se criar um determinado arranjo simétrico. Ou seja, apresentam

²⁶ Após o incêndio de 1491/1492 que deflagrou nesta zona. Apesar de não conhecermos as proporções concretas do incêndio, sabemos que muitas bancas e casas foram reduzidas a cinzas.

²⁷ No trabalho de Maria de Fátima Machado, é referido que a “Câmara da cidade viu-se a braços com a necessidade de reconstruir um centro vital da actividade comercial e social portuense” e ainda que esta “se ora novamente fez por nobrecimento da cidade”. MACHADO, Maria de Fátima Pereira, *A Praça da Ribeira no Porto Manuelino*, Revista da Faculdade de Letras: História, série II, vol. 14, 1997, p. 233-234 (pp. 231-246).

²⁸ Queremos chamar atenção que este incêndio remete para o final do século XV.

²⁹ MACHADO, Maria de Fátima Pereira, *obra citada*, p. 233.

³⁰ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fls. 134v – 135v.

esta calçada que foi posta a descoberto, e que era perpendicular ao rio, como sendo o eixo de simetria em torno do qual se traçou a Rua Nova. Mas então podemos nós concluir que a Rua Formosa não foi, na sua totalidade, uma inovação extraordinária em termos urbanísticos, como sempre foi reconhecido? Terão estes homens aproveitado o que já existia para simplesmente criar uma rua larga e arejada? Serão estes dois adjectivos que dão a verdadeira originalidade à tão afamada Rua Formosa? Será, afinal de contas, um reaproveitamento dos eixos principais do mundo romano – tomando a rua Nova como *decumanus* e a rua dos Mercadores como *cardus* – para dar resposta ao desenvolvimento crescente da zona ribeirinha?

Podemos concluir então que, na verdade, existiram alterações importantes na planta da cidade, como consequência da abertura desta via. O que não podemos afirmar é que ela seja o reflexo de um urbanismo pensado e desenhado, radicalmente diferente do modo como se projectava o urbanismo anteriormente a 1395, pois existiam diversos factores favoráveis e, de certa maneira, apelativos para que o projecto da sua abertura, traçado e dimensões fosse daquela maneira e não de outra.

É curioso como por vezes complicamos o que pode ser bastante simples. Ou seja, para os homens medievais a construção daquela rua pode não ter sido algo de extraordinário como nós hoje imaginamos que poderá ter sido. Os edifícios que ali foram erguidos e todas as suas gentes é que poderão ter feito a verdadeira diferença! Não pretendemos com isto dizer que não terá tido a sua originalidade no traçado e na largura, por exemplo. Acreditamos que sim, mas talvez as alterações que provocou e a envolvimento que criou tenham tido bem mais impacto. Pensamos, portanto, que o que verdadeiramente marcou na História da Rua Nova foi o que tentámos descobrir ao longo da nossa investigação, e esperamos conseguir demonstrar da melhor forma.

3. As fontes e as perguntas

De um ponto de vista mais específico, o objecto de estudo não estava, desde o início, totalmente definido e estava dependente em larga escala ao que nos fosse permitido encontrar nas fontes. Quando a seguir explicarmos e caracterizarmos as fontes com que trabalhamos, sem dificuldade se compreenderá o porquê destes condicionalismos, aos quais não podemos fugir.

O que era importante definir era de que maneira queríamos trabalhar a Rua Nova, quais as principais vertentes que nos seria possível de analisar.

Portanto, quando definimos o tema de investigação como “a reconstituição do perfil da Rua Nova”, deve entender-se que nos referimos a um âmbito geral do estudo, porque desconhecíamos, em concreto, o que iríamos encontrar.

A cidade do Porto, não sendo excepção relativamente à quase totalidade das cidades portuguesas, não possui fontes directas e explicitamente relacionadas com as ruas que lhe deram vida e História, com as suas aberturas e construções, com todo o sistema de organização dos estabelecimentos de trabalho, determinando as suas limitações e obrigações, com dinâmicas do quotidiano, etc., nos períodos que remontam à Idade Média. Contudo, podemos aceder, mesmo que para nós se apresentem como casos de carácter excepcional, a determinados documentos que nos remetem para assuntos como, por exemplo, a permissão ou proibição da presença de certas classes sociais na cidade – possuímos apenas um documento que nos remete precisamente para esta questão, mas inserido num tombo de documentos de teor diversificado –, ou em determinada zona ou rua. Como é um documento singular, não podemos afirmar que exista alguma colecção específica e particular para tal informação, ou se existe é-nos totalmente desconhecida.

Como referimos anteriormente, a nossa base documental foram os cinco *Livros do Além Douro*, da *Leitura Nova*. Percorremos os 1263 fólios do princípio ao fim, mas apenas 96 documentos nos interessaram para o nosso estudo. Estando conscientes de que a fiabilidade destes documentos, copiados mais tardiamente, poderá não ser a mesma dos originais, decidimos

fazer um teste com alguns originais e constatamos que as diferenças não são notórias ou, pelo menos, não interferem com o conteúdo fundamental do texto. Os ‘erros’ prendem-se, particularmente, com um ou outro apelido trocado; por vezes, verificámos esta situação num mesmo documento, isto é, no início do contrato é referido e repetido um apelido e, pelo meio, surge um diferente...é o caso, por exemplo, do aforamento a João do Paço e sua mulher Senhorinha Gonçalves³¹: a determinada altura a mulher de João do Paço surge como Senhorinha Anes. Ainda sobre o mesmo casal, tudo nos leva a crer que se trata das mesmas pessoas pois as referências são as mesmas, é-lhe trocado outra vez o nome para Aldonça Rodrigues³².

Trabalhámos ainda com outras fontes documentais que se mostraram de uma relevância extrema para darmos ao nosso estudo um formato mais completo no que respeita aos edifícios da rua Nova, com as suas confrontações. Analisámos, por exemplo, alguns documentos dos livros do *Cofre dos Bens do Concelho*, estudados por vários dos investigadores que aqui enumerámos; assim como outros do *Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau*; documentos ainda da *Chancelaria de D. João I* e de *D. João VI* e da *Contadoria da Comarca do Porto*.

Assim, os documentos com que nos ocupámos são essencialmente aforamentos, emprazamentos, um arrendamento, doações, vendas e confirmações. Documentos que, para os homens da época, eram meros comprovativos, e que para nós representaram uma importante fonte de informação, tanto no que respeita à Rua Nova propriamente dita, ao que a constitui e o que significou para as gentes daquele tempo; como o que nos apresenta relativamente a episódios da vida quotidiana; quais algumas das resoluções dadas a problemas com as casas ou moradores, ou até, com heranças, para tentarmos conhecer mais de perto o mundo medieval. Dá-nos a hipótese de imaginarmos todo aquele espaço, encaixando as peças no local devido, através das suas entrelinhas, e permite-nos também reavivar um panorama totalmente medieval na cidade que conhecemos hoje.

O nosso principal objectivo nesta tese e em toda a investigação que levámos a cabo é, sem dúvida, reconstituir a Rua Nova ao longo de pouco

³¹ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fls. 300 – 301.

³² A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 140v – 142.

mais de um século. Ou seja, tentar definir as suas casas, os seus alinhamentos, os ritmos de construção, os foreiros, os ocupantes, as dinâmicas de propriedade; a possível existência de aluguer e subaluguer; e, por fim, as actividades económicas na rua.

Apesar da riqueza destas fontes, nem todas as referências à Rua Nova dão resposta às nossas muitas interrogações. As dificuldades prenderam-se, numa primeira fase, com a transcrição de alguns documentos, em parte danificados o que os tornou difíceis de ler aos nossos olhos ainda pouco treinados. Mais adiante, os problemas que se levantaram relacionaram-se com a informação proveniente dos documentos, principalmente as confrontações apresentadas. As ligações das casas, tanto no espaço como no tempo, demonstraram-se, tantas e tantas vezes, um nó que não conseguíamos desatar.

Tentaremos, no entanto, expor da melhor maneira possível a informação reunida e trabalhada, para que sejam perceptíveis ao leitor as nossas conclusões e hipóteses formuladas para que se deixe aventurar nesta micro realidade que tanto nos demonstra uma sociedade medieval como permite conhecer um pouco mais a mentalidade e pensamento próprio desta época.

4. A Vida da Rua Nova

Para se compreender todo o processo urbano que se desenrolou em redor desta zona ribeirinha, onde a Rua Nova, durante um determinado período, foi o centro das atenções e uma espécie de *ex-libris*, parece-nos essencial apresentar uma noção, ainda que breve e talvez redutora, do que foi e o que significava a rua na Idade Média.

É possível que seja questionável que o façamos neste capítulo e não no referente à História da Rua Nova. No entanto, consideramos que faria mais sentido do modo pelo qual optámos na medida em que, de seguida, nos iremos debruçar sobre um assunto mais específico, que é o espaço e a envolvente da Rua Nova, dentro de um macro espaço – a cidade do Porto. Portanto, não nos parece descabido, num mesmo capítulo, partirmos de algo geral para um aspecto específico, para que a leitura possa decorrer com maior fluidez.

Assim, vamo-nos debruçar sobre os aspectos que consideramos serem mais importantes e ilustrativos para se ter uma ideia de como era entendido o conceito de rua, neste período que estamos a estudar.

A rua foi deixando de possuir, no mundo actual, grande parte da importância que o quotidiano medieval lhe conferiu. Não é de estranhar que a sua fisionomia se tenha alterado, de acordo com o desenvolvimento da vida urbana e, conseqüentemente, muitas das suas funções se tenham deslocado para locais próprios³³ e crescentemente mais específicos, ao ritmo da burocratização exponencial das relações humanas. É mais que necessário vermos a rua como elemento ordenador do espaço urbano; e ao participar do dinamismo do processo evolutivo, é natural que se vá adaptando às exigências que vão surgindo e que lhe determinam novas formas e diversas atribuições. No entanto – e infelizmente a nosso ver –, somos obrigados a admitir que essa evolução se processou de modo a retirar ao conceito de rua o essencial do seu valor. Nenhum de nós, hoje em dia, espera que ela apresente a variedade e multiplicidade de momentos que o homem medievo

³³ Apesar de, já na época medieval, se verificar alguma organização no que respeita ao labor de artesãos e mesteiros, como podemos constatar na tese de Doutoramento de Arnaldo Melo - *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*, tese de Doutoramento, vol. I, Braga, 2009.

se lhe habituou a exigir, precisamente porque ela deixou de ser, como anteriormente, o lugar por excelência do ser humano, com tudo o que isso implica; ou seja, era o palco onde tudo se jogava e tudo se mostrava³⁴.

Esta é a noção que conseguimos reter a partir da análise de diversas observações até porque praticamente todos os trabalhos sobre esta temática referem as dimensões reduzidas das ruas medievais, descrevendo-as como sendo “acanhadas” e com um perfil “tortuoso e irregular”³⁵.

Deixemos, por momentos, a teoria e dediquemo-nos a uma visão mais prática deste assunto.

Em termos físicos a rua medieval era, em linhas muito gerais e directas, bastante estreita; sinuosa, na maior parte das vezes; com uma aparência escura e “entalada”.

Assim era, de facto. Mas este não era um panorama verificado somente no nosso país. A realidade estendia-se a quase todas as cidades medievais europeias. Aliás, Jean-Pierre Leguay, de acordo com a realidade francesa, anotou como raras as que atingiam os dez, doze metros de largura³⁶; em média, as suas dimensões oscilavam entre os dois e os cinco metros, sendo normal observar-se ruelas de um e dois metros³⁷. Isto deixa-nos a questionar como permitiam estes homens que as ruas fossem tão “claustrofóbicas” se, como afirma Iria Gonçalves, “a vida do homem medieval passava-se preferentemente ao ar livre”³⁸? Costa Lobo, por exemplo, faz idênticas referências quando se reporta às cidades, vilas e aldeias de todo o país³⁹. Já A. H. de Oliveira Marques, numa das suas obras, nos chama a atenção de que as ruas eram estreitas, não só em Lisboa, mas também nas

³⁴ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376 – 1520)*, dissertação de Mestrado, FLUP, Porto, 1987, p. 52. A autora adaptou a expressão citada por Bernard Chevallier, a propósito da representação da cidade no imaginário colectivo dos seus habitantes e sua relação com o quadro real, em “Le paysage urbain à la fin du Moyen Âge: imaginations et réalités”, in *Le paysage urbain au Moyen Âge*, Actes du XI^e Congrès des historiens médiévistes d’enseignement supérieur, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1981, p. 11.

³⁵ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Uma Rua de Elite ...*, p. 52.

³⁶ LEGUAY, Jean-Pierre, *La rue au Moyen Âge*, Paris, 1981, p. 11 a 16.

³⁷ Idem.

³⁸ Em GONÇALVES, Iria, *Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*, in *Estudos Medievais*, nº 7, Porto, 1986, p. 156.

³⁹ Vd. LOBO, António de Sousa Silva Costa, *História da sociedade em Portugal no século XV e outros estudos históricos*, Lisboa, Coop. Ed., História Crítica, 1979, p. 101.

outras cidades do país⁴⁰. E ainda temos também Iria Gonçalves que se debruçou sobre o mesmo assunto⁴¹.

Assumimos como nossa, então, a tarefa de reflectir um pouco sobre se estas ruas seriam, na realidade, estreitas para a época, deixando de parte a relatividade que este adjectivo implica, e tendo em conta que todo este acanhamento das vias tivesse sido condicionado – e intimamente relacionado – por diversos factores, nos quais normalmente se incluiu o envolvimento pela muralha; ou será que a própria largura normalmente utilizada era entendida como suficiente no momento da sua abertura? Segundo Conceição Falcão, “a justificação mais corrente imputa aos muros a responsabilidade das dimensões restritas das ruas, traçadas num plano que a cerca protectora limitara e apertara”⁴². Todavia, esta explicação só pode servir para nos mostrar o quão diferente foi a construção da Rua Nova, cujas ruas adjacentes não se deveriam designar por mais do que vielas, tamanha era a diferença de dimensão. Pensamos que, para esta zona, o traçado das ruas não ficou a dever-se, na maioria dos casos, à construção da muralha. Antes nos parece tratar-se da largura que a concepção de espaço e exigências coevas, faziam tomar como necessária e conveniente.

Como escreveu Oliveira Marques, fazia todo o sentido que D. Afonso IV, tendo a noção de que as necessidades da cidade de Lisboa iam notoriamente crescendo, estipulasse em 1329 que as ruas fossem “bem espaçosas que possam as gentes por elas andar e cavalgar sem embargo”⁴³. Uma vez mais, podemos constatar que, de facto, a largura de uma rua é uma noção essencialmente relativa. Os problemas que nós hoje colocamos à rua na Idade Média não se prendem somente com a sua configuração apertada.

Abriam-se ruas, vielas e caminhos sem qualquer tipo de nivelamento, ou seja, eram rasgadas ao sabor da topografia, ainda que esta fosse íngreme e pouco prática para que se pudesse circular convenientemente. Não se ia tão longe quando se pretendia abrir um arruamento, via-se a rua como meio

⁴⁰ Vd. MARQUES, A. H. de Oliveira, *A sociedade medieval portuguesa*, 3ª. Ed., Sá da Costa, Lisboa, 1974, p. 67.

⁴¹ Vd. GONÇALVES, Iria, *Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*, in “Estudos Medievais”, nº 7, Porto, 1986, p. 157 e nota 7.

⁴² FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Uma Rua de Elite....*, dissertação de Mestrado, 1987, p. 53.

⁴³ Vd. Citação feita por A. H. de Oliveira Marques in *A sociedade medieval ...*, ob. cit., p. 67.

de comunicação, nada mais. E, portanto, era comum que o seu traçado sofresse inúmeros encurvamentos ou mudanças bruscas de direcção, mesmo que não vejamos uma explicação plausível para tal. Por vezes, recorriam ao uso de escadas para minimizar as dificuldades provocadas pelos desníveis naturais do terreno. Mas a rua medieval, como frisou e bem Iria Gonçalves, não era apenas isto, Era também suja. Era raro verificarem-se obras de pavimentação ou, por exemplo, uma boa rede de esgotos – se é que existiram até aos finais da Idade Média, pois seriam provavelmente uma despesa bastante alta para cidade, fosse ao nível dos materiais necessários, fosse pela mão-de-obra que exigia que fosse especializada.

Na Rua Nova é comum observarmos essa responsabilidade e encargos depositados nos próprios moradores, tanto para a rua em si enquanto espaço público como para as habitações. Temos, como por exemplo, o caso do mercador João Martins Ferreira que, no início do século XVI, lançou uma ponte sobre o rio de Vila para que, através dela, “pudesse aceder à Rua Nova”⁴⁴. São excepcionais os casos, na documentação estudada, em que o rei se predispõe a assumir as despesas referentes a reparações de casas. Apesar de não sabermos se João Martins Ferreira fez tal obra por ordem do monarca ou por iniciativa própria, ainda que acreditemos mais nesta última hipótese, este pormenor é bastante interessante: este fez com que a Rua Nova tivesse comunicação com aquele pequeno troço que ia até ao actual túnel da Ribeira, fazendo com que ficasse “integrado” no espaço da Rua Formosa; o rio deixou de ser uma barreira para quem morava do lado nascente do mesmo.

Como vários autores esclarecem, a insalubridade do meio era agravada pela criação de animais. As crianças cresciam nas ruas, coabitando com doenças, sujidade e com determinados inconvenientes que os próprios animais causavam, particularmente os porcos – por todo o lado se criavam

⁴⁴ Referido nos livros do *Cofre do Concelho* (A.H.M.P., nº 913, Liv. 2, ano de 1509-10); sobre este mercador ver ainda *Um Mercador e Autarca dos séculos XV-XVI: O Arquivo de João Martins Ferreira*, Porto, A.H.M.P., 1996.

porcos. Podemos observar um panorama semelhante a este nas restantes cidades medievais europeias⁴⁵.

Ainda sobre este assunto, devemos referir o estabelecimento de alguns ofícios e mesteres à face da rua, que alimentavam a nossa ideia de falta de condições higiénicas nas ruas e cidades medievais. Como exemplo disto, temos os ofícios dos carnicheiros e do trabalho dos couros, a venda de peixe e, por vezes, as tanoarias, etc.

Resumidamente, era este o cenário que vigorava em plena época medieval, quando tentamos compreender a sua realidade, tendo como instrumento de análise o palco do seu quotidiano. Assim, gostaríamos que ficasse retido que a rua era um espaço multifuncional, onde a casa assume um plano bastante secundário.

4.1. O espaço e a envolvente

Como já se teve a oportunidade de compreender anteriormente, a Rua Nova possuía diversos factores que a colocavam num patamar elevado perante o resto da cidade. Situava-se numa zona em crescente desenvolvimento, rodeada de variados edifícios importantes do burgo, e onde variadíssimos serviços e negócios se estabeleceram.

É-nos possível ter já uma noção de como a rua em análise se diferenciou das restantes. Não podemos esperar que fossem diferentes em todos os aspectos, mas é notória a vontade de a distinguir perante o resto; o rei não pretendeu criar uma banalidade, queria mostrar o seu poder à cidade e demonstrar o seu apreço pelo povo que tanto o apoiou. Para além disso, talvez sentisse que a cidade do Porto necessitava de uma rua bonita e arejada, que espelhasse o prestígio e fortuna de alguns dos seus habitantes. Ou ainda, fossem mesmo estes a “exigir” tal obra. Apesar de tudo isto, não nos podemos esquecer que talvez o próprio monarca precisasse de uma fonte de rendimento para resgatar o senhorio da cidade aos bispos. Não podia ter sido escolhida zona melhor, visto que se situava junto à Alfândega do rei e a uma série de serviços com ela relacionados, e onde decorria todo

⁴⁵ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Uma Rua de Elite....*, dissertação de Mestrado, 1987, p. 56.

um frenesim, onde as gentes se atropelavam e o comércio se encontrava num crescimento galopante.

Não podemos afirmar com uma certeza absoluta que esta nova rua se diferenciasse por completo relativamente ao restante cenário portuense, quando se fala em degradação e em falta de condições higiénicas. Sabemos, através de diversos documentos, que o monarca e/ou as autoridades locais exigiam que os foreiros mantivessem as casas arranjadas e que as reparassem em caso de incêndio ou terramoto ou de qualquer outro mal, caso fosse necessário. Temos conhecimento também de um caso em que a um tanoeiro – a quem foi concedido um foro na Rua Nova – não lhe foi permitido exercer o ofício à face da rua. No entanto, davam-lhe autorização para o fazer nas traseiras de sua casa, no eixido provavelmente. No entanto, não temos qualquer tipo de referência a cuidados que se deveriam ter em relação à via que dava acesso às suas moradas; os documentos não desvendaram nas suas entrelinhas algum tipo de alusão a encargos associados a obras públicas. Este facto pode dever-se ao tipo de documentação que estudámos, pois é bastante específica e, portanto, o pretendido seria talvez reportar as condições exigidas aos moradores em relação às suas próprias habitações, na quase totalidade dos casos.

Porque se tratava de uma rua importante, justificava-se o cuidado que nela provavelmente foi sendo posto, o que minimizou com toda a certeza a sua notória degradação. Apesar de termos vários testemunhos documentais que apontam para casas danificadas ou a reclamarem obras, pressupomos que nas restantes ruas da cidade o panorama fosse bem pior.

Inevitavelmente, a Rua Nova veio alterar a paisagem no sentido em que as ruas e vielas que com ela comunicavam começaram a parecer mais estreitas e escuras do que na realidade eram.

Relativamente às ruas com as quais a Rua Formosa comunicava ou lhe eram bastante próximas, os documentos fazem referência à Rua dos Mercadores, Rua de S. Nicolau, Rua das Congostas e Rua de Vale de Pegas (zona entre a Rua Nova e o cais). É mencionada também a sua ligação com algumas vielas, *carreiras* e calçadas cujos nomes ou não existiam ou simplesmente não seria importante referi-los – bastava localizá-la, como por exemplo, “a calçada que vai pera as Congostas” ou “pera a rua publica que

vai pera a fonte dourinha”. Estas referências são-nos transmitidas, principalmente, quando se apresentam as confrontações das casas que se pretendia aforar, vender ou comprar, com o intuito de as localizar. Este pormenor foi bastante desfavorável, porque se torna extremamente difícil situarmos estes arruamentos na planta do Porto medieval, pois nem sequer conseguimos compreender onde eram, na realidade. No entanto, esta situação leva-nos a reflectir sobre a visão que temos da “cidade invicta”, nos dias de hoje: guia-nos no sentido de imaginar um urbanismo um pouco “labiríntico”, recheado de vielas e calçadas, sendo que algumas delas serviriam apenas para se aceder a casas e eixidos. Estes pequenos becos ou, por vezes, simples passagens num espaço quase privado, assemelhavam-se, numa visão actual, a uma espécie de corredores de pequena e apertada dimensão, por onde se circulava, reduzidos ao anonimato, ou seja, sem qualquer tipo de nome ou, talvez tomando o nome do seu dono. Por vezes, utilizar indevidamente estes acessos desencadeava certo tipo de conflitos, pois a delimitação correcta das entradas e saídas deste ou daquele edifício era exigida por parte das autoridades, já que tais passagens não eram mais do que parte integrante da habitação. Portanto, construía-se para oferecer resposta a necessidades do momento, pensando somente no mais prático e eficaz, mas não no mais sensato talvez.

Gostaríamos, por fim, de enunciar algumas referências a espaços públicos que hoje já não existem e que, apesar de desconhecer onde seriam exactamente alguns desses espaços, não podiam deixar de lhes dar a devida importância. Pretendemos, embora se possa mostrar uma tarefa impossível, reconstituir na Rua Nova, não só as casas, mas também todos estes pormenores de que se faz menção nos documentos, porque o cenário desta rua é bastante mais do que um espaço recheado de casas.

É do nosso conhecimento que diversos elementos contribuíam para alterar o aspecto da rua. Sabemos, indirectamente, que houve um esforço na inovação e embelezamento da Rua Formosa, através de um documento referente à Praça da Ribeira – a pavimentação⁴⁶. Fátima Machado fez alusão

⁴⁶ “...Vieram a fallar na Praça da dicta cidade em que maneira avia de seer callçada se de pedra d'alvenaria ou cantaria e per elles todos foe acordado que se aja de calçar no moodo

a uma questão extremamente pertinente, relativamente a este assunto, no que respeita ao “enigma” de como seria o chão da Rua Nova, a partir da passagem do documento que referimos em nota de rodapé. Não há dúvida que seria pavimentada e que tanto a rua como a Praça da Ribeira, aquando da sua reconstrução após o incêndio de 1491/1492, teriam o mesmo tipo de calçada. A questão é se esta seria em pedra de alvenaria ou pedra de cantaria? Talvez por este último sistema de construção ser mais trabalhado, com pedra talhada, pudesse ter sido a opção do monarca e autoridades para a rua que se queria tão distinta das restantes, mas esta observação é uma mera hipótese, neste momento, sem mais fundamentos para a sustentarmos como certa. Até porque, para se diferenciar das demais, bastava-lhe ser pavimentada. Contudo há quem defenda que tenha sido mesmo em calçada de cantaria, mas desconhecemos em que informação ou documentação se fundamentam⁴⁷.

Um outro aspecto curioso de abordar seria os trabalhos de preparação e terraplenagem. Não possuímos informação suficiente para comprovar que estes trabalhos tenham acontecido; nenhum dos documentos em análise nos remeteu para essa hipótese sequer. No entanto, a doação feita pelo tabelião Afonso Domingues⁴⁸, em 1364, leva-nos a considerar essa possibilidade. Ou seja, se entendermos que “vallo” possa corresponder a um parapeito, sugerindo portanto uma possível terraplanagem, para atenuar um eventual desnível do terreno. Apesar de este registo ter sido feito cerca de trinta anos antes, pensamos que é importante não colocar de parte este pormenor.

Ainda sobre este ponto dos elementos diferenciadores da Rua Nova, contavam-se as soluções conseguidas quer para prover ao abastecimento da água, quer para resolver a questão do seu escoamento. Também sobre este assunto as informações que conseguimos apurar demonstraram-se extremamente insuficientes e muito pouco nos foi possível deduzir. Enumeramos, então, o primeiro espaço público: o “chafariz da Rua Nova”. Este, ao que pude apurar, encontrar-se-ia no espaço por onde rompeu a Rua das Congostas – onde agora se situa o início da Rua de Mouzinho da

e maneira que he calçada ha Rua Nova” – A. H. M. P., Vereações, Livro 6, fl. 93v-94. In MACHADO, Maria de Fátima Pereira, *A Praça da Ribeira no Porto Manuelino*, 1997, p. 232.

⁴⁷ É o caso, por exemplo, de José Ferrão Afonso e Adelaide P. Millàn da Costa.

⁴⁸ Transcrição apresentada na presente dissertação, na p. 9.

Silveira, para quem parte da Rua Nova – e que se encontraria na esquina nascente do arruamento. Por exemplo, sabemos que a existência de água e a sua distribuição pelas ruas de Guimarães giravam praticamente em torno de um chafariz do concelho⁴⁹. A Rua Nova possuía o tal chafariz a que nos referíamos; será que era proveniente daí a água que serviria para abastecer as casas da rua? Nada nos autoriza a garantir isso, mas é uma hipótese a considerar. Já a existência de poços nos eixidos, como Conceição Falcão refere para a Rua de Santa Maria, em Guimarães, não está documentada nos contratos que analisámos. E, apesar de não interferirem manifestamente no cenário da rua, seria interessante reter alguma informação sobre o assunto – não temos nenhum caso em que se explicita a utilização de poços por parte dos moradores ou de estes se servirem dos poços das outras casas, como acontece em empraçamentos para casas da Rua de Santa Maria, estudados pela mesma investigadora.

Ainda outra referência seria o designado **arco grande**, cuja localização já apresentámos anteriormente; apesar de termos referido que, possivelmente, este arco estivesse relacionado com a entrada para o Rossio, ficam-nos algumas dúvidas se seria um arco que pertenceria a alguma das casas da Rua Nova. Isto porque a informação que a documentação nos forneceu é bastante vaga, por vezes. Ora vejamos: empraçamento a Pedro Afonso de umas casas “que ora mandamos fazer na Rua Fremosa da dita cidade da parte da rua das Congostas por aquelle preço que estam aforadas as outras suas iguaaes que partem com casas em que mora Gill Gonçallvez mercador e da outra com casas que se fazem sobre o arco gramde “. ⁵⁰ Na sequência deste arco, acrescentamos a existência de um **forno**, pois como vimos num passo anterior desta dissertação, deviam estar próximos. Corroboramos esta ideia com a informação fornecida pelo aforamento a Gil Gonçalves e Maria Afonso de “huumas casas da dita Rua do cabo do forno da dita Rua Fremosa que partem de huuma parte com a casa que se ha de fazer jumto com a do arco gramde e da outra com a terceira casa aaquem do

⁴⁹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Uma Rua de Elite....*, dissertação de Mestrado, 1987, p. 73.

⁵⁰ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, livro 4, fls. 73 – 75.

dito arco grande da parte de cima escomtra a Rua dos Mercadores”⁵¹. Finalmente, foi feita uma referência ao **Rossio**, num aforamento a um Álvaro Fernandes, na Rua das Congostas; quando se apresentam as confrontações refere-se que de um lado parte “com queelha que vai pera o Ressio de tras das casas da Rua Fermosa honde tem Joham Gill mercador a **cavalaria** [sic] e per detras com o dito Resio”⁵². Temos dificuldade em localizar ali um Rossio por não encontrar espaço para tal. Seria um largo? Um espaço vazio? Não se sabe, apenas possuímos a referência ao espaço.

Para Ferrão Afonso, este Rossio e forno seriam muito próximos, fundamentando-se na expressão “Rossio do Forno”, que se situava junto à **torre de Estevão Lourenço**. Ficámos com a ideia de que este forno seria de serventia pública, devido ao uso da expressão “forno da dicta rua Fremosa”; contudo o investigador acima referido fala-nos num forno que nos pareceu de carácter privado⁵³.

Coloca-se aqui uma outra ideia, que é a possível vontade de dar a este Rossio uma maior expressão com o projecto de construção de um **moinho de seda**, também nesta zona, junto ao rio de Vila⁵⁴. Não possuímos qualquer documento que nos confirme se este moinho se chegou a construir ou não, a única certeza que nós temos é que houve um projecto idealizado.

Ainda sobre um hipotético rossio, desconhecendo se seria o mesmo de que falamos atrás ou se um outro, temos uma referência a ele num aforamento de umas casas a Álvaro Anes de Cernache, em 1452, que eram “a par do almazem”⁵⁵. Pomos a hipótese de ser um rossio diferente – ainda que pensemos ser um pouco remota pela falta de espaço que anteriormente mencionámos –, pois no contrato não é referido nenhum forno;

⁵¹ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 94 – 96.

⁵² A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fls. 55v – 56v.

⁵³ “Mais tarde, o foro de uma casa na Rua das Cangostas que incluía nas traseiras um enxido, a torre e um forno, foi vendido, em 16 de Janeiro de 1576, pelo sapateiro Manuel Pires a Melchior Rodrigues” – AFONSO, José Ferrão, *A Rua das Flores no séc. XVI ...*, 2000, p. 72.

⁵⁴ Aforamento, datado de 1449, de umas casas que se começavam a fazer para o contador Afonso Anes e sua mulher Catarina Gonçalves, “...as quaaes casas partem com casas em que queriam fazer o moinho da seeda e da outra parte com a torre e enxido que foi de Vasco Martinz alcaide de Leiria e per diamte rua pruvica e per detras com seu enxido de Margarida Migees e emtom era de Guiomar Gill e de seus filhos” – A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 184 - 185v.

⁵⁵ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fls. 130v – 131v.

contrariamente, é designado como “Rossio dos carris”⁵⁶. Corroboramos esta ideia de ser um segundo rossio tendo em conta as referências registadas no documento para a localização de um e de outro, que se mostraram um pouco distintas: ficámos com a ideia de que o “Rossio do Forno” estaria entre a rua dos Mercadores e as Congostas – esta ideia é complementada com um aforamento de umas casas a Maria, filha de João Sanches, na Rua das Congostas, em 1432⁵⁷ – e este último, o “dos carris”, seria mais próximo do Armazém, ou seja, encontrar-se-ia do lado sul da Rua Nova. No entanto, não podemos tomar isto como um dado adquirido com certezas porque, muitas vezes, acontecia que as confrontações não implicariam que, na realidade, se tratasse de edifícios e/ou espaços que lhes estariam adjacentes.

Ainda assim, a expressão utilizada no documento – “a par do almazem” – leva-nos a acreditar que seriam realmente próximos, mesmo que a expressão significasse ‘estar do mesmo lado que’, pois continuaríamos a tratar de localizações distintas, de lados opostos da Rua Nova.

Resumidamente, fica-nos a impressão de que este espaço, observado e estudado no seu conjunto, exerceu uma função extremamente importante na paisagem que integrava. Como entre os moradores se encontravam bastantes figuras das elites urbanas, estes devem ter feito chegar à rua, de uma maneira ou de outra⁵⁸, indicadores da sua organização e prestígio. O próprio monarca pretendia que fosse assim e não de outra maneira. Portanto, teremos de admitir que os variados grupos sociais possuiriam diferentes estratégias de utilização e usufruto dos espaços e que nesta rua, como nas outras ruas da cidade – ainda que com menor frequência talvez –, seriam múltiplas as marcas exteriores que os homens de cada condição

⁵⁶ “Trazia huumas nossas casas emprazadas que sam em a dita cidade a par desse almazem que partem com casas que tem Pedro Cabaços e com ho **Rossio dos carris** e com rua pubrica”. A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fls. 130v – 131v.

⁵⁷ “Que partem com casas nossas e com casas que traz emprazadas Louremçe Annes carpenteiro que outrossi som nossas e **por detras com o Ressio da par do forno** e de diamte pella rua pruvica” – A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fl. 58.

⁵⁸ Ainda que, eventualmente, as marcas de prestígio pudessem surgir de uma maneira espontânea e como que “inconscientemente”, consideramos que isso não terá acontecido repetidas vezes. Era algo que pesava na sociedade e, portanto, havia essa intenção nas atitudes e pormenores, como era de se esperar.

transpunham para a via pública, como iremos compreender mais adiante, quando nos referirmos às casas da Rua Nova.

4.2. As casas – construção corrente

Assumindo uma das facetas da rua, procurámos reunir as informações possíveis acerca das diversas casas que a integravam. Passaremos agora, portanto, à parte mais física do espaço. Interessa-nos conhecer o que é que a constitui na realidade, como se organizam e dispõem as casas, de que forma são mandadas construir, e conhecer ainda algumas das particularidades existentes. O pouco que pudemos conhecer foi através dos contratos que analisámos e, muito especificamente, na informação que retirámos do teor das cláusulas referentes às benfeitorias impostas, quando nestas se continham descriminados os melhoramentos a efectuar – porque nem sempre tivemos essa sorte. Contudo, apesar das dificuldades apresentadas – tanto neste aspecto específico como ao longo desta dissertação –, insistimos em querer conhecer cada vez melhor esta realidade e, portanto, aprofundar, neste ponto, o “mundo mais íntimo do recanto privado dos homens”⁵⁹.

Apesar de, como dissemos, a casa assumir um plano secundário no quotidiano do homem medieval – contrariamente ao que acontece nos dias de hoje –, ela apresenta-se como o lugar por excelência das necessidades individuais.

Enquanto as construções de grandes edifícios ou de prestígio a nível funcional foram sendo notícia ao longo dos tempos, e também instrumentos de relevante interesse em estudos de diversificada natureza (num sentido mais lato e geral, assim como das suas partes constituintes), o mesmo não se verifica para as construções de tipo corrente/comum, que preenchem a maioria do espaço construído. No entanto, para nós foi bastante mais interessante estudar as construções comuns, compreender de que forma deram vida à Rua Nova, aprofundar uma matéria que passou um pouco despercebida aos historiadores, por falta de interesse ou simplesmente por

⁵⁹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Uma Rua de Elite...*, Porto, 1987, p. 382.

acreditarem que outros assuntos teriam mais impacto ou maior volume de documentação. Ainda que existam trabalhos interessantíssimos relativamente à temática da construção corrente. Mesmo assim, a julgar pelos resultados da investigação que temos vindo a desenvolver, cremos que a documentação que nos remete para as construções “civis” é uma fonte preciosa para compreender o quotidiano da época; para conhecer os materiais mais utilizados e escolhidos; para nos apercebermos de como funcionava este mundo de “gestão imobiliária”, que acreditamos que tenha existido. Estamos conscientes de que a dificuldade será acrescida para séculos mais recuados; todavia, desde finais de Quatrocentos, as descrições vão-se tornando cada vez mais ricas, e temos casos em que se revelam tão minuciosas, valiosas e de certa maneira esclarecedoras, a suscitarem leituras adequadas, não só para a história, como também, para a arqueologia, arquitectura, engenharia civil e, até mesmo, iconografia⁶⁰, que não podíamos, nem devemos, hesitar em aproveitar e partilhar essa informação. É nossa convicção que, com esta nossa tentativa de estudo das casas, através das fontes documentais, em conjunto com outros trabalhos anteriores e vindouros, se darão passos importantíssimos para a história da construção no Porto, com um olhar multidisciplinar. Sobretudo, numa altura em que tanto se fala em recuperação de centros históricos, seria uma mais-valia se se estabelecesse, constantemente, uma ponte entre passado e o presente, para que tudo isto se tornasse em algo produtivo. Conceição Falcão já alertava para este facto, em 1997, na sua tese de doutoramento⁶¹.

Antes de mais, teremos de sublinhar que a construção das casas da Alfândega, num primeiro plano, e as da Rua Nova em segundo veio fortalecer os passos que se davam para o processo de constituição do património régio nesta cidade do Porto. Sabemos também que foi longa a demora que se verificou na conclusão da Rua Nova, pois constantemente surgem referências tais como “casas que se ham de fazer” ou “casas que se deviam acabar”, o que nos leva a pensar que existiram diversas fases de

⁶⁰ Cf. BRAUNSTEIN, Philippe – “Les débuts d’un chantier: le Dôme de Milan sort de terre... 1387”, *Pierre & Métal dans le bâtiment au Moyen Âge*, *op. cit.*, p. 81.

⁶¹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Guimarães ‘duas vilas, um só povo’* – Estudo de História Urbana (1250-1389), tese de Doutoramento, Braga, 2010, p. 327-328.

construção⁶², ainda que não nos tenha sido permitido identificá-las no tempo e no espaço. Foi, portanto, uma rua que esteve em constante construção e remodelação. Pensamos que são variados os factores que estiveram na origem destes contínuos “retoques”.

Em primeiro lugar, talvez a falta de verbas se tivesse apresentado como um obstáculo para que os monarcas não avançassem com as construções na Rua Nova. Daí que se tenha ordenado que todo o povo da cidade e seu termo contribuísse para a construção de tais casas. Notava-se a enorme vontade régia em assumir como sua uma rua que se previa vir a ser espectacularmente inovadora. Esta falta de verbas é-nos transmitida indirectamente através de outras questões que apresentaremos mais adiante, quando nos referirmos aos homens que frequentaram ou habitaram a Rua. Seguidamente, temos de ter em atenção que estas casas eram, maioritariamente, construídas em madeira; portanto, não era estranho que facilmente se incendiassem e necessitassem de obras ou até mesmo de serem reconstruídas de raiz. Eram casas que se danificavam com muita facilidade e a madeira reclamava uma constante manutenção, como ainda acontece nos dias de hoje, em determinadas habitações dos centros históricos actuais.

Os limites desta nossa Rua eram, a nascente, a Rua dos Mercadores e a poente o Convento de S. Francisco e a Igreja de S. Nicolau. Nesta área, o espaço que não estava ocupado com casas teria a sua razão de ser numa rua, calçada ou viela; de resto, pelo que se pode constatar através da documentação, as casas encostariam umas às outras ou com os seus eixidos, sem margem nenhuma – aliás, surgem-nos bastantes vezes as palavras “encostar” e “entestar”, parece dar-nos a ideia de que não haveria qualquer tipo de separação. O facto de a identificação e tentativa de localização das casas nesta rua serem feitas através das confrontações com outras também nos remete para esta hipótese. A única alternativa que encontramos seria mesmo alguns eixidos que podiam ser laterais, porque

⁶² Apesar de já termos apresentado uma outra hipótese para o significado destas expressões; ou seja, que podiam eventualmente não ser reflexo de fases construtivas, mas sim, de reconstrução consequente do incêndio de 1491-1492. Contudo, é uma mera hipótese, para já, sem fundamento sólido.

nem sempre está explícito que estes se encontravam nas traseiras. Mesmo assim, não deveriam possuir grandes dimensões⁶³.

Queremos aproveitar, ainda sobre os eixidos, para relembrar que esta questão tem ainda muito para se descobrir e compreender. Não é clara a ideia de que o eixido seria um espaço acessível para todos os homens, isto é, que todos teriam a possibilidade de ter um quintal nas suas casas. Sabemos que isso acontece nalguns documentos que analisámos, mas não nos foi possível concretizar esta ideia, ou seja, não retirámos nenhuma conclusão plausível para esta situação acontecer; isto só se perceberia estudando os lotes.

Para nos enquadrarmos nesta realidade – alertando para o facto de que apenas nos referimos ao micro-espaço da Rua Nova, desconhecendo como seria nas restantes zonas – iremos apresentar resumidos exemplos que observámos nas entrelinhas dos contratos. Deste modo, verificámos que, na Rua Formosa, temos casas com eixidos e outras nas quais o próprio monarca não permitia que estes se fizessem; assistimos a casos em que não possuem nem eixido nem sequer saída para as traseiras. É o caso das *meas* casas aforadas ao alfaiate Fernão Anes e ao mercador João Esteves⁶⁴. Ao analisar este caso, pensámos que iríamos ficar mais elucidados. No entanto, observámos alguns pormenores que nos fazem pensar que o lógico seria ter uma saída. Em primeiro lugar, e para nos localizarmos, esta casa deveria ser a segunda do lado poente ao cruzamento com a actual Rua da Alfândega (sentido oriente-ocidente, margem sul) e, se virmos a planta da Rua⁶⁵, apercebemo-nos que existiam outras casas nas traseiras daquelas que estamos a analisar de momento. Podíamos alegar falta de espaço, mas não podemos fechar os olhos à rua que passava por trás das casas da Rua Nova – Vale-de-Pegas. Porque razão estas não teriam um acesso para a viela? Só

⁶³ Embora façamos referência a eixidos laterais, não cremos que esta hipótese possa ter grande fundamento. É verdade que, muitas vezes, não é explícito que os eixidos se localizassem por detrás das casas, mas provavelmente seria o mais corrente e o mais certo; até porque pensamos que não seria “bonito” que os quintais estivessem à face da Rua Nova. Nesta rua não acreditamos que existisse este sistema. No entanto, pensamos que devemos apresentar as diferentes hipóteses.

⁶⁴ Ver Quadro 38 – Casa n.º 37; A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fls. 298v – 300.

⁶⁵ Ver planta 4, em anexo.

porque eram pequenas e não tinham eixido? Não nos parece razão válida, mas será uma ideia para ser explorada num possível trabalho futuro.

O mesmo se denota nas diversas restrições a determinadas casas de terem loja e sobreloja, como é bem visível num aforamento feito a Vasco Anes, criado de João Lopes de Azevedo, em que lhe aforam as ditas casas na condição de que fossem “feitas e acabadas de pedraria e carpentaria assi e pella guisa que forem as outras suas iguaaes que estam daquella parte tirando que nom lhe façom sobrellogia por quanto a nom pode aver”⁶⁶. O interessante é que era algo que importava frisar bem no documento, pois mais adiante voltava-se a repetir: “o dito Alvaro Gonçalvez soube e achou que tanto estavam aforadas as em que mora Joham de França e que estam daquella parte e tem sobrelogia que estas nom ham de ter sobrelogia”⁶⁷. Mas, no entanto, mandava que houvesse uma porta “na metade da dita casa e saida pera a dita rua”⁶⁸. Na outra vertente, temos as casas de Pedro Afonso, que apenas seriam aforadas na condição de serem feitas de sobreloja, chaminés e “almareos” e ainda, que isso tudo fosse feito à custa do monarca⁶⁹ – o que é algo raro, pois a maioria teria de reparar as casas às suas próprias custas. Esta situação leva-nos a colocar algumas dúvidas quanto à uniformidade das casas que anteriormente referimos. Até que ponto iria a tal uniformidade de estilo da Rua Nova?

Seria tudo isto uma mera questão de falta de espaço ou somente algumas tinham esse direito ou privilégio? Sabemos que, no primeiro caso, as casas que não possuíam eixidos nem saída, eram casas pequenas e eram *meias casas*, o que não facilitava a situação. Mas terão estes pormenores pesado na decisão do monarca? Ou existirá outra razão para esta proibição? Talvez fosse apenas uma restrição derivada da falta de espaço, mas não podíamos deixar de questionar que fosse sempre assim, não podendo cair no erro de generalizar, sendo que cada caso é um caso.

Estas casas da Rua Nova podem ter conhecido alguns arruamentos pré-existentes que eventualmente foram destruídos como consequência de

⁶⁶ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fls. 286 – 287v.

⁶⁷ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fls. 286 – 287v.

⁶⁸ *idem*.

⁶⁹ A.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 73 – 75.

construções de novos edifícios ou simplesmente por causa do aparecimento de novas necessidades no que respeita o urbanismo da cidade.

Segundo Luís Miguel Duarte, as informações sobre medidas das casas de carácter habitacional generalizam-se nos finais do século XV e inícios do XVI, na documentação portuguesa⁷⁰. Infelizmente, no nosso caso não se observou essa tendência, sendo raras as referências a medidas concretas dos edifícios. Portanto, ao longo do trabalho que foi desenvolvido em redor da documentação, não nos foi permitido compreender claramente se haveria algum tipo de padrão quanto às dimensões das casas, pois a única expressão que nos aparece a diferenciar é “casas pequenas”. E, para se ter feito mencionado a pequenez da habitação é porque devia ser mesmo de dimensões “sufocantes”, para os nossos critérios actuais, pois crê-se que as casas seriam, na generalidade, bastante pequenas, comparadas com os padrões actuais. Sabemos, portanto, que haveria casas maiores que outras – “as ditas casas eram pequenas e nom aviam saida pera detras como ham as do dito Alvaro Fernamdez e assi as outras de jumto com ellas”⁷¹ – mas poucas são as vezes em que obtive medidas e, quando as tive, são normalmente em comparação com outras casas, para a partir disso se ajustar o preço do foro. A título de exemplo, cito o aforamento de umas casas a João de Paço e sua mulher, onde o provedor da Fazenda, Álvaro Gonçalves da Maia, “fez medir a certos homens boons as ditas casas e acharam nellas em longuo quatro braças menos huum palmo e d’ancho tres braças e menos huum palmo e meo”⁷² e ellas assi medidas disseram que por ho respeito das outras casas da dita Rua Nova montava a braça duas libras e oito reais que eram coremta libras da moeda antiga e feita a dita medida ho dito Alvaro Gonçalvez aforou loguo pera sempre ao dito Joham do Paço e a Senhorinha Annes sua molher”⁷³. Outro exemplo referenciado são as casas de Vasco de França, que eram “de longo sete braças craveiras menos huum palmo e

⁷⁰ DUARTE, Luís Miguel, *Quando as casas se queriam pequenas (Espaço e Medidas na Idade Média)*, F.L.U.P. – DCTP, Porto, 2003, p. 188 (183-192).

⁷¹ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 53v – 55v.

⁷² Segundo Oliveira Marques, 1 braça = 10 palmos = 1,82m. Assim, temos uma casa com 7,10m de comprimento x 5,19m de largura = 36,85m² de área. MARQUES, A. H. de Oliveira, “Pesos e Medidas”, In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, V volume, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 68.

⁷³ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fls. 300 – 301.

d'amcho duas braças e mea craveiras⁷⁴”. Nota-se alguma disparidade nas medidas, nestes dois casos. Apesar da casa do segundo exemplo ter uma área superior, podemos constatar que é bastante mais estreita do que a do primeiro caso. Verificamos em alguns documentos a expressão “casas taes como ellas e da sua grandura e feiçam”, o que nos remete igualmente para a ideia de que as casas possuíam, na sua maioria, dimensões idênticas, se não iguais. Portanto, pensamos que nos dois casos apresentados, a sua disparidade em relação às medidas representaria uma excepção no cenário da Rua Nova. Curioso é que nunca se refira, pelo menos nos documentos por nós analisados, a altura dos edifícios. Mesmo assim, confiamos que, aos nossos olhos, as casas seriam relativamente baixas, tendo em conta diversos condicionalismos⁷⁵ – ainda que possuíssem um primeiro e segundo andar. No entanto, é perfeitamente compreensível que as casas de habitação apresentassem dimensões reduzidas, já que apenas em algumas se exercia completamente mesteres no seu interior – caso dos sapateiros e alfaiates, por exemplo – e pouco se vivia nela, sendo a rua, como se sabe, o local por excelência do homem medieval. Daí concluirmos que, provavelmente, o ‘compartimento’ da loja, quando escolhida para ser utilizada como oficina, seria de maiores dimensões do que as divisões habitacionais.

Por último, gostaríamos apenas de chamar a atenção que estas construções medievais eram, em certa medida, desproporcionais segundo os cânones actuais de proporção; isto é, eram muito mais compridas do que largas, apresentando o aspecto idêntico a um longo corredor em profundidade. Observando também o exemplo de Guimarães, tomando-o com um exemplo paralelo estudado por Conceição Falcão, com base em dez casas, verificou que os edifícios ultrapassavam em profundidade pelo menos o dobro da sua largura⁷⁶ – tenhamos em atenção que este tipo de lotes é característico das cidades do Norte de Portugal.

⁷⁴ A casa teria 12,56m de comprimento x 3, 73m de largura, dando uma área de 46, 85m². Tomando como base de equivalência a mesma utilizada na nota 71.

⁷⁵ Num dos seus estudos, Luís Miguel Duarte enumera alguns desses condicionalismos: o preço do terreno; o preço da construção – ainda que este pesasse menos que hoje em dia, pois era frequente o sistema de ‘auto-construção’ –; a qualidade desejada para o edifício, tendo em conta as pessoas que o iam habitar, e o seu estatuto social; e, por fim, o número de pessoas que se pretendia alojar. DUARTE, Luís Miguel, *Quando as casas se queriam pequenas*, ..., pp. 189-190.

⁷⁶ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Uma Rua de Elite...*, Porto, 1987, p. 397.

É-nos possível constatar, baseando-nos em estudos anteriores e em alguma da documentação com que trabalhámos, que a maior parte das habitações eram sobradadas – ou seja, um piso térreo – loja ou sótão⁷⁷ –, que serviria para algum tipo de armazenamento, para comércio, para a realização de alguns mesteres – tipo oficina –, ou criação de animais, entre outros fins que lhes parecessem convenientes; e que a tendência, de uma forma geral, é o desejo de erguer um novo sobrado, ou seja, edifícios com dois sobrados – na sua maioria, de tabuado –, sobretudo nos espaços mais disputados, como acontecia na Rua Nova⁷⁸. Em Guimarães, por exemplo, a primeira informação concreta de habitações com dois sobrados surge em 1352; isto leva-nos a acreditar que, em finais do século XIV e daí em diante, na cidade do Porto, na rua em análise, já seria comum ou desejável esse tipo de construção. Aliás, estamos convencidos de que na maioria dos casos seria rés-do-chão, 1º e 2º andar. No entanto, não podemos esquecer que havia a questão estética e, portanto, pretendia-se que os edifícios tivessem todos a mesma altura. Isso poderia implicar a impossibilidade de, nalgumas zonas, as casas possuírem apenas um sobrado, como aconteceu, por exemplo, junto a S. Nicolau – na documentação analisada, surgiu como caso único. Observámos também uma outra situação, ainda que apresente um carácter excepcional no conjunto documental que estudámos, em que o edifício era apenas uma “casa terrea”, ou seja, possuindo apenas o rés-do-chão.

O curioso é observar as possibilidades permitidas, pelo monarca e/ou autoridades locais, para as habitações da Rua Nova. E neste caso⁷⁹, é permitido ao foreiro, Afonso Anes de Sá – homem do armazém –, fazer alterações nas casas, ou seja, “que as possa acreçemt看 e allevamt看 e fazer em ella sobrado e sobrados quaaes e quamtos quiser e por beem tener”. Não é comum observar-se esta ‘liberdade’ dada aos moradores, mesmo que fossem foreiros. O que nos levou a concluir que este exemplo fosse uma

⁷⁷ Segundo Conceição Falcão, a palavra ‘sótão’ terá o mesmo significado de uma loja, na Idade Média. Por isso, quando surge esta expressão, não a deveremos colocar na localização que este compartimento tem hoje em dia, ainda que continue a ter, em parte, a mesma funcionalidade – local de armazenamento e arrumos.

⁷⁸ “Faça no dito chaaos casas sottom e sobrados aa sua custa” – condição imposta a Lopo Fernandes – A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fls. 134v – 135v.

⁷⁹ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fls. 59v – 60v.

excepção no panorama da Rua Nova foi o facto de, inicialmente, ser apenas um edifício de piso térreo e, posteriormente, poder ter um ou mais sobrados, sem impor limites na altura da habitação. Isto veio pôr em causa o que referimos anteriormente, de que as casas seriam de dois sobrados ou, pelo menos, tivessem a mesma altura. Como foi caso único no conjunto de documentos com que trabalhámos, decidimos não valorizar em demasia este aspecto e continuar a considerar a uniformidade de base no padrão de construção como opção para a Rua Formosa. No entanto, não desconsideramos por completo esta informação, pois apresenta-se como um aspecto curioso e diferenciador relativamente ao restante, por isso não deve ser posto de lado. Até porque, pode ser que a existência de recomendações, exigências ou proibições específicas para a construção de certas casas tivesse sobretudo a ver com os diferentes ritmos e fases de construção de cada casa.

O espaço desta zona ribeirinha começou a crescer a largos passos, intimamente ligado com o comércio e desenvolvimento que ali se desenrolava, como já vimos neste trabalho. É natural, portanto, que o número de edifícios fosse aumentando comparativamente a tudo isso, pois era necessário dar resposta à procura que se observava. Assim, a única alternativa seria trabalhar o terreno existente. Portanto, o aproveitamento do espaço justificou o emprazamento de meias casas que, segundo a documentação que estudámos, se mostrou bastante frequente. Em Guimarães, já em 1350 se encontra referências a este tipo de ‘aluguer’⁸⁰. Acreditamos que isto acontece por pressão imobiliária.

Pelos mesmos motivos, ainda que a grande influência tenha sido a visibilidade de prestígio, foram surgindo, aqui e ali, as *torres* ou *casas-torre*, que são construções que podiam possuir, para além do rés-do-chão, três e quatro andares. Vemos alguns casos em que este tipo de estruturas a atingir mesmo os cinco andares. Temos algumas referências a este modelo de construção nas imediações da Rua Nova, como por exemplo, na Rua dos

⁸⁰ FERREIRA, M^a da Conceição Falcão, *Guimarães ‘duas vilas, um só povo’ ...*, tese de Doutoramento, Braga, 2010, p. 160.

Mercadores, como tivemos oportunidade de verificar⁸¹. Na documentação estudada encontrámos um outro exemplo, para a Rua dos Mercadores do ano de 1503 – a casa-torre de Francisco Vieira⁸² – e um pouco mais distante, nas proximidades da Sé. A casa-torre de Francisco Vieira tinha uma particularidade: possuía uma estrebaria. Poucos mais elementos relevantes recolhemos do contrato; contudo, sabemos que se localizava em frente ao Hospital de Santa Clara, rendiam 1200 reais, e foi deixada ao Cabido pelo dito Francisco Vieira⁸³. Curioso verificar que duas ruas tão próximas, que se cruzam entre si, pertencem a ‘entidades’ diferentes – é uma questão que, para nós, se mostra extremamente interessante. Mas como lembra e bem Luís Miguel Duarte, se a Rua Nova se distinguiu e impressionou por variados motivos, não se evidenciou especialmente pela altura dos seus edifícios. Acrescentou, ainda, que na Rua Nova de Lisboa o cenário era precisamente o oposto⁸⁴.

Quanto aos materiais, para esta época, o panorama decorrente da documentação e dos diversos trabalhos elaborados sobre esta temática permite-nos afirmar, sem grandes dúvidas, que o material mais utilizado nas “casas de morada” era a madeira, como já várias vezes o pudemos demonstrar neste trabalho. Assim, em conformidade com os dados reunidos, tudo nos leva a supor que, provavelmente, se recorria à pedra apenas para a estrutura do edifício até ao primeiro andar. Ou seja, somente a divisão da loja, talvez por ser o piso de sustentação do edifício, era construído em pedra, assim como os alicerces; sendo que a construção do restante edifício – e ampliações posteriores – teria recorrido, em grande escala diríamos até, à madeira, ao adobe e à taipa, como acontece noutras cidades e vilas portuguesas.

⁸¹ As torres de Vasco/Lourenço Martins (aparecem ambos os nomes, o que não nos permite saber qual o correcto ou se os dois seriam nomes da mesma pessoa – o alcaide de Leiria) e de Estêvão Lourenço, que mais tarde, foram de João Martins.

⁸² A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fl. 224.

⁸³ “Francisco Vieira morador em a dita cidade leixara ora a See della huumas suas casas torres que sam em a dicta cidade na Rua dos Mercadores de fromte do Sprital de Samta Crara com huuma estabreria que remdem mil e duzemos reaaes” – A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fl. 224.

⁸⁴ DUARTE, Luís Miguel, *Quando as casas se queriam pequenas*, ..., p. 191.

Não poucas vezes, surgiram registadas nos documentos estudados expressões tais como “com comdiçam que lhe apostassem e acabassem as ditas casas d’escaadas e tavoados”, o que nos leva a acreditar que a um número considerável de foreiros foi-lhes entregue apenas o terreno para a construção ou apenas com um sobrado, por exemplo.

Atendendo ao número significativo de referências a este tipo de materiais, tudo nos leva a acreditar que se tratou de soluções construtivas tipicamente medievais no que concerne a construção corrente – tendo, para além de muitas outras desvantagens, o inconveniente de deixar poucos vestígios da sua existência – e que, portanto, apenas nas habitações mais importantes e nos edifícios públicos e religiosos teria predominado essencialmente a pedra. Sabemos, no entanto, que o recurso à madeira tem também muitas vantagens. Esta hipótese pode estar relacionada com o valor que a construção em pedra possuía nesta altura. Isto é, associava-se a pedra às habitações de ‘linhagem’ nas cidades; ela representava um certo prestígio. E, por exemplo, na Guimarães do século XIV, estas marcas diferenciadoras de condição social, “pendiam para o lado de quem tinha posses. Entre eles, os mercadores”⁸⁵. Esta situação leva-nos a interrogar a razão pela qual as casas da Rua Nova, entendida como uma rua mais elitista, não se apresentaram claramente com uma construção que a pudesse diferenciar de algum modo das restantes. Não afirmamos que isso não tenha acontecido, mas pensamos que se tivesse existido essa diferenciação, esta não teria sido silenciada na documentação. Até porque muitos foram os mercadores e homens abastados que a frequentaram e habitaram. Não queriam eles distinguir-se dos demais moradores? Ou possuiriam estes moradores idênticas possibilidades financeiras e o que os distinguiu seria o seu estatuto social? Não podemos apresentar claramente nenhuma resposta conclusiva, apesar de acreditarmos que, de algum modo, as casas deveriam ser melhores. O mundo medieval, com as suas diferentes mentalidades colectivas, dificilmente nos é perceptível; não podemos querer reproduzir exactamente como seria o quotidiano e a vida destes homens. No entanto, podemos tentar aproximar-nos o mais possível e, portanto, sobre este

⁸⁵ FERREIRA, M^a da Conceição Falcão, *Guimarães ‘duas vilas, um só povo’ ...*, tese de Doutoramento, Braga, 2010, p. 114.

assunto, pensamos que o mais razoável seria existir uma espécie de padrão construtivo, ou seja, casas construídas com materiais idênticos, dimensões não muito díspares, e a mesma altura de edifícios. O que, possivelmente, os distinguia seriam as representações de marcas exteriores, tais como, brasões da Coroa; ou as condições impostas nos contratos e a impossibilidade de algumas casas terem lojas, eixidos⁸⁶ ou maior número de sobrados. Gostaríamos de deixar esclarecido que não possuímos dados para que estas ideias sejam concretamente fundamentadas, funcionando apenas como possibilidades⁸⁷.

Ainda sobre alguns elementos que ficaram registados na documentação, gostaríamos de enumerar dois que considerámos serem revestidos de um certo interesse e suscitam alguma curiosidade. Um primeiro, sobre as tais marcas exteriores que referíamos há pouco – as armas da Coroa. São vários os exemplos que nos fazem alusão a esse importante elemento. Fala-se da obrigatoriedade em determinados casos de se colocar “nossas armas [da Coroa] abertas em pedra e pintadas no frontal dellas sobre a porta das ditas casas pera se em todo tempo saber como a propriedade dellas he nossa e avemos por ellas de aver o dito foro com as ditas decaraçoões”⁸⁸. Agora, esta situação leva-nos a indagar sobre o porquê de só a algumas casas ser imposta esta condição. Se era apenas para se saber que eram propriedade do Rei, porque é que não tinham todos os edifícios da Rua Nova as armas pintadas nas suas fachadas? Não faz sentido só alguns deles terem essa marca, visto que todos eles pertenciam à Coroa⁸⁹. Se foi uma maneira de enobrecer as casas, para revestir a Rua Formosa de algum prestígio e elitismo, também não nos parece lógico só parte delas ter essa “regalia”, pois o pretendido é que toda a rua demonstrasse o luxo das suas casas. Será porque nelas moravam as elites

⁸⁶ Conforme apresentado na p. 40 do presente trabalho.

⁸⁷ Ainda sobre este assunto, a título de curiosidade, repare-se no caso de João de Sousa, morador na Rua de Santa Maria, em Guimarães, que para além de um rol significativo de investimentos, segundo Conceição Falcão, surgiu referenciada uma sua compra de dois esteios de pedra, restos existentes na rua Sapateira, onde ia aumentando, consideravelmente, o seu espaço FERREIRA, M^a da Conceição Falcão, *Guimarães 'duas vilas, um só povo'* ..., Braga, 2010, p. 120.

⁸⁸ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, livro. 5, fls. 43 – 44v.

⁸⁹ A expressão “todallas casas da dita Rua Nova sam nossas” leva-nos a ter a certeza que assim era. A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 22 – 24.

da cidade, e o monarca desejava demonstrar que alojava nas suas casas gente de poder? Ou porque, contrariamente, os seus moradores teriam apenas possibilidades financeiras e não estatuto social para habitar esta zona, e se pretendia mostrar que não eram proprietários das casas, mas apenas as alugavam? Não nos é possível afirmar qual a razão concreta para tal situação, devido à insuficiência dos dados obtidos. No entanto, alertámos para este facto, e apresentamos algumas hipóteses que esperamos, um dia, poder ver esclarecidas com investigações futuras.

Um outro aspecto remete-nos para um ‘compartimento’ das casas, que não sabemos com certeza se seria no interior ou no exterior das mesmas; apenas podemos afirmar que não era um espaço permitido em todos os edifícios que estudámos. Notámos, portanto, que somente nalguns documentos se verifica referências à criação de uma “privada” que, como é de conhecimento, corresponderia à casa de banho da época, ou seja, a uma latrina provavelmente. Acreditamos que estas deviam existir no exterior das casas, isso fundamentado nas pequenas dimensões das casas e na questão higiénica – não obstante a insalubridade característica da época medieval. Mas onde se encontrariam? Nos eixidos? Encostadas à casa? Como uma espécie de balcão exterior? Seria por essa razão que nem todas as casas as possuíam, ou seja, como nem todas tinham eixidos, podia ser uma explicação para não terem possibilidade de ter uma privada. Infelizmente, não possuímos informação alguma sobre a sua localização, nem como seriam.

Quanto ao interior das casas, não possuímos quase dados nenhuns. Isto leva-nos a ter uma ideia quase nula sobre como é que os homens desta época dispunham os seus bens nas suas habitações.

Na verdade, sabemos que, para este período, o mobiliário era escasso, nas casas ‘populares’. Numa mesma linha de ideias, o arranjo das habitações, tanto interior como exterior, não seria muito trabalhado. Sabe-se que, nos finais do século XV e princípio do século XVI, começam a aparecer referências, por exemplo, a janelas e vidraças, como nos refere Luís Miguel Duarte⁹⁰. No entanto, não possuímos qualquer menção dessas para as casas

⁹⁰ DUARTE, Luís Miguel, *Quando as casas se queriam pequenas*, ..., p. 190.

da Rua Nova, no período e documentação em análise. Já em 1980, no seu estudo⁹¹, José Marques não encontrou nenhuma referência a este assunto. Ainda assim, deve-se acrescentar que isto não implica que não tenham existido.

No âmbito desta temática, os armários eram a “mobília”⁹² que, frequentemente, se observou referenciada nos documentos estudados – podemos mesmo dizer que foi a única referência que encontramos que se pudesse agrupar no conjunto das peças de mobília, nas casas da Rua Nova, talvez por se considerar que teria um maior interesse deixar registado outro tipo de pormenores. Conceição Falcão afirma na sua dissertação de Mestrado, baseada em A. H. de Oliveira Marques, que o armário “seria uma peça muito rara no recheio doméstico, sendo mais frequente encontrá-lo nas igrejas para guarda dos objectos de culto”⁹³; aqui parece ser relativamente frequente.

Ainda sobre a organização interior das casas e a forma como eram arrendadas, importa reconhecer que esta questão nem sempre se apresentou simples de resolver e compreender. Aforava-se casas com vários sobrados a um casal ou, até mesmo, a uma só pessoa; não menos comum seria o aforamento de “meas casas”, as quais seriam divididas a meio como se de apartamentos se tratasse. Possivelmente, as paredes divisórias seriam de fraca qualidade, quando não simples tabiques em madeira. Mas mesmo esta divisão em ‘apartamentos’ não facilita a resolução do problema. Isto é, seria esta divisão feita entre pisos ou entre parte da frente e traseiras? Pensamos que seria entre pisos, na sua maioria, mas não podemos tomar essa hipótese como geral e conclusiva.

Nalguns casos, como o de Leonor Gonçalves e Cristóvão Fernandes, é explícito o modo como foi feita a separação das ‘moradas’, porque no próprio documento refere que:

- Cristóvão Fernandes, ourives, e Catarina Vaz, sua mulher – moram no sobrado de cima com cozinha (possível 2º andar);

⁹¹ MARQUES, José, *Património Régio na Cidade do Porto e seu Termo nos finais do século XV*, Actas do Colóquio “O Porto na Época Moderna” II, *Revista de História*, vol. III, Porto, 1980.

⁹² Colocámos aspas pois pensámos na hipótese de estes serem uma espécie de mini-divisões, tipo armário de parede. E se assim fosse, não é propriamente mobília.

⁹³ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Uma Rua de Elite...*, Porto, 1987, p. 395.

- Leonor Gonçalves – vive no sobrado de baixo, “que vai da Rua Nova atee tras entestando no departamento da casa que esta no dito sobrado de fundo (...) e tenha para si a logea descontra as casas onde mora Vasco Anes de Miranda”⁹⁴ (possível 1º andar);
- “E que ho portall maior e a logea maior fique com o dito Cristovam Fernandez e sua molher e ho mais pequeno portall fique pera serventia de todos elles”⁹⁵.

Este é um caso bastante curioso para um estudo das mentalidades e da vida material e quotidiana, para se compreender um pouco melhor a complexidade do mundo medieval, aos nossos olhos. Isto porque Leonor Gonçalves ficou viúva de João André, tosador, e não se encontrava em condições de manter as casas e de suportar o seu aforamento – não foram raros os casos que, como este, alegavam a viuvez como motivo de venda de foros; foi-lhe então concedido que permanecesse num dos ditos sobrados sem pagar qualquer preço durante “todos os dias de sua vida”. Não compreendemos com facilidade, as razões que levaram o monarca e/ou as autoridades locais a permitirem a permanência de Leonor Gonçalves nas referidas casas, pois não se observam estas esmolas, na época medieval. E ainda mais: acontecendo que o dito Cristóvão Fernandes, a sua mulher ou herdeiros ou cada um deles, vendesse ou pretendesse doar estas suas casas, com o respectivo aforamento a qualquer outra pessoa, que “ella dicta Lianor Gonçallvez que ella avia esta doaçom por nenhuuma nem podessem della jamais usar o dito Cristovam Fernamdez e sua molher sem seus herdeiros delles sem aa dita Lianor Gomçalvez pagar cousa alguuma da dita remda nem outra cousa per rezam das ditas casas”⁹⁶.

Por outras palavras, Cristóvão Fernandes e Catarina Vaz não podiam vender ou doar o foro sem continuar a pagar a renda de Leonor Gonçalves. E no mesmo documento, fica salvaguardado que só após a morte desta teriam a legitimidade de usufruir e tomar posse do sobrado de baixo.

Sobre esta divisão das casas, pode-se ainda acrescentar alguns pormenores relativamente a esta condição. Voltemos o caso do aforamento a

⁹⁴ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, 291v - 293.

⁹⁵ *Idem*.

⁹⁶ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, 291v - 293. Já referimos este documento a propósito da impossibilidade de terem eixidos.

Fernão Anes, alfaiate, e João Esteves, mercador⁹⁷: o documento refere que as casas eram pequenas e que não possuíam qualquer saída para as traseiras; mesmo assim, é-lhes imposta a condição de fazerem dois portais de igual tamanho, para que pudessem usufruir do mesmo “privilégio”, pois ainda não tinham sido feitos, e que também abrissem nas casas duas janelas nos sobrados “que vierem sobre o telhado da casa do dito Joham Martinz pera cada huum dellos aver vista sobre si”. No documento, para além destes portais e janelas, faz-se referência à “sua sobreloja”, o que nos leva a interrogar como seria a sua disposição. Isto é, o que seria na realidade esta divisória designada como sobreloja? Como se organizam na lógica do espaço da casa medieval? Será a sobreloja nas traseiras? Ou uma espécie de cave ou de sótão? Pensamos que talvez se deva tratar de um piso superior dentro da loja – uma espécie de *mezanine* dos nossos tempos –, mas nem sempre é clara essa ideia na documentação, daí que se mostrem legítimas as nossas dúvidas.

4.3. As Gentes

Entremos agora numa última reflexão deste nosso estudo sobre a Rua Nova. Apesar de ser o último aspecto a ser tratado, não se mostrou menos interessante e importante por isso, até pelo contrário. Mas pareceu-nos mais pertinente abordarmos as figuras que povoaram esta rua, numa parte final da dissertação, pois era necessário apresentar um enquadramento para que algumas das afirmações que aqui fizemos não se mostrem confusas, incompreensíveis e fora de contexto para quem ler.

Pelas ruas transitava todo o tipo de gente. Admitimos que nelas viviam misturados os diversos grupos sociais. Por vezes arrumavam-se os “segregados” em locais próprios, numa atitude de defesa da moralidade vigente e da “boa sociedade” ou porque, pura e simplesmente, eram considerados grupos à parte, como aconteceu com os judeus, com as prostitutas, com os leprosos; outras vezes, vemos uns e outros a compartilharem um espaço comum. Este seria o caso mais frequente,

⁹⁷ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, livro 5, fls. 53v – 55v.

segundo pensamos. Excluindo, como dissemos, os judeus, que viviam em local próprio – ainda que durante o dia se misturassem pela cidade, ao mesmo tempo que cristãos frequentavam a judiaria –, e não obstante podermos detectar ruas melhor frequentadas no Porto, tudo leva a crer que no mesmo espaço coabitassem poderosos com gente pobre e mais simples, ou eventualmente de pior fama. Aconteceria isto na Rua Nova? Numa primeira análise da rua, diríamos firmemente que não; seria a rua por excelência das elites portuenses e pretendia-se que se distinguisse no que respeita a esse âmbito. Seria o local onde morariam mercadores e almoxarifes, homens do rei, de negócios ou ainda pessoas com cargos de prestígio. No entanto, a realidade não se apresentou tão linear. Antes de tentarmos atacar a complexa tarefa das confrontações das casas, numa perspectiva de apresentar os moradores da Rua Nova, torna-se imperativo compreendermos o tipo de gente que frequentava esta zona, pois sabemos que quando falamos do espaço da Rua Formosa não nos referimos apenas a uma zona exclusivamente residencial.

Gostaríamos, portanto, de referir que a parte mais difícil desta investigação prendeu-se com esta temática – a gente da Rua Nova. Tarefa árdua que, muitas vezes, se mostrou ingrata aos nossos olhos... Isto porque lidámos com centenas de nomes de gente pouco ou nada conhecida em outra documentação, concentrámo-nos incessantemente nas confrontações presentes nos documentos, fizemos uma recolha sistemática de profissões, depositámos um olhar atento nas testemunhas, tivemos em atenção laços familiares e, entre muitos outros exercícios, atentámos nos indicadores de riqueza ou pobreza, no prestígio que poderiam ter no burgo portuense, no alcance que podiam atingir os negócios que proliferavam na Rua. Resumidamente, interessava-nos a vida destes homens.

É conhecido que, na rua Nova, se desenrolaram uma série de negócios na Baixa Portuense: essencialmente negócios de mercadores. Temos o exemplo dos mercadores João de Aragão e João Carneiro⁹⁸, que aforaram umas boticas; ou do mercador Fernão Álvares Baldaia que, por não dispor de casas para aí poder ter uma loja de panos, emprazou em três vidas

⁹⁸ A.N.T.T., *Leitura Nova*, *Além Douro*, liv. 4, fls. 35 – 36.

um portal de umas casas que trazia aforadas Maria Vaz, ama de D. Pedro – que presumimos ser o Infante. Gostaríamos de aprofundar os grandes negócios dos mercadores nas simples lojas, e de conhecer o que venderiam estes comerciantes nas variadas boticas aforadas na Rua Nova. No entanto, se o fizéssemos, estaríamos a especular pois não possuímos informação nesse sentido. Um exemplo que podemos referir é a venda de panos na Rua Formosa, no portal aforado por Fernão Baldaia⁹⁹.

Interessante observar que este mesmo mercador traz aforadas umas casas nesta mesma rua, que se presume que sejam as que se encontram mesmo ao lado, e vai aforar o portal de outrem. O documento transmite-nos a impressão de que o mercador apenas pode utilizar “huum pedaço da logea das ditas casas” para exercer o seu negócio. Fica a dúvida se Fernão Álvares Baldaia não terá a possibilidade de ter a loja de panos na sua morada por falta de espaço ou por não lhe ser permitido exercer o ofício no mesmo edifício onde habita. Mas isto também nos leva a colocar uma outra questão, de que pudessem existir pessoas que, mesmo não sendo residentes, possuíssem ali umas casas aforadas. Daí que, no início, tenha referido moradores e pessoas relacionadas de algum modo com a Rua. Será este o ponto de partida para entrar no próximo ponto de reflexão.

Tem-se tomado como dado adquirido que esta Rua Formosa foi a rua dos mercadores por excelência. Era, provavelmente, desejo do monarca que ali se reunissem as elites burguesas da cidade. Sublinho a palavra *burguesa* porque era precisamente este grupo que o monarca queria ali e não um outro que lhe pudesse fazer frente. Assim, estas elites, para além de atribuírem à Rua o adjectivo de abastada, davam à zona ribeirinha um desenvolvimento que só teria semelhanças quando apareceu o vinho do Porto. E mesmo assim, seriam também os mercadores que iriam estar na sua origem, bem como os negócios que ali se tratavam.

Contudo, nem só de mercadores vivia aquela rua... E é aqui, na própria Rua Nova, que vamos ver pessoas de diferentes ‘mundos sociais’ a

⁹⁹ Temos ainda o caso de Nuno Rodrigues que era pichleiro e também aforou umas boticas na Rua Nova.

misturarem-se e a coabitarem um mesmo espaço. Profissões e cargos como almoxarife e contador (prestigiados e da confiança do Rei), tabelião (também de elite), tosador, alfaiate, carnicheiro, barbeiro, ferrador, marinheiro, tanoeiro, picheleiro, sapateiro, carpinteiro, entre outros, foram referenciadas em aforamentos na Rua Nova¹⁰⁰. Não nos é demonstrado claramente que apenas as elites se tenham estabelecido nesta rua. Não podemos de forma alguma comparar, na hierarquia social, um almoxarife a um sapateiro ou um tabelião a um carpinteiro. Consideramos que, de todos os cargos e profissões que aqui mencionámos, três seriam certamente estatuto social elevado: almoxarife, contador e tabelião; o alfaiate é possível que fosse, podia ser desafogado e ter por isso um estatuto mais respeitável; mas um carnicheiro ou marinheiro não o são de forma alguma. Um carnicheiro, por exemplo, podia ter muito dinheiro e ter possibilidades de aforar uma casa na Rua Nova, mas consideramos bastante improvável ter um estabelecimento de trabalho, por ser pouco higiénico e com fraca aparência, assim como o barbeiro, que afiava espadas, fazendo possíveis sangrias e muito barulho; até porque não nos podemos esquecer que a Câmara tinha linhas bem definidas a esse nível, ou seja, por questões de organização, de higiene, de controlo de qualidade, de preços e impostos, era obrigatório que os serviços se estabelecessem perto uns dos outros¹⁰¹.

Presume-se que houvesse a intenção de manter uma boa aparência e um bom ambiente ecológico, se estivéssemos, na verdade, a falar de uma rua exclusivamente de elites. Portanto, parece-nos um tanto ou quanto estranho que, segundo as características com que a Rua Nova sempre foi identificada, estas e outras profissões e cargos socialmente distintos pudessem e quisessem partilhar os mesmos espaços. Mas assim parece ter acontecido. Podemos aceitar que os cargos e algumas destas profissões surjam mencionados nos aforamentos por ali possuírem os seus negócios ou locais de trabalho, como por exemplo, o contador ou o homem que trabalha na Alfândega, quem sabe? A referência a um ferrador também não nos

¹⁰⁰ Tenhamos em atenção que são apenas alguns exemplos de profissões e cargos; não está de maneira alguma completa a lista.

¹⁰¹ Sobre este assunto ver MELO, Arnaldo de Sousa, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média*: O Porto, c. 1320 – c. 1415, tese de Doutoramento, vol. I, Braga, 2009.

espantava, visto a proximidade da Rua Nova com a ferraria de S. Nicolau, mas não joga de forma alguma com a imagem tradicional da rua¹⁰².

Se tivermos em conta as casas, a zona, os edifícios que lhe estão próximos, aceitamos legitimamente o prestígio que lhe é atribuído. No entanto, pensamos não poder falar de uma rua de elite se tivermos apenas presente os seus moradores. Ainda que não seja de uma forma contínua, profissões mais baixas surgem referenciadas na Rua Nova; estes dados não podem de maneira alguma ficar à margem deste nosso estudo.

Podemos levantar uma outra questão: seria esta residência fixa ou temporária? Ou seja, admitindo que algumas destas pessoas apenas seriam moradores na Rua Nova por estarem próximos dos seus negócios, o que aconteceria se os seus estabelecimentos fechassem ou mudassem de zona? Continuariam a morar naquela rua ou mudar-se-iam para um local mais próximo onde tinham posteriormente aberto estabelecimento? Se tivéssemos certezas que mudariam de zona residencial, púnhamos em causa o prestígio que a rua dava aos seus moradores, porque facilmente eles se mudavam para outras zonas, sem se importarem se seria na Rua Nova ou não. Mas não conseguimos, até ao momento, responder a estas questões pois os dados são insuficientes: não possuímos uma noção do tempo de duração de permanência nas casas, e desconhecemos se as pessoas já lá viviam antes de abrir o negócio ou se, depois de este fechar, continuaram a residir na Rua Nova. Temos notícia de um caso – o de Nuno Rodrigues, “pichilleiro” –, em que este possuía umas boticas em que “fez casas sobradadas junto do chafariz da Rua Nova”¹⁰³. Ou seja, em primeiro lugar, montou o negócio na Rua Nova e só posteriormente se tornou residente. Não sabemos se terá sido imposta a despesa na construção de sobrados superiores ou se foi o próprio Nuno Rodrigues a pedir ao monarca para os fazer, alegando a proximidade do seu local de trabalho. Podemos também colocar a hipótese de, ao ter o seu negócio da Rua Nova, ter ganho algum estatuto social e económico que lhe permitia residir nessa mesma rua – ainda que pensemos ser estranho isto acontecer com um picheleiro. O que nos intriga é que se era na base da

¹⁰² Apresentamos, em apêndice, uns quadros sobre os moradores e as profissões. Quadros 46 – 49, em anexo.

¹⁰³ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, livro 5, fls. 84 – 85.

condição social que se fazia a selecção, então porque razão foi permitido ao picheleiro aforar ali umas boticas?

Uma outra vertente desta problemática é nos mostrada no que respeita os negócios que ali se desenrolaram quando os seus protagonistas não residissem na Rua Nova, mas sim nas imediações, por exemplo. É possível que acontecesse ser dada a permissão para abrir um negócio num portal ou botica, mas a mesma não fosse dada no que respeita à habitação, por não serem “dignos” de lá morar, como acontece com os fidalgos, por exemplo – que são o grupo social mais indesejado na Rua Nova, assim como em toda a cidade; provavelmente verificar-se-ia o mesmo em relação aos clérigos¹⁰⁴ –, que não podiam permanecer mais de três dias nas casas da Rua Nova. A título de exemplo, temos o conhecido caso do incêndio em casa de Leonor Vaz por causa da infracção dessa norma por parte de Rui Pereira, fidalgo. Ou seja, temos casos em que o monarca mandou que se aforassem boticas para determinado negócio que, à partida, seria “aceitável” que existisse na zona. Mas isso não implica que o dono desse negócio fosse autorizado a residir junto com as restantes elites. Como temos também criados de alguns desses fidalgos a morarem na Rua Nova – é o caso de Gonçalo Martins, escudeiro e criado de Rui Vaz Pereira.

Retomemos novamente o caso do nosso mercador Fernão Álvares Baldaia. É-lhe recusado o aforamento de determinadas casas para ali abrir uma loja de panos; no entanto, é um dos homens mencionados como morador e foreiro, na documentação estudada, como já anteriormente constatamos. Era mercador, o que dava quase que “acesso directo” para morar na Rua Nova, mas isso não foi suficiente para lhe concederem umas casas para a sua loja...mais tarde, apenas lhe foi permitido aforar um portal de umas casas alheias. A que se deve tal situação? Porque razão lhe foi

¹⁰⁴ Na documentação que utilizámos, mais uma referência do antigo privilégio de não residência de fidalgos, priores de ordens militares e abades bentos: sobre a permanência de fidalgos e religiosos destacados na cidade. É uma carta dirigida à cidade do Porto, para que nenhum destes homens possuía casas, pardieiros e eixidos na cidade – *“nenhuuns fidalgos de quall quer comdiçam que fossem nem donas filhas dallguo nem priores de moesteiros nem abades bemtos nom ouvessem na dita çidade e arravalldes della casas nenhuumas em que morassem nem fizessem hi estada perlongada (...) E quall quer que o comtrairo fizesse ouvesse a penna e estormento na dita hordenaçam comtheudo”* – A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fls. 61 – 61v.

recusado o pedido? Volta a surgir a dúvida se o problema terá a ver com o edifício ou se com a sua localização ou ainda com a pessoa em causa. Provavelmente, se tivessem existido conflitos, o mais certo teria sido a proibição de residir na Rua Nova. No entanto, se admitirmos que existiram esses desentendimentos e, mesmo assim o mercador continuou a morar da rua, podemos concluir que existiram outros motivos para o rei querer esta gente a habitar a Rua Formosa. Pensamos tratar-se de um problema urbano, de casas e portais, apesar de não sabermos qual, e não de questões pessoais. Não seria apenas pela sua condição social; os monarcas quiseram ali homens com poder económico acima de tudo. Gente que pudesse pagar as casas, que fizesse nelas obras à sua própria custa, que desse à rua um impacto luxuoso, que não falhasse nas contas no dia de S. Miguel de Setembro.

As questões acima enumeradas são meras interrogações que nos despertaram curiosidade. No entanto, até ao momento em que nos encontramos a escrever esta dissertação, não nos foi possível apresentar justificações concretas que nos fizessem oferecer qualquer tipo de conclusões fundadas para as nossas respostas, baseadas em provas documentais ou arqueológicas.

4.3.1. Os contratos e rendas das casas na Rua Nova

A tentativa de compreender quanto custava ‘viver’ na Rua Nova não se mostrou tarefa fácil¹⁰⁵. Não conseguimos estabelecer um preço médio de aluguer, nem foi possível concretizar um valor predominante, pois nenhuma das rendas referidas nos contratos foi regularmente repetida.

Neste âmbito, o pretendido foi encontrar o valor mais elevado e o preço mais baixo, dentro dos aforamentos, emprazamentos e vendas. Posteriormente, identificaram-se as datas dos contratos que referiam estes valores, no sentido de tentar compreender se os mesmos estariam relacionados com fases cronológicas. Isto é, se os preços mais elevados predominavam em períodos mais recentes e os mais baixos se registavam

¹⁰⁵ Colocámos em evidência a palavra *viver*, pois não se tratava apenas de casas para residência mas também para abrir estabelecimentos de negócios.

em épocas mais recuadas, ou vice-versa; ou ainda, se os preços oscilavam sem ser em razão das cronologias, mas sim, eventualmente, de conjunturas económicas ou imobiliárias.

Deparámos com uma primeira dificuldade. Os preços registados não eram todos referidos na mesma moeda, o que nos complicou a tentativa de comparação das rendas. Fala-se em libras “da moeda antiga” e da “moeda corrente”; reais e reais ‘brancos’; onças e marcos de prata; e refere-se “pretos”, ceitis e soldos como submúltiplos do real. Num mesmo documento, podem-nos aparecer simultaneamente diferentes moedas. É o caso do contrato feito a Vasco Carneiro que, em 1503, pagava 1380 reais e 7 pretos pelas casas onde morava e os seus antecessores pagavam 54 libras *da moeda antiga*, que seriam 1080 reais¹⁰⁶. Este registo permite-nos compreender se houve alteração de preços – aumentou 300 reais.

Deste modo, apresentamos infra os valores mais altos e mais baixos, respectivamente, que se registaram nos diferentes contratos analisados:

Quadro 1 – Rendas das casas da Rua Nova

	Valores	Data	Casa	Fonte
Vendas	30.000 reais brancos	2 Dezembro, 1506	Casa de Margarida Álvares.	A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 5, fls. 113v – 115.
	1.386 reais brancos e 7 pretos	27 Abril, 1498	Casa de Gonçalo Vaz Pessoa e Catarina de Coiros.	A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 1, fl. 93v – 94.
Aforamentos	1580 reais brancos	20 Março, 1518	Casa de António Gomes.	A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 5, fls. 61 – 61v.
	38 libras e 11 soldos(corresponde a 771reais brancos)	20 Agosto, 1464	Casa de Lopo Vieira.	A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 4, fls. 61 – 62.
Emprazamentos	40 libras da moeda antiga (800 reais brancos)	30 Julho, 1463	Casa do cavaleiro Fernão Vaz e Beatriz de Abreu.	A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 4, fls. 58 – 59.
	8/9 libras da moeda antiga (40 libras/180 reais)	16 Janeiro, 1395; 14 Julho, 1463	Casa térrea de Afonso Anes de Sá, homem do <i>almazem</i> ; portal de casas ao mercador Fernão A. Baldaia.	A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 2, fls. 59v – 60v; liv. 4, fls. 22 – 24.

¹⁰⁶ Sem possuirmos datas é difícil fazer a equivalência de 54 libras, até porque em 1473 D. Afonso V faz uma nova reforma. Seguindo a tradicional equivalência de 1 libra = 20 reais: 54 x 20 = 1 080 reais brancos.

O valor da renda que nos surgiu com alguma frequência nos contratos que estudámos – apesar de não a podermos tomar como preço corrente, até porque estudamos uma cronologia relativamente alargada – foi o de 54 libras da moeda antiga (1080 reais brancos). Esta renda verificou-se nos anos que medeiam 1423 e 1462¹⁰⁷. Então, podemos concluir agora que as casas de João do Paço e Senhorinha Anes, às quais nos referimos anteriormente, que mediam “quatro braças menos huum palmo” de comprimento e de largura “tres braças menos huum palmo e meo” (área actual de 36,85m²), provavelmente não fariam parte do conjunto de casas de tamanho idêntico, pois o preço por elas lançado foi de 40 libras da moeda antiga.

Podemos concluir também que os valores mais elevados se registam em contratos mais tardios e os preços mais baratos nos primeiros anos da Rua Nova até, sensivelmente, aos anos Sessenta do século XV. Não podemos afirmar se terá sido causa da ‘inflação’ ou se começou a haver uma necessidade crescente de aumentar as rendas por falta de verbas que se destinavam ao pagamento anual do senhorio da cidade à Igreja. Só cruzando estes dados com outros relativos à moeda, aos preços, ao custo de vida e à inflação. Desconhecemos portanto as diversas razões; no entanto, constatamos que para a Rua de Santa Maria, em Guimarães, o caso apresentava-se idêntico – a partir de 1460, suportar uma habitação tornou-se cada vez mais pesado nessa mesma rua e, segundo Conceição Falcão, através dos contratos que analisou, foi possível verificar que, “nas duas primeiras décadas do século XVI, o preço da ‘melhor’ residência havia duplicado”¹⁰⁸. Mencionamos apenas a vertente habitacional, porque nesta Rua de Santa Maria pensa-se que as casas teriam sido somente utilizadas para âmbito residencial.

Apesar de não conhecermos aprofundadamente o mercado imobiliário da cidade, pensamos poder afirmar que provavelmente o custo seria relativamente elevado em relação às restantes zonas. É de crer, através das diversas considerações que foram sendo feitas, que se tratou de uma importante artéria do burgo: era uma rua que estava bem situada, de casas recentes e foi, indubitavelmente, um forte centro de variados interesses.

¹⁰⁷ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fls. 300 – 301.

¹⁰⁸ FERREIRA, M^a da Conceição Falcão, *Uma Rua de Elite ...*, p. 153.

Portanto, era natural que os preços fossem superiores. Aliás, Iria Gonçalves debruça-se sobre esse assunto, no que respeita às Finanças Municipais do Porto durante a segunda metade do século XV¹⁰⁹, e refere que existem zonas mais caras e outras mais baratas, na cidade do Porto. Assim, menciona a zona ribeirinha como o local onde se fixaram os foros mais caros, o que era natural visto que era o local onde se transaccionavam todo o tipo de mercadorias que, segundo Iria Gonçalves, fizeram a riqueza do Porto medieval¹¹⁰.

Através dos dados apresentados pela mesma investigadora podemos concluir que as casas da Rua Nova possuíam um foro bem mais elevado do que o das casas da restante cidade. No seu trabalho refere que os foros eram, de uma maneira geral, baixos, não indo além dos 650 reais. Isto depois da reforma monetária de 1473, porque até esta data, bastante mais de metade dos foros apenas atingia os 50 reais¹¹¹.

Verificámos alguns casos interessantes e, de certa forma, curiosos. Em primeiro lugar, tomemos em consideração que nos referiremos ao pagamento dos foros. Podemos constatar através da documentação que essa paga era feita no dia de S. Miguel de Setembro, data tradicional de pagamento, “herdada” do mundo rural. Um documento aparece como caso único; impõe-se que o pagamento deverá ser feito em duas partes: uma no dia de S. João e a outra “pelo Natal”¹¹². Este contrato feito a António Gomes – filho do já por nós conhecido mercador Fernão Álvares Baldaia – não é apenas excepcional pelas suas datas estipuladas para proceder ao pagamento; o mesmo nos revela que o foro era de 1380 reais, no tempo de Fernão Baldaia, e que este pagava 120 reais ‘por fora’¹¹³, o que dava um total de 1500 reais. Numa primeira análise, ficámos sem compreender por que razão existia este acréscimo na renda e que era pago separadamente. Mais

¹⁰⁹ GONÇALVES, Iria, *Finanças Municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Arquivo Histórico – C. M. P., Porto, 1987.

¹¹⁰ GONÇALVES, Iria, *obra citada*, p. 30.

¹¹¹ *Idem*.

¹¹² A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 61 – 61v. Havia também as terças e quartas do ano, mas não verificámos nenhuma referência a isso.

¹¹³ “Foro de mil e trezentos e oitenta reais cada anno alem de cento e vinte reais que lhe dava de fora e que as trouxera bem quorenta ou cinquenta annos”. A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 61 – 61v.

tarde, conseguimos concluir que os ditos “cento e vinte reais que o dito Fernam d’Alvarez levava de fora por quanto nos enviou dizer o dito contador que eram outorguados per nos a huuma capella do dito Fernam d’Alvarez ficar lheam resguardado seu direito e quando o nam tiver recadarseam pera nos”. O interessante desta situação é que este acréscimo de dinheiro era entregue juntamente com a paga da renda das casas da Rua Nova, o que nos leva a crer que existiriam dias estipulados para se fazer contas com a Coroa e que o seu filho, António Gomes, continuou a pagar os 120 reais para a capela de seu pai. Não nos foi possível, no entanto, entender se as duas “prestações” anuais se ficaram a dever a esta situação, ou seja, se num dos dias se pagava a renda e no outro os 120 reais para a capela. Nem tão pouco conseguimos definir qual o dia destinado para cada um dos pagamentos, isto é, se a renda se pagaria no dia de S. João ou no Natal, e vice-versa.

Ainda sobre este contrato, devemos acrescentar que, no tempo de António Gomes, a renda foi aumentada em 80 reais (5, 33%). Este dado leva-nos a supor que, em 1518, as rendas das casas da Rua Nova já teriam sofrido um aumento. A fundamentar esta nossa ideia, surgem outros casos de aumento de renda, como por exemplo, o de João Álvares da Maia (29,5%), em 1499¹¹⁴. Sabemos que, já em 1503 se teriam feito acrescentos nas rendas – caso de Vasco Carneiro¹¹⁵ (27,7%). Desconhecemos os verdadeiros motivos para estes aumentos, no entanto, Iria Gonçalves chama a atenção para o facto de alguns foros terem sido renovados devido a uma valorização dos bens¹¹⁶, explicitando que era caso vulgar nos contratos em que o foreiro, mais tarde, construía casas no terreno aforado, ou ampliava o edifício. É possível que seja uma razão válida, no entanto, não podemos considerar como certa para os casos que tratámos porque não possuímos

¹¹⁴ Emprazamento a três vidas – contrato elaborado para actualização da renda – aumento de 580 reais. Neste contrato, em 1499, Lopo Vaaz “disse que por semtir por serviço de sua alteza e acreçemtamento de moor reemda de que paguavam (...) as emprazava a Joham Alvarez da Maia (...) e paguaram de remda e pensam das ditas casas em cada huum anno mill e oitoçentos reais brancos desta moeda ora corremte (...) mais comthia do que pagava de mais quinhentos e oitemta reais”. A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fls. 41v – 42v.

¹¹⁵ Antigamente, os seus antecessores pagavam 54 libras e ele agora pagava, em cada ano, 1380 reais e 7 pretos (54 libras = 1080 reais, ou seja, o aumento foi de pouco mais de 300 reais) – A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fls. 40 – 40v.

¹¹⁶ GONÇALVES, Iria, *obra citada*, p. 21.

qualquer tipo de referência ou pormenor que nos levasse a tomá-la como fundamento para o aumento das rendas que aqui apresentámos.

Quadro 2 – Aumento das Rendas da Rua Nova

Casas	Data 1º contrato	Valor 1º contrato	Data 2º contrato	Valor 2º contrato	Aumento %	Fonte
António Gomes	desconhecida	1500 reais	20 Março, 1518	1580 reais	5,33%	A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 5, fls. 61 – 61v.
João Álvares da Maia	desconhecida	1220 reais	22 Maio, 1499	1580 reais	29,5%	A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 2, fls. 41v – 42v
Vasco Carneiro	desconhecida	54 libras (1080 reais)	20 Janeiro, 1503	1380 reais e 7 pretos	27,7%	A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 2, fls. 40 – 40v.

Como já foi referido anteriormente neste trabalho, a eventual falta de espaço em consequência do desenvolvimento da zona em análise e da crescente procura obrigaram à criação de novas soluções a nível da ocupação de edifícios. Assim, recorreu-se ao sistema de divisão de casas – as designadas *meias casas*. Isto implicou, como se depreende, o pagamento em separado das rendas por parte dos foreiros ou arrendatários. Deste modo, temos casos em que é explícito no próprio contrato que se paga apenas metade do foro, como acontece com Paulo de Pedrosa, em 1505¹¹⁷, e com Diogo Pinto Ribeiro, em 1516¹¹⁸. Nestes dois exemplos que enumerámos pudemos constatar que também as ‘metades’ de foros variavam quanto ao seu valor: enquanto o primeiro pagava 30 libras, o segundo pagava metade de 45 libras, ou seja, 22,5 libras. Pensamos que esta situação possa ter a ver com o facto de as ‘meias casas’ que Diogo Pinto Ribeiro aforou estarem muito danificadas, como refere o documento e, portanto, parece-nos possível que tenha sido feito um “desconto” no aluguer

¹¹⁷ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 117 - 117v.

¹¹⁸ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 115v – 117.

das casas, visto que lhe foi imposta a condição de reparar as casas à sua própria *custa e despesa*, ou seja, nestes casos o foro é mais barato.

Um aspecto interessante ainda relativamente aos contratos é a forma como os homens medievos ficavam na posse desses documentos. Muitos destes homens recebiam de herança o foro das casas da Rua Nova. Contudo, verificámos que algumas vezes o contrato já se encontrava na posse dos novos foreiros sem ainda ter sido oficialmente aceite pelas autoridades locais, que representavam o rei. Isto porque temos alguns casos em que determinada pessoa já tinha realizado nelas obras e gasto assim muito do seu dinheiro nesses edifícios e, portanto, estes dados funcionariam como justificações para esse mesmo indivíduo permanecer com o foro. Temos o caso, por exemplo, de João Gil, a 23 de Agosto de 1464, que, apesar de se intitular filho do almoxarife Gil Gonçalves, isso não lhe foi suficiente para alegar legitimidade no foro. Assim, fez questão de mencionar que “depois de sua morte [de Gil Gonçalves] atee ora possuira e possuia e que avia ora açerqua de trinta annos que o dito seu padre se finou e que elle sempre as reparara e guastara em ellas muito do seu e de Maria Martinz sua mulher”¹¹⁹. Interessante notar que só passados trinta anos foi legalizada a sua situação, enquanto herdeiro legítimo. Um outro caso exemplificativo é o de Inês Rodrigues, mulher do sapateiro Afonso Fernandes, que herdou as casas por morte de seu pai, Rodrigo Afonso e que, “per morte do dito seu pai fizeram partilha ella com seu irmaao menor per nome Bras Rodriguez e Marguarida Bras sua mai e que partiram todos tres as ditas casas em tres quinhoes e que a dita Marguarida Bras ouvera a terça parte das ditas casa”¹²⁰, sendo que os três tinham de pagar diferentes valores, como se de três foros se tratasse, “segundo mais largamente se continha em huum pruvico estormento que dello fizeram, podia ora aver onze annos”¹²¹. Assim:

- Margarida Brás – 338 reais;
- Inês Rodrigues e marido – 230 reais;

¹¹⁹ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 16v – 19.

¹²⁰ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 58v – 59.

¹²¹ *Idem*.

➤ Brás Rodrigues – 370 reais.

É um caso extremamente interessante que nos remete para mais uma especificidade do mundo medieval e da organização do sistema imobiliário que vigorava. Ora, o que aqui podemos verificar é que esta família repartiu a casa em três e, portanto, apenas pagavam a parte que lhes pertencia. Podemos deduzir, numa primeira e básica análise, que as partes divididas deveriam ser diferentes entre si, talvez mais ou menos espaçosas, visto que o preço a pagar por cada um deles variava bastante, como se pode constatar a partir dos valores de Brás e Inês Rodrigues – o primeiro pagava mais 140 reais. Infelizmente, no documento que estamos a analisar não nos foi permitido recolher informação sobre o espaço, localização ou orientação das partes divididas aqui referidas. Esta mesma família ocupou a casa durante onze anos, o que não lhes era permitido – só lhes tinham sido concedidos seis meses para vender ou trocar – e nem sequer elegeu um representante que pagasse o dito foro, como lhes tinha sido ordenado. Isto era motivo suficiente para que as ditas casas voltassem para as mãos do rei. Só quando foram praticamente obrigados a decidir, é que Inês Rodrigues mostrou vontade, perante o almoxarife, de que pretendia ficar com o foro, pagando assim o preço total.

Desconhecemos o que terá acontecido aos restantes membros da família, se terão ficado na casa ou não; o interessante é conhecermos também, com a investigação que se desenvolveu, as mentalidades de uma época, como por exemplo, de que forma é que se resolviam determinados problemas; e não deixa de ser curioso constatar que desde cedo se tentou fugir ao cumprimento do estipulado, com o intuito de se poder pagar menos do que lhes era imposto, principalmente, quando se vivia em períodos de crise.

Ainda sobre este contrato, gostaríamos de destacar um outro aspecto: os foreiros pediam ao monarca e às autoridades locais, por mercê, que lhes aforassem as casas e estes, aceitando o seu pedido, impuseram algumas condições, entre as quais um aumento da renda anual do foro – “que nos pague em cada huum anno os ditos novecentos e trinta e oito reais que se soia a pagar dellas e mais duzentos e trinta e quatro reais e meo allem dos

ditos novecentos e trinta e oito reais que he mais a quarta parte e sam assi ao todo mil e cento e setenta e dous reais e meo”¹²².

No aforamento das mesmas casas a Jorge Fernandes¹²³, neto do referido Rodrigo Afonso, em 1519, a tripartição é referida e nesse mesmo contrato é mencionado que desde há quinze anos que as casas estavam assim repartidas. O documento acrescenta ainda que o dito Jorge Fernandes “pagou dous mil reais ao recebedor da nossa chamcellaria de septimo de quatorze mil reais que diz que valleriam as ditas casas E sendo caso que ellas mais valham elle tornara a vir pagar o septimo do que mais vallerem”¹²⁴.

Temos ainda uma outra particularidade no que respeita a herança dos contratos: os testamenteiros. Apresentemos, então, dois casos. O primeiro é referenciado num aforamento de umas casas a Fernando Afonso – criado de Martim Gil, escrivão da fazenda –, na Rua Formosa, a 8 de Outubro de 1457¹²⁵. Nele se insere uma carta de doação por parte do tanoeiro Gonçalo Anes Adão, onde se escreve: “Joham Vaaz pichalleiro e Diogue Annes tonoeiro ambos moradores na dita cidade como testamemteiros que se nomeavam ser do dito Gomçalle Annes Adam”¹²⁶. Infelizmente, não ficou registada a razão explícita pela qual foram estes os escolhidos e não outros e porque é que Gonçalo Anes Adão terá elegido testamenteiros – refere-se sim o facto de este não ter qualquer herdeiro, mas como esta referência se encontra noutra parte do documento não temos a certeza absoluta se estará totalmente relacionado. Ainda assim, por motivos que nos são desconhecidos, nenhum dos dois quis ficar com o foro das casas, doando-as assim de livre vontade “pera sempre a Affomsso Gill taballiam morador em a dita cidade e a Vicemte Gomçalvez tonoeiro tambem hi morador (...) pera elles e suas mulheres”¹²⁷.

¹²² A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 58v – 59.

¹²³ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 67v – 68.

¹²⁴ *Idem*.

¹²⁵ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fls. 4v – 7.

¹²⁶ *Idem*.

¹²⁷ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fls. 4v – 7

Ainda sobre este aforamento, pareceu-nos interessante apresentar uma outra situação, a qual trancrevemos de seguida:

“E vistas por nos as ditas escripturas nos foi feito recontamemto por parte do dito Fernamd’Affomssso [o pretendente foreiro das casas] em como per morte do dito Gomçalle Annes Adam lhe nam ficaram herdeiros que directamente devessem herdar seus beens por a quall razam nom era valliosa a doaçam que assi per os ditos Joham Vaaz e Diegue Annes seus testamenteiros das ditas casas fazerem por quamto per fallecimento do dito Gomçalle Annes Adam ellas ficavam a nos e a nossos herdeiros e socessores livres hisemtas e desembarguadas”¹²⁸.

Por outras palavras, Fernando Afonso reclamava a legitimidade da carta de doação feita pelos testamenteiros pois considera que apenas seria válida se fosse algum herdeiro directo a realizá-la. E como ele era filho legítimo barão de Afonso Gil, considerava que lhe pertencia o direito de herdar e permanecer com o foro. E a verdade é que foi este último o escolhido para ser o foreiro destas casas da Rua Nova. Isto levanta-nos um problema – então se os testamenteiros não tinham legitimidade para ficar com o foro, porque razão havia esta possibilidade? Uma outra questão é, se Fernando Afonso considera inválida a doação que foi feita a seu pai, porque motivo é legítimo herdar um foro que é proveniente de um contrato que, na sua opinião, não é válido?

O segundo caso não é menos interessante. Temos, portanto, uma carta de confirmação do aforamento de umas casas a Vasco Gil, na Rua Formosa, onde se encontra parte do historial dos moradores dessas mesmas casas¹²⁹. Assim, em 1451, pertenciam a Gil Gonçalves; aquando da sua morte, passaram para o seu filho legítimo João Gil, em 1464; este deixou as casas ao seu testamenteiro – Vasco Gil –, no ano de 1471. O mais curioso neste contrato é o facto de João Gil confiar plenamente no seu testamenteiro e deixar-lhe em testamento o que lhe pertence em vida, quando tem família directa que de direito deveria herdar: “e aparto de todos meus beens todos

¹²⁸ *Idem*.

¹²⁹ “E pera este faço meu testamenteiro e compridor deste meu testamento a Vasco Gill cidadaaao desta cidade que elle o cumpra segumdo se nelle comtem E por seu trabalho lhe leixo ho afforamento destas casas em que vivo em esta Rua Nova pera elle e pera toda sua jeraçam pera sempre” – A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 16v – 19.

meos irmaaos e irmaas tios tias sobrinhos sobrinhas e toda outra minha jeeraçom de quaaes quer partes que vierem com cimquo soldos cada huum anno que mais nom ajam nem possam aver nem herdar dos ditos meus beens¹³⁰. E o certo, ainda que não compreendamos verdadeiramente o motivo, é que as autoridades locais confirmaram o foro a Vasco Gil.

Por último, gostaríamos ainda de remeter para uma outra questão – a existência de um verdadeiro mercado imobiliário. Apesar de não possuímos muitos dados para o podermos caracterizar no Porto e, em especial, na Rua Nova, acreditamos que ele existia e estava activo. cremos que ter uma casa nesta rua fosse um bom investimento e que, portanto, haveria gente que apostava neste negócio numa tentativa de aumentar o seu poder económico-social. Estes homens podiam ser moradores noutras zonas e ter na Rua Nova o seu investimento, ou podiam ser mesmo moradores na Rua Formosa e, no entanto, estarem envolvidos nos investimentos imobiliários. Temos alguns casos em que verificámos esta situação, isto é, a mesma pessoa possuir várias casas. Admitindo que desconhecemos a verdadeira razão pela qual esta gente tinha mais do que uma casa, a não ser mesmo como forma de investimento, pomos a hipótese de que a primeira fosse para habitar e as restantes fossem para abrir um estabelecimento de negócio ou ser em si o negócio. São exemplares os casos de João Álvares da Maia, que entre 1499¹³¹ e 1503¹³², vivia numas casas aforadas, as quais dividia com o tabelião Pero Fernandes, e tinha emprazado outras que estavam vagas; do tabelião Diogo Lourenço em cujo nome, em 1505, é feita uma carta de pura venda¹³³ de umas *meias casas* na Rua Nova e, através das confrontações referidas nesse mesmo documento, verificámos que esse tabelião morava numa das casas do lado.

Como constatámos anteriormente, o portuense de Quatrocentos podia obter uma casa a um preço reduzido, em qualquer bairro da cidade. Portanto, devido ao baixo custo da habitação em geral, é possível que alguns foreiros,

¹³⁰ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 16v – 19.

¹³¹ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fls. 106 – 107.

¹³² A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fls. 109v – 110v. Sabemos que, pelo menos, em 1505, João Álvares da Maia ainda vivia nas mesmas casas, dividindo os sobrados com Pero Fernandes, através do contrato de venda das casas a Diogo Lourenço, exemplo que referimos em seguida.

¹³³ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 53v – 55v.

principalmente aqueles que tinham dinheiro como seria o caso dos homens da Rua Nova, tivessem possibilidades para investir na construção, herdando os aforamentos quando já possuíam casa própria para os aforar com intuítos especulativos – subalugar significaria, muito provavelmente, obter lucros bastante compensadores.

A hipotética existência de interesses em investir no mundo imobiliário surgiu-nos basicamente por duas razões. Uma delas foi a tentativa de justificar os dados verificados, ou seja, uma mesma pessoa possuir mais do que uma casa, algum motivo teria de ter que a induzisse a tal situação. A segunda razão prende-se com a informação obtida através da designada História regressiva¹³⁴. Com o objectivo de clarificar esta ideia, apresentamos o caso de Diogo Pereira de Vasconcelos, morador na Rua Nova no século XVIII, que possuía duas ‘moradas’ na rua (entenda-se que se tratava de dois edifícios distintos – como se pode verificar nos lotes que os investigadores definiram e analisaram¹³⁵), no ano de 1731¹³⁶. O interessante é que temos como proprietários a Coroa e este mesmo Diogo Pereira de Vasconcelos (foreiro), com a diferença de que, na parcela 172, verificámos um arrendatário – Henrique Byrne –, e na 174, apenas temos o nome do foreiro. Esta situação remete-nos para a ideia de que esta última seria a casa onde habitava, e a outra seria possivelmente a utilizada como investimento. Se assim acontece nas décadas de 1700, podemos colocar a hipótese de o mesmo se passar no século XV e XVI. Neste momento, não deixa de ser apenas uma probabilidade que, apesar de não termos firmes certezas, continua a apresentar-se plausível, a nosso ver.

Ainda sobre os contratos, gostaríamos de expor uma situação que nos pareceu bastante interessante. Permanecendo no âmbito da História regressiva, tentámos ir ao encontro de informações relevantes nos contratos de casas da Rua Nova no século XVIII, que pudessem fornecer algumas

¹³⁴ *Quarteirão da Casa do Infante – Razões de ser de uma intervenção*. Como já foi referido anteriormente nesta dissertação, trata-se de um trabalho elaborado sobre a Rua Nova, as suas casas e moradores no século XVIII, por um grupo de investigadores do Arquivo Histórico Municipal do Porto – facultado gentilmente pelo Doutor Manuel Real e com enorme interesse para a nossa investigação. O trabalho ainda não está tratado e cotado, por isso ainda não se encontra acessível ao público geral na Sala de Leitura do Arquivo.

¹³⁵ Uma das casas é referente à Parcela 172 e a outra à Parcela 174.

¹³⁶ AHMP, *Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau*, A-PUB/4421, fl. 27v.

justificações para situações para as quais não possuímos dados suficientes para concretizar uma hipótese. Neste sentido, observámos uma situação extremamente curiosa: em 1731, Bernardo Clamouse era foreiro de uma casa na Rua Formosa¹³⁷. Cinco anos mais tarde, voltamos a vê-lo na mesma casa; no entanto, já não como foreiro mas sim como arrendatário¹³⁸. Pensámos que, normalmente, aconteceria o contrário, isto é, começar por ser arrendatário e, posteriormente, passar a foreiro. Não nos foi permitido compreender verdadeiramente a razão para que a situação se tivesse processado desta maneira; contudo, pensamos que seria interessante analisarmos este caso. Por que motivo terá Bernardo Clamouse ocupado o lugar de um possível herdeiro? Pela inexistência de sucessores? Isto porque, antes de Bernardo Clamouse se tornar foreiro das ditas casas, observamos um Luís Cardoso de Calvos e Meneses como proprietário; e, este, arrendava-as a um tal de João Pontes de Araújo¹³⁹. Mas se assim foi, porque é que passados 38 anos voltamos a ver um membro da família Calvos – Catarina Calvos e Meneses – a tomar posse das casas? Seria porque nenhum herdeiro teria possibilidades financeiras para pagar o foro, ou para as despesas de manutenção e reparação das casas, por estarem muito danificadas, ou ainda, por simplesmente não as quererem por se encontrarem em tal estado de degradação, como observamos nalguns contratos das centúrias que estudámos¹⁴⁰? Ou será que esteve relacionado com as heranças que se deixavam a pessoas que tinham realizado determinadas benfeitorias nas mesmas, como forma de retribuição, como

¹³⁷ AHMP, *Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau*, A-PUB/4421, fl. 27v. Esta mesma casa pertenceu a João de Calvos, em 1450. Nos documentos que nós analisámos, deparámo-nos com duas figuras da família Calvos – Afonso Vasques de Calvos (que vivia na casa ao lado de João de Calvos, em 1445) e Lopo de Calvos.

¹³⁸ Dado adquirido num subemprazamento que fez com Catarina Luísa Cardoso Calvos e Meneses (viúva do mestre de campo António de Magalhães e Meneses, tutora de seu filho Jacinto de Magalhães Cardoso Abreu e Meneses). A.N.T.T., *Chancelaria de D. João VI*, Liv. 1, 366v (documento transcrito na carta de confirmação deste prazo, dada a Pedro de Clamouse Brown, de fls. 368v a fls. 370v.)

¹³⁹ AHMP, *Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau*, A-PUB/1698, fl. 152.

¹⁴⁰ Num aforamento a Gil Monteiro, a 24 Maio de 1494, por parte de Leonor Eanes e Vasco Gil – o almoxarife requereu a “*Pero Vaaz de Caminha genro da dicta Lianor Eanes e do dicto Vaasco Gill se queria ell pagar ho foro das dictas casas que era devido por que sua sogra dizia que desse elle almoxarife as casas a quem quisesse e ho dicto Pero Vaaz disse que as nam queria por estarem muito danificadas*”. A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 93 – 95v.

também já acontecia dois séculos antes¹⁴¹? Ou ainda, será que esta questão é semelhante ao que aconteceu a Lopo de Calvos¹⁴², em 1500, que ganhara, através de uma sentença dada pelos juízes desta cidade contra João Rodrigues mercador, filho de João Martins, criado do duque D. Afonso, umas suas casas na Rua Nova, por certa soma de dinheiro que este último lhe devia de seu *trauto*? Isto justificaria a tomada de posse das casas por um ‘estranho’ e, anos mais tarde, que um membro da família pretendesse que o foro retornasse às mãos da família Calvos. Podemos questionar, problematizar e repensar algumas possibilidades que justifiquem o que realmente esteve na base do problema; no entanto, neste momento, não ultrapassam a hipótese, ainda que tentemos sempre apresentar a probabilidade que faça maior sentido.

Assim, temos portanto uma figura central – Bernardo Clamouse –, que seria um homem com um elevado poder económico e prestígio, visto que o seu nome está relacionado com o comércio do vinho do Porto. Notámos esse poder económico na aquisição de duas ‘moradas’ na zona ribeirinha que, como já constatámos, seria uma zona onde as rendas das casas teriam um custo elevado. Desconhecemos em qual delas moraria¹⁴³, nem temos a certeza de que tivesse tido posse delas em simultâneo. Sabemos, isso sim, que em 1731 era foreiro, cinco anos depois era arrendatário e, em 1745, possuía umas casas, cuja fachada daria para as traseiras das que tinha na Rua Nova¹⁴⁴. Isto pode-nos levar a analisar a questão em duas vertentes: podia ser um homem de poder e, portanto, teria duas ou mais casas, sendo que uma seria uma ‘aposta’ no mercado imobiliário; ou podia estar a passar

¹⁴¹ Caso de Catarina Soares, filha do almoxarife Lopo Vaz Soares. O seu irmão, Francisco Soares, também ele almoxarife lhe doou umas casas – “as quaes casas lhe eu dou deste dia pera todo sempre e lhe faço dellas pura doaçam pera que dellas faça o que quizer como de cousa sua propia e isto lhe faço por muitas boas obras que della tenho recebidas e assi por descargar a alma de meu pai que deus aja a que ella tem feito muito serviço no tempo que em sua casa esteve”. A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 52 – 53v.

¹⁴² A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fls. 32 – 33.

¹⁴³ Colocando, também neste caso, a hipótese de que habitaria um dos edificios e a outra morada poderia funcionar como um investimento.

¹⁴⁴ A fachada dava, provavelmente, para o eixido das casas da Rua Nova. Em 1731, o documento refere ‘pátio’ e não quintal – “ (...) as quais casas têm de comprido de Norte a Sul dezassete varas (...) e de largo pela parte da rua cinco varas e um palmo de parede a parede, e da banda do Sul e rua da fonte Taurina seis varas e meia (...) O comprimento total incluia o patio” A.N.T.T., *Chancelaria de D. João VI*, Liv. 1, 366v (documento transcrito na carta de confirmação deste prazo, dada a Pedro de Clamouse Brown, de fls. 368v a fls. 370v).

por uma fase economicamente pior e, deste modo, ter preferido arrendar a casa da Rua Nova e tomar posse de outra que, como era fora do espaço da Rua Formosa, seria a um preço menos pesado. Esta situação pode ter acontecido com alguma da gente que frequentava a Rua, nos séculos XV e XVI.

Ainda sobre a figura de Bernardo Clamouse, anotámos um aspecto interessantíssimo. Em 1745, nas casas que tinha por detrás da Rua Nova, era obrigado ao foro de 200 réis e a devolver a casa de cada vez que o rei precisasse dela, para uso e serventia da Casa da Moeda. Isto lembra-nos concluir que a Casa da Moeda ainda funcionava durante o século XVIII; e, ainda, que muitas das casas da zona ribeirinha – e não só as da Rua Nova – continuavam a ser propriedade do monarca, três séculos mais tarde.

Com tudo isto, queremos dar a perceber o objectivo e a importância da do método da História regressiva. Possuindo informações mais recentes, podemos tentar testar eventuais semelhanças entre as duas épocas estudadas. Logicamente que tudo o que se verifica nos contratos do século XVIII, para a Rua Nova, não tem de forma alguma que implicar que o mesmo se passasse nas centúrias mais recuadas. Até seria insensato acreditar nisso. Apenas, gostaríamos de mostrar que alguns dos aspectos referidos podem funcionar como possíveis justificações para casos que, numa análise apenas estribada nas informações de que dispomos para a Idade Média, se nos apresentam de certa forma inexplicáveis.

4.3.2. Proprietários e arrendatários

O presente subcapítulo revelou-se o mais complicado de analisar, compreender, de resolver e de redigir, conscientes de que a informação que reunimos e trabalhámos da documentação analisada, apesar de ser bastante rica, não seria completamente satisfatória, numa fase final da investigação, quando pretendêssemos produzir um texto coeso e fundamentado. Sabemos que para os homens daquela época, eram mais do que suficientes os aspectos revelados nos contratos: a escrita, os laços sociais, as associações dos contratantes, tudo era para eles claro e suficiente, enquanto hoje nos parece confuso, contraditório e muito omissivo; para nós investigadores que

não vivenciávamos esse quotidiano, há variadíssimos pormenores que não nos são perceptíveis, mesmo que os analisemos repetidamente – como em muitos casos aconteceu. Desta forma, gostaríamos de deixar claro que não é simples concluir se determinada pessoa é proprietário da casa ou se a traz arrendada. Sabemos, com certeza, que todas são propriedade do monarca e torna-se fácil de compreender quem é foreiro ao rei ou arrendatário quando temos expressões tais como “as casas de Joham Martinz voguado em que ora vive Vasco Gomçalvez tenoeiro”¹⁴⁵ ou “com casas que trazem per foro herdeiros de Gonçallo Annes Adaam em que mora Affomso Giil tabaliam e Viçente Gonçallvez tonoeiro”¹⁴⁶, ou ainda, “casas que traz Allvaro Fernamdez escrivaao da Moeda em que vive João do Castelo”¹⁴⁷, por exemplo. Compreendemos, nestes casos, quem provavelmente paga o foro e quem paga a renda.

Primeiramente, antes de nos debruçarmos sobre alguns aspectos mais específicos desta temática, pretendemos dar uma visão mais global da gente que ocupou o cenário da Rua Nova. Prendemo-nos sobretudo aos nomes de moradores e suas ligações, fossem eles foreiros, arrendatários, simples inquilinos ou ainda testemunhas. Era, e continua a ser, nosso objectivo apresentar a gente da Rua Nova, no seu conjunto. Neste sentido, começaremos por abordar a questão, analisando primeiramente o seu estatuto social e financeiro¹⁴⁸.

Arnaldo Melo facultou-nos uma grande ajuda no que respeita à organização dos estabelecimentos de trabalho na cidade do Porto. Infelizmente, quase não foi feita qualquer investigação anterior para conhecer melhor esta temática, como o próprio admite na sua tese de Doutoramento. No entanto, pensamos que será de conhecimento geral que o Porto “constituiu uma cidade mercantil por excelência, com características muito próprias”¹⁴⁹, aspecto comprovado por variadíssimos indícios, e que existiriam uma série de actividades com “desenvolvimento digno de nota no quadro

¹⁴⁵ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fls. 298v – 300.

¹⁴⁶ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fls. 60 - 61.

¹⁴⁷ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 64v – 66.

¹⁴⁸ Não podemos deixar de prestar atenção, portanto, às profissões e cargos que estes homens desempenhavam.

¹⁴⁹ MELO, Arnaldo de Sousa, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto*, c. 1320 – c. 1415, tese de Doutoramento, vol. I, Braga, 2009, p. 40.

português¹⁵⁰. Este investigador vai mais longe e considera o burgo portuense como um forte motor de desenvolvimento ao nível dos mestres e das, por si designadas, actividades transformadoras, demonstrando assim que esta cidade teria, para a época, uma importância acrescida nesta área, tanto na região na qual o Porto se insere como no próprio Reino. Assim, como não podia deixar de ser, tendo em conta o espaço que temos vindo a estudar e toda a zona envolvente, os mercadores foram, sem dúvida, o tipo social que permaneceu na Rua Nova com uma maior continuidade ao longo do período em análise. Salvo algumas excepções de poucos anos em que não temos referência a mercadores, estes mostraram-se quase sempre visíveis por esta zona. Não nos podemos esquecer de que se trata de documentação referente a contratos de aluguer de casas, o que limita à partida a nossa análise no que respeita à permanência destes homens. Temos, como não é de estranhar, anos em que não se registaram contratos ou pode ter acontecido que estes, infelizmente, não tivessem sobrevivido até aos dias de hoje. Este silêncio não implica o abandono da rua por parte dos seus moradores, optando estas pessoas por outras zonas residenciais, mas também não nos permite saber se existiram ou não outros homens com profissões distintas das que aqui apresentamos. É um campo, portanto, que deixamos completamente em aberto, tendo a consciência de que a documentação, para além de específica, apresenta limitações conhecidas.

Analisemos agora outras profissões referenciadas na documentação. As actividades e os estatutos sociais que nos aparecem registados nos documentos, datando da fase inicial da Rua Nova, são bem distintos: entre 1423-1425, surgem-nos tabeliães; homens e criados do Rei; um procurador; mercadores, tesoureiros, um carpinteiro, um ferreiro e um esteireiro. As referências 'mais tardias' a profissões são: a um alfaiate e um cutileiro que apenas aparecem depois de 1500, um Mestre que surge por volta de 1480, e a um ourives – mester rico e prestigiado –, num contrato de 1497, no qual era foreiro.

Com datações variadas, que rondam as décadas de Quarenta até 1500, observámos cargos e profissões sobre as quais, não poucas vezes,

¹⁵⁰ MELO, Arnaldo de Sousa, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média*, ..., vol. I, Braga, 2009, p. 40.

nos questionámos acerca da sua coexistência num mesmo espaço, sendo ele o da Rua Nova. Deste modo, encontrámos escrivães, tanoeiros, escudeiros, um porteiro dos Contos, marinheiros, vassalos do Rei, uma ama, recebedores e contadores, ferradores, carpinteiros, um vedor da Fazenda, um ‘vogado’, um barbeiro, um tosador e um feitor.

A referência mais próxima de nós que possuímos é a um cavaleiro (1520), seguindo-se a um barbeiro (1519), e a mercador, picheleiro e tabelião (1517). Isto que aqui apresentámos não implica de forma alguma que não tenham existido outras actividades profissionais de moradores na Rua Nova, anteriores a 1423 e posteriores a 1520; é certo terem existido. Simplesmente, estes são os dados que nós obtivemos da documentação estudada e, portanto, será através dessa que apresentaremos as nossas ideias.

Voltemos à organização do espaço e das actividades profissionais, que muitas vezes eram realizadas em plena rua como vimos, e tendo como base desta temática o importante trabalho de Arnaldo Melo, corroboramos as suas afirmações com alguns dados que retirámos dos contratos da Leitura Nova.

Deste modo, temos o caso representativo do ‘local’ dos tanoeiros, que no século XIV se concentravam em frente à Alfândega, onde se situavam as casas “em que moram os tanoeiros”: um chão para casas aforado em Vale-de-Pegas em 1387, “...parte per traz as casas nossas que estam ante o dito almazem em que moram os tanoeiros”¹⁵¹. Não é de admirar que ali se concentrassem os profissionais da tanoaria: em primeiro lugar estavam perto do Armazém do rei e, em segundo, se a teoria de que a palavra ‘Reboleira’ é tomada como fiável, seria um bom local para se abastecerem de madeira, para os seus trabalhos. No entanto, sabemos que o ponto de maior concentração de tanoeiros era perto da Ribeira, onde embarcavam as pipas.

Ainda acerca dos tanoeiros, é de realçar que a Rua Nova não foi só inovadora no traçado: nela não se permitiu o exercício a céu aberto, como era tradição na Idade Média, de ofícios como o da tanoaria: temos a prova

¹⁵¹ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, Liv. 2, fl. 134, segundo Ferrão Afonso, *In* AFONSO, José Ferrão, *A construção de um novo centro cívico...*, 2000, p. 37. No entanto, nos documentos com que nós trabalhamos – policopiados – o contrato que nos remete para esta alusão aos tanoeiros é um aforamento do dito ‘chão’ a Lopo Fernandes, que data de 8 de Dezembro de 1425. Talvez seja um erro derivado da fonte documental analisada.

ilustrada no caso de Gonçalo Anes Adão¹⁵².

No nosso ponto de vista, este documento mostrou-se importantíssimo, para compreendermos em que aspectos a Rua Formosa se apresentou verdadeiramente diferente e talvez inovadora. Podemos retirar desta passagem a vontade, por parte do monarca e das autoridades locais, de iniciar um processo de ‘arrumação’ e soluções higiénicas que, apesar de longo, vai acabar por acontecer. Pretende-se uma rua mais arejada, mais limpa e calma, e que, apesar de larga, não vai permitir que os homens a ocupem com estabelecimentos de trabalho de certo tipo. Leva-nos também a acreditar que, se não era permitido trabalhar na tanoaria em plena rua, outros ofícios seriam por maioria de razão proibidos – como os dos carneiros, por exemplo.

Na nossa opinião, variadas foram as figuras relacionadas com a Rua Nova que se distinguiram entre os demais, ao longo dos tempos. Para o período em análise, evidencia-se, claramente, o nome de Álvaro Gonçalves da Maia, vedor da Fazenda. Segundo Felgueiras Gayo, Álvaro Gonçalves da Maia foi senhor da Trofa e vedor da Fazenda de D. João I, que acompanhou na tomada de Ceuta. Curiosamente, um documento publicado por Magalhães Basto informa-nos que em 1395, ano em que são feitas as primeiras referências à Rua Nova, Martim da Maia e o seu filho Álvaro Gonçalves eram, simultaneamente, vedores da Fazenda Real¹⁵³. Ainda conforme o genealogista acima mencionado (F. Gayo), o pai de Álvaro Gonçalves, o referido Martim da Maia, fora seu antecessor no cargo de vedor do Mestre de Avis, ao lado de quem combateu nas guerras com Castela¹⁵⁴.

Após ter sido feito um brevíssimo historial sobre a figura que pretendemos apresentar, gostaríamos de nos debruçar sobre ela, tendo em atenção alguns dos aspectos que a fizeram sobressair perante as restantes personalidades que deram vida à Rua. Em primeiro lugar, não podemos deixar de ter em conta que Álvaro da Maia esteve intimamente ligado ao

¹⁵² Aforamento de umas casas na Rua Nova "com comdiçam que o dito Gomçalle Annes Adam nom lavrasse de seu ofiço de tenoaria em façe da dita Rua Fremosa sallvante de tras das ditas casas contra as Camguostas" – A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 2, fls. 4v – 7.

¹⁵³ BASTO, Artur de Magalhães, *Vereações Anos de 1390-1395*, pp. 413-414.

¹⁵⁴ GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Tomo XVIII, Braga, 1939, p. 13.

desenvolvimento da obra, numa fase claramente posterior à abertura da Rua Nova, e aforamento das suas casas, dado o cargo que desempenhava¹⁵⁵. Em 1520, o seu nome surge ainda mencionado num aforamento, como contador da Casa Real¹⁵⁶. Supomos que seja o mesmo Álvaro Gonçalves da Maia que estamos a analisar agora. Este documento que acabámos de referir é um contrato, datado de 1520¹⁵⁷, feito à sua irmã Isabel Luís – viúva de Pero Fernandes, escudeiro da Rainha –, e sabemos, através do dito aforamento, que em 1503, as casas foram emprazadas em três vidas, a João Álvares da Maia.

Podemos afirmar, portanto, que parece terem existido, não uma, mas duas casas dos Maias, pelo menos, e a segunda casa seria do próprio Álvaro Gonçalves; situava-se junto à Alfândega e era, como as restantes, foreira da Coroa: “...humas casas nossas que elle [João Esteves de Valença] traz emprazadas na cidade do Porto a par do nosso almazem que partem de huma parte com casas nossas que traz Alvaro Gonçalvez da Maia emprazadas e da outra parte com casas nossas que traz João de Burgos e das outras partes com ruas publicas...”¹⁵⁸. Gostaríamos de referir, ainda sobre um dos membros desta família – João Álvares da Maia –, que provavelmente, este possuía duas casas, por volta de 1500. Julgamos terem sido duas casas distintas, porque as confrontações dos dois contratos analisados não coincidem. Ainda que não o possamos afirmar com segurança, cremos que teria a posse de duas moradas diferentes, pois uma é mencionada num emprazamento, no qual é apresentado como proprietário (1499)¹⁵⁹; e no outro caso, o seu nome surge nas confrontações de umas outras casas doadas ao mercador João Gil, pelo escudeiro e tabelião Pero

¹⁵⁵ Ferrão Afonso já mencionava esta possibilidade, no seu trabalho publicado no ano 2000. AFONSO, José Ferrão, *A construção de um novo centro cívico...*, 2000, p. 37.

¹⁵⁶ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 37 – 38.

¹⁵⁷ Pomos algumas dúvidas nesta data, pois já constatámos noutros casos que existem alguns erros de datação nos documentos da *Leitura Nova*.

¹⁵⁸ Confrontações apresentadas no aforamento de umas casas a João Esteves de Valença Catarina Afonso Aranha. A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 112v – 113. Ao confrontar os nossos dados com os de Ferrão Afonso na sua investigação, apercebemo-nos de que as datas para este aforamento não coincidem. Ou seja, o documento que analisámos da *Leitura Nova* data de 21 de Abril de 1454; e o documento que este investigador trabalhou – A.D.P., Fundo Monástico, Convento de S. Francisco, *Tombo 2 do Convento de 1404 até 1600*, fls. 88v – está datado de 21 de Abril de 1418. Será erro de algum destes fundos documentais ou terá estado Álvaro Gonçalves durante 36 anos na mesma casa da Rua Nova?

¹⁵⁹ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fls. 109v – 110v.

Fernandes e sua mulher, a referida Isabel Luís (1501) – estas seriam *meias casas*, as quais dividia com o mesmo Pero Fernandes¹⁶⁰. Esta situação também nos leva a acreditar que Pero Fernandes possuía duas casas, em simultâneo: umas que doava a João Gil e outras onde vivia ele e a sua mulher e, noutra metade, João Álvares da Maia.

Uma outra família que se instalou na Rua Nova foi a dos Caminhas. Família de poder e prestígio, próxima da Corte, que esteve intimamente relacionada com a cidade do Porto e, alguns dos seus membros, com a Rua Formosa. De quem possuímos mais informação é, sem dúvida, de Pero Vaz de Caminha. Sabe-se ao certo que ele era filho de Vasco Fernandes de Caminha, cavaleiro do duque de Bragança e que, provavelmente, nasceu na cidade do Porto. Em 1476, substituiu o pai na função de Mestre da Balança da Casa da Moeda, que era uma posição de responsabilidade para a época. Em 1497, foi escolhido para redigir, na qualidade de Vereador, os Capítulos da Câmara Municipal do Porto, a serem apresentados às Cortes de Lisboa. Logo depois dedicou-se ao comércio e, em seguida, é designado escrivão da feitoria de Calecute, na Índia, de onde segue com Pedro Álvares Cabral, em 1500, a caminho do Brasil. Pero Vaz foi cavaleiro das casas de D. Afonso V, de D. João II e de D. Manuel I. Pai e filho distinguiram-se a serviço dos monarcas. Assim, possuímos três nomes que ficaram registados nos contratos feitos das casas em análise. São eles: Pero Vaz de Caminha, Catarina Vaz de Caminha¹⁶¹ e Vasco Fernandes de Caminha, que pensamos tratar-se do pai do primeiro. Os dois primeiros surgem num aforamento¹⁶² de 1442 (7 de Novembro) – sendo a foreira Catarina Vaz de Caminha¹⁶³; o último nome está relacionado com a venda de um prazo a Luís Carneiro e

¹⁶⁰ “Partem de huuma parte com casas em que ora vive Dieguo Loourenço tabaliam e da outra com casas em que vive Joham Alvarez da Maia e eu Pero Fernandez sobredito tabaliam” – A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fls. 106 – 107.

¹⁶¹ Colocamos a hipótese de esta Catarina Vaz de Caminha seja uma eventual irmã do Pêro Vaz. “Primeiramente Pero Vaaz de Caminha traz huumas casas na Rua Nova que diz que ouve de Vasco Ferraz seu pai o qual as ouve de Joham de Matos (...) E pedindo nos a dita Catarina Vaaz por mercee que posto o que assi tevesse per dado o aforamento das ditas casas lhe mandassemos dar outro [pois tinha perdido o primeiro]”. A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fls. 43v – 44.

¹⁶² A data apresentada não corresponde ao ano em que o aforamento foi feito a Catarina Vaz de Caminha. O aforamento já tinha sido feito antes, mas como a foreira tinha perdido o antigo, pediu um novo.

¹⁶³ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fls. 43v – 44.

Milícia Novais, em 1501 (25 de Novembro)¹⁶⁴. No primeiro contrato, ficámos a conhecer que as casas que Catarina Vaz de Caminha trazia por foro tinham sido outrora de Pero Vaz de Caminha, que por sua vez as recebeu de herança por parte de seu pai, Vasco Ferraz¹⁶⁵, que as tinha recebido através de uma doação feita por João de Matos.

Ainda acerca dos Caminha é interessante mencionar que, também os sogros de Pero Vaz de Caminha se estabeleceram na Rua Nova – Vasco Gil e Leonor Eanes. O contrato que nos permitiu esta constatação remonta a 1494 e a confirmação da venda dá-se apenas em 1514¹⁶⁶. Contudo, sabemos que, já em 1474, tinham sido vendidas umas casas a este casal¹⁶⁷.

Voltando ao contrato dos sogros de Pero Vaz de Caminha, no qual também é referenciado, teremos de admitir que nos suscitou uma certa curiosidade enquanto o analisávamos. Isto porque a informação que fomos dele retirando leva-nos a formar algumas interpretações. Em primeiro lugar, supomos que Leonor Eanes já se encontrasse viúva, na altura da venda das casas, visto que no outro contrato dos quais são foreiros, apareceu-nos sempre o nome de Vasco Gil e, na maior parte do documento, Leonor Eanes era referida como "sua mulher". Constatámos, através do documento, que Leonor Eanes não pretende ficar mais com aquelas casas, quer renunciar a elas, pois afirma que delas não tem "proveito nem aluguer"¹⁶⁸. Sabemos, no entanto, que nas mesmas vivia o seu filho, João Vaz Fernandes e Isabel Fernandes, sua mulher. É interessante verificar que apesar de não utilizar as casas como sua morada, ainda assim pagava o foro das casas. Curioso é que, mesmo vivendo lá o seu filho e nora, Leonor Eanes dissera ao almoxarife – Lopo Vaz Soares – "que nom avia de pagar de vazio mais do que tinha pago e por que nam avia dellas proveito nem aluguer que elle almoxarife as desse a quem quisesse por que ella por muitas vezes disse a elle almoxarife que mandasse meter as dictas casas em pregam"¹⁶⁹.

Antes de entregar as ditas casas a Gil Monteiro, que se mostrou interessado em comprá-las, Lopo Soares dirigiu-se a Pero Vaz de Caminha

¹⁶⁴ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fls. 137v – 138v.

¹⁶⁵ Supomos que seja um erro da *Leitura Nova*, e que o correcto seria Vasco Fernandes.

¹⁶⁶ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 93 – 95v.

¹⁶⁷ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 20v – 21v.

¹⁶⁸ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 93 – 95v.

¹⁶⁹ *Idem*.

para saber se este estaria interessado em ficar com as casas, se queria pagar o foro delas, porque “sua sogra dizia que desse elle almoxarife as casas a quem quisesse”¹⁷⁰. No entanto, Pero Vaz disse que não as queria por estarem muito danificadas.

Em 1502, Leonor Eanes ainda se encontra na Rua Nova, já viúva de Vasco Gil e ao tempo casada com o cavaleiro Afonso Leite. Leonor Eanes ficou, por morte de seu primeiro marido, Vasco Gil, com o título e prazo das casas da Rua Nova, onde vivem; casas essas que foram de Vasco de França¹⁷¹. Esta ideia leva-nos a pensar que Vasco Gil possuiu, pelo menos, duas casas diferentes na Rua Nova. Talvez quando Leonor Eanes vendeu aquelas a Gil Monteiro, já viveria noutra morada e, portanto, seria complicado pagar os dois foros. Leva-nos também a compreender que nem sempre a renúncia de aforamentos está relacionada com mudança de rua ou até mesmo zona, por não se ter possibilidades financeiras. Contudo, através deste exemplo constatamos que poderá estar ligada à impossibilidade de suportar vários foros, em simultâneo.

Um outro caso é o de Gil Carneiro, criado de João de Burgos. Não temos a certeza sobre o número de casas. Verificámos dois documentos que se lhe referem: um deles é o seu contrato de aforamento¹⁷² e o outro surge nas confrontações das casas do alfaiate Fernão Anes e João Esteves, mercador, inserido no aforamento dessas mesmas casas a Leonor Álvares, viúva do referido mercador¹⁷³. Assim, temos o primeiro contrato que regista a data de 24 de Junho de 1424 e o segundo aponta para o ano de 1432 (15 de Janeiro), onde é referido que as casas de Leonor Álvares “partem de huuma parte com casas que fazem pera Gill Carneiro”. Ou seja, este último aforou umas casas, em 1424, e ainda se construía em 1432? Na altura, demorariam oito anos a ficarem finalizadas? Ou seriam então duas moradas distintas? Pode ter aforado umas e, posteriormente, ter mudado para outras

¹⁷⁰ Colocámos esta passagem no documento por a considerar de interessante significado: como Leonor Eanes disse para dar o aluguer das casas a quem Lopo Soares quisesse, o almoxarife dirigiu-se a Pero Vaz de Caminha – isto mostra, por um lado, respeito pela pessoa de Pero Vaz e que este seria uma pessoa com um certo poder e prestígio perante os demais; mas por outro, também nos mostra que Pero Vaz de Caminha teria possibilidades de pagar o foro das casas e de financiar as despesas das obras que elas necessitavam.

¹⁷¹ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fls. 45v – 46.

¹⁷² A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 50v - 52.

¹⁷³ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fls. 298v – 300.

que, por exemplo, tivessem uma melhor localização ou tivessem compartimentos maiores. Podia ser que a construção de uma casa demorasse oito anos até ficar acabada e, a nosso ver, é o único motivo que justifica que, em 1432, ainda se falasse das mesmas casas que se aforavam a Gil Carneiro, em 1424. Ficou no ar a ideia de que podíamos, de facto, estar a falar de duas casas diferentes, mas não o podemos afirmar com segurança, pois os dados são insuficientes.

Um caso particular é o dos moradores João de Aragão e João Carneiro¹⁷⁴. Ora, existia um ‘chão’ na cidade, junto com a Rua Nova – o que significa que é perto, e não na própria rua; talvez início da Rua das Congostas –, que até ao momento se encontrava “vago e devasso”; eles “sob temçom de bem fazer aforaram o dito chaaoo aa dita cidade” e nele fizeram umas boticas “que lhes custarom muito dinheiro”. E estando em posse das referidas boticas há quinze anos foi-lhes ordenada uma demanda régia sobre as boticas, contra a cidade, “dizemdo que eram nossas [do monarca] e nom da dita cidade e forom julgadas a nos per semtemça que da data da dita semtemça em diamte se recadassem pera nos pera os possoidores dellas a remda dellas”¹⁷⁵. Mais adiante, refere-se que estes dois indivíduos trazem as boticas aforadas da cidade e que como as fizeram às suas próprias custas, o monarca ordenou que o almoxarife da cidade do Porto fizesse delas contratos de aforamento a João de Aragão e João Carneiro, e que fossem confirmados do mesmo modo que o são os outros feitos a pessoas que trazem casas e propriedades régias, até porque com as despesas que tiveram é “mais rezam a elles darem que a outro alguum”¹⁷⁶.

É bastante curioso este caso, pois transmite-nos a nítida sensação de que o monarca pretende ter estes dois mercadores, por serem ricos e prestigiados, juntamente com as suas boticas, como foreiros de propriedade régia. Primeiramente, aforam à cidade um ‘chão’ que lhes deve ter ficado a um preço bem mais acessível. Seguidamente, controem umas boticas às suas próprias custas e que, segundo o documento, gastaram um bom dinheiro. Se assim foi, não faria mais sentido aforarem logo umas boticas e

¹⁷⁴ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 35 – 36.

¹⁷⁵ *Idem*.

¹⁷⁶ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 35 – 36.

não um chão? Seria porque nos edifícios construídos não era permitido ter boticas ou não existia espaço para tal? Podemos ir por outra vertente e assim constatarmos que existirão neste caso mútuos interesses. Isto é, para o monarca também foi muito mais cómoda e ‘económica’ esta situação. Isto porque não se intrometeu no facto de aquele terreno ter sido aforado à cidade, pois provavelmente o valor da renda não justificaria, mas quando já lá se tinham feito umas boticas, pareceu-lhe mais que evidente apresentar uma demanda contra a cidade, reclamando que aquelas boticas se encontravam nas propriedades régias. Foi claramente unir o útil ao agradável – a renda era-lhe necessária e interessava-lhe ter aquelas boticas como foreiras, numa tentativa de mostrar que tipo de património possuía.

Consideramos estes pormenores preciosos para o nosso estudo. Não só o facto de completarem a nossa pesquisa para compreendermos como seria o espaço da Rua Nova, numa tentativa de a reconstituir, mas também nos alertam para a ideia de que o monarca pretendeu alargar o seu território para as imediações da rua Formosa, já no ano de 1458.

Após discorrer sobre estas diversas questões que naturalmente advêm de uma investigação que teve vindo a ser trabalhada, resta-nos abordar um último assunto. Apesar de ser o derradeiro não se mostra o menos importante; antes pelo contrário, apresenta-se como fulcral e primordial neste trabalho: tentativa de reconstruir as casas da Rua Nova tendo presentes os seus homens – não me refiro especificamente a moradores porque, como vimos, não foram só estes a dar vida à rua.

Em primeiro lugar, devemos sublinhar que tentar fazer ligações entre casas, através das confrontações, não é tarefa fácil. Foram numerosos os obstáculos que se impuseram no nosso caminho e nem sempre foi possível contorná-los ou eliminá-los. Destacamos, por exemplo, a homonímia por ser talvez a mais gritante. É de facto um problema quando tentamos interligar informação e termos uma série de nomes iguais e tão poucos dados relevantes que nos façam compreender se se trata da mesma pessoa ou se será filho ou um outro indivíduo cujo nome é simplesmente igual. Por vezes, o que nos salva é a profissão ser diferente ou, no caso de ser a mesma, existirem dados iguais que nos levem a acreditar nisso.

Acontece também que, nalguns casos, consideramos duas pessoas como distintas por o nome estar incompleto num dos documentos – verificámos um caso em que era referido um tal António Fernandes num documento, e que noutro já aparecia como António Fernandes Cubas; numa primeira análise, assumimos como duas pessoas diferentes e, posteriormente com uma leitura mais atenta, apercebemo-nos de que se tratava de uma só pessoa pois as confrontações com a vizinhança eram as mesmas.

Passando para uma outra dificuldade, falemos na cronologia. Muitas vezes, tentámos relacionar indivíduos com o intuito de ligar casas; numa primeira fase, pensámos que seria pouco complicado. Os nomes repetiam-se nos diversos documentos e, portanto, se de um lado tínhamos a ligação com a casa de tal pessoa, para o outro só podiam ser as casas do outro nome mencionado. Mas nem sempre se verificou esta lógica que nos parecia evidente...Isto porque, nalguns casos, os vizinhos eram os mesmos mas a pessoa a quem se estava a aforar as casas não era a mesma; portanto, ficamos sem perceber se a sua permanência foi anterior ou posterior à outra. Ou então surge o contrário, ou seja, o foreiro mantém-se o mesmo mas as confrontações apresentam-se diferentes. Para os homens medievos o que estava registado nestes documentos tornava bastante menos complicado de compreender de que casas se tratava e onde se localizariam através dos dados que eram fornecidos nos contratos, mas para nós hoje em dia a informação não se mostra tão clara.

Deparámos com um outro problema, que é a ambiguidade das palavras e dos dados. Tantas vezes, as palavras ou expressões se apresentam de um modo tão vago que nos é quase impossível termos a certeza do verdadeiro significado delas. Um desses exemplos é precisamente o das confrontações de casas; isto é, apenas se refere que “de uma parte tem as casas de determinada pessoa e que de outra tem as casas de um outro indivíduo. Ficamos sem dados que nos remetam se seria para nascente ou poente, se traseiras ou se para a frente. Na maioria dos documentos transcritos, são especificadas as confrontações nas traseiras – normalmente são com eixidos ou, por exemplo, com as hortas de S. Domingos – e na parte da frente – quase sempre “rua pública”. De qualquer forma, é evidente que a

informação que, aos nossos olhos, se mostra lacunar, na altura provavelmente era suficiente.

Conseguimos, no início, fazer algumas ligações entre casas da Rua Nova: conjuntos de três, quatro ou duas casas. No entanto, não era suficiente para o que pretendíamos. Só mais tarde nos foi possível acrescentar mais casas aos conjuntos que já possuíamos. Quanto às confrontações, gostávamos de relembrar que é ainda uma investigação incompleta, pois faltaria complementar esta nossa informação com a de outros tombos, tarefa que, infelizmente, o ‘tempo académico’ não nos permitiu executar. Estas ligações foram conseguidas devido a diversos motivos. Enumeremos alguns:

- Conjunto de casas cujas traseiras estão viradas ou enconstam ao muro de S. Domingos;
- Conjunto de casas cujas traseiras dão para os eixidos de um Fernand’Anes;
- Um outro conjunto em que as traseiras dariam para os eixidos de um João Luís “das Congostas”;
- Conjunto de casas que, através dos nomes dos “vizinhos”, nos foi possível unir.

Fazer a ligação entre casas nem sempre implica que nos seja possível localizá-las no espaço físico da Rua Nova. Exemplo disso é o caso das casas cujas traseiras estão viradas ou encostam ao muro das hortas de S. Domingos, as quais podemos colocar numa zona mais restrita da Rua, mas mesmo assim desconhecemos, em alguns casos, o seu local exacto; até porque não temos conhecimento do número de casas que existiriam nessa parte da rua. Hoje desapareceram todas as casas que aí havia, mas sabe-se através destes documentos, de trabalhos anteriores já aqui referidos e, ainda, de uma célebre gravura antiga – que nos mostra nessa zona uma casa – que era também um espaço construído. Se nem com a referência ao muro de S. Domingos nós podemos afirmar com exactidão onde se encontrariam, mais complicada se torna a tentativa de identificar os outros conjuntos de casas que apenas relacionámos por apresentarem a mesma informação quanto às traseiras.

Quanto às casas que unimos através das confrontações laterais, ainda se tornou mais difícil localizá-las no espaço. No entanto, por vezes, surgem indicações preciosas, pois remetem para um micro espaço, podendo já colocar determinadas casas nessa mesma zona. A título de exemplo, refiro-me a expressões como “ao chafariz da rua nova”, “casas que de huuma parte partem com a rua das congostas” ou ainda “de huuma parte contra a rua dos mercadores e da outra contra a ribeira”.

Deste modo, considerámos que seria mais prudente apresentar esta nossa parte do trabalho em forma de quadros, estando conscientes de que a percepção dos dados reunidos se tornará menos complicada e de fácil leitura para quem não se sinta familiarizado com esta temática. Para nós é mais simples relacionar determinado indivíduo com as gentes que habitam as casas vizinhas, devido ao muito tempo que lidámos com toda esta informação; contudo, esta dissertação não é somente feita para nós, mas sim com o intuito de abrir novas portas à História do Porto e da Rua Nova.

Assim, uniremos a informação que reunimos e trabalhamos com a de vários autores que já se debruçaram sobre o estudo das casas e gentes da Rua Nova. Não ficará à margem a informação que recolhemos do trabalho elaborado por investigadores do Arquivo Histórico Municipal do Porto, com base em documentação do século XVIII.

5. Conclusões

Ao longo deste trabalho e de toda a nossa investigação, procurámos delinear as principais características da Rua Nova, analisando algumas das suas vertentes. Quisemos conhecer mais de perto esta micro-realidade, a sua construção, as suas gentes e a vida que nela se desenrolava.

Numa tentativa de olhar a rua sob outro ângulo, fomos movidos pelo desejo de conhecer a localização das suas casas, com os seus diferentes moradores. Neste sentido, socorremo-nos, como já referimos, de diversos contratos, deles aproveitando o que se nos oferecia sobre esta matéria. Pretendemos sublinhar o carácter acanhado de que se revestiram algumas das nossas tentativas de concluir determinadas interrogações que fomos colocando nesta dissertação, fruto da investigação que levámos a cabo. Provavelmente, quem sabe?, num trabalho futuro nos será possível responder a muitas das questões relativamente às quais nos limitámos, neste estudo, a pouco mais que enumerar. Algumas “conclusões” foram timidamente apresentadas, parecendo-nos mais sensato tomá-las, na sua maioria, como hipóteses viáveis para as quais, futuramente, esperamos obter resultados mais enriquecedores.

A Rua Nova mostrou-se, desde cedo, um tema bastante interessante de desenvolver. Numa primeira fase, reunimos toda a informação que nos permitiu conhecer o estado da Arte, para que fosse possível traçar um ponto de partida; conhecer o que existiu antes da construção da Rua Formosa e os impactos que esta causou. Sabíamos que os seus limites eram o Convento de S. Francisco e a Rua dos Mercadores. No entanto, estranhávamos o estreitamento da rua no troço que medeia entre a actual Rua de S. João e a dos Mercadores. E é precisamente aqui que entra a importância de conhecermos as figuras que transitavam por esta zona ribeirinha, pois foi através de uma delas, o mercador João Martins Ferreira, que nos apercebemos de que só mais tarde esse troço fará parte da Rua Nova: tendo o Rio da Vila como barreira, o mercador lançou uma ponte para aceder à Rua Formosa. Inicialmente, talvez tenha colocado apenas algumas tábuas que

permitissem esse acesso, mas o facto é que estava aqui a ligação que fez com que a rua se estendesse até à dos Mercadores.

Ao desenvolver esta investigação deparámos com alguns dados que quebram, em parte, a imagem tradicional da rua. Não queremos, de forma alguma, tomar como erradas as palavras de outros investigadores; no entanto, temos algumas dúvidas em certas ideias. Fundamentamos isto, por exemplo, com a profissão e estatuto social de alguns dos moradores que analisámos. Profissões como carpinteiro, barbeiro, marinho, sapateiro, etc., vêm alterar a ideia de que a Rua Nova era a rua das elites, por excelência, nos séculos XV e XVI. Podia ser, mas com elas coabitavam e misturavam-se uma série de outras gentes. Um outro aspecto que nos chamou a atenção foi o caso do picheleiro Nuno Rodrigues, que possuía umas boticas junto ao chafariz da Rua Nova onde, posteriormente, fez casas sobradadas. Ou seja, primeiro montou o seu negócio e só depois se tornou residente – isto vai logo contra o esquema tradicional.

A uniformidade de estilo e de alçado que se pretendia ver na Rua Nova também nos deixou algumas dúvidas. É certo que o comum seria os dois sobrados, tendo a casa um rés-do-chão, primeiro e segundo andar; no entanto, temos pelo menos três casos que nos levam a questionar se tal uniformidade existiu de facto e na totalidade. Primeiro, temos casas a possuírem lojas/sobrelojas e outras não; segundo, vemos Afonso Anes de Sá a aforar uma casa térrea, possuindo apenas o rés-do-chão, na qual lhe é dada a liberdade de acrescentar os *sobrados* que quiser; e por último, temos o exemplo da casa junto a S. Nicolau que apenas podia ter um sobrado – este facto pode ser um pouco dúbio: tanto nos pode remeter para uma ‘falha’ na uniformidade do alçado, como pode também sugerir um certo desnivelamento da rua, isto é, pretendia-se que o alçado fosse igual, mas como existe um desnível, só poderá ter um andar. Quanto ao estilo, as nossas dúvidas prendem-se com o facto de só algumas casas terem a obrigação de colocar as armas da Coroa nas fachadas, *abertas em pedra e pintadas no frontal*; de certas casas possuírem chaminés e privadas e outras não; e de umas possuírem mais divisórias do que outras.

Queremos, no entanto, deixar claro que a construção da Rua Nova foi, sem dúvida, uma medida inovadora, principalmente no seu traçado e

dimensões, bem como no luxo das suas casas (que decerto seriam melhores do que as restantes). Pensamos poder mesmo afirmar que a Rua Formosa veio alterar o modo como se pensava o urbanismo. Voltamos a dizer que, inevitavelmente, a Rua Nova veio alterar a paisagem no sentido em que as ruas e vielas que com ela comunicavam começaram a parecer mais estreitas e escuras do que na realidade eram. Portanto, podemos calcular o impacto que esta Rua terá tido no mundo medieval, não esquecendo que muitos a designaram por praça.

Por último, gostaríamos de referir que o presente trabalho é apenas um reabrir da página da História da Rua Nova, onde tratámos assuntos ainda pouco esclarecidos. No entanto, continuará uma temática em aberto para trabalhos futuros no sentido de culmar interrogações que ficaram no ar ao longo desta investigação. Talvez as respostas venham a ser completadas através de documentação mais recente, no âmbito da “História regressiva”, numa tentativa de testar eventuais contínuidades entre as épocas.

6. Fontes e Bibliografia

Fontes Impressas

BASTO, Artur de Magalhães, *Vereações Anos de 1390-1395*. “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. I, C.M.P., Porto, [s/d].

Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367), edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1984.

Fontes Manuscritas

A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, Liv. 1 – 5.

A.N.T.T., *Chancelaria de D. João VI*, Liv. 1.

A.H.M.P., *Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau*.

A.D.P., *Fundo Monástico, Convento de S. Francisco, Tombo 2 do Convento de 1404 até 1600*.

Estudos

AFONSO, José Ferrão, *A construção de um novo centro cívico: Notas para a História da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV*, Museu, IV série, nº 9, 2000.

AFONSO, José Ferrão, *A Rua das Flores no séc. XVI, Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*, vol. I, F.A.U.P. Publicações, Porto, 2000.

A.H.M.P., *Quarteirão da Casa do Infante – Razões de ser de uma intervenção*, Estudo elaborado por investigadores do A.H.M.P, Porto, [s/d].

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro M. D. Brochado de, *Vestígios romanos encontrados na Rua Mouzinho da Silveira – Porto*, “Revista Portugalia”, Nova Série, vol. XXIII, 2002.

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel, *Os Homens que pagaram a Rua Nova – Fiscalidade, Sociedade e Ordenamento territorial no Porto Quatrocentista*, “Revista de História”, vol. VI, Cap. I, Centro de História da Universidade do Porto, I.N.I.C., Porto, 1985.

BASTO, Artur de Magalhães, *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV a XVIII*, Porto, CMP, [s/d].

BASTO, Artur de Magalhães, *Desenvolvimento Topográfico da Cidade – Sécs. XII-XV*, in *História da Cidade do Porto*, vol. I, Porto, 1962.

BRAUNSTEIN, Philippe, *Les débuts d'un chantier: le Dôme de Milan sort de terre, 1387*, in *Pierre & Métal dans le bâtiment au Moyen Âge. Etudes réunies par Odette Chapelot et Paul Benoit*, Paris, Editions de l'Ecole des hautes études en Sciences Sociales [1995] 2001

DUARTE, Luís Miguel, *Quando as casas se queriam pequenas (Espaço e Medidas na Idade Média)*, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, 2003. (p.183-192). Visualizado em suporte digital (pdf).

DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos, *Prazos do século e prazos de Deus – Os aforamentos na Câmara e no Cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV*, in “Revista da Faculdade de Letras (História)”, II série, vol. I, U.P., Porto, 1984, (p. 97-134).

FERRAMOSCA, Fabiano, *O Porto Medieval e o seu termo: segundo o Livro da Rua Nova*, FLUP, tese de mestrado, policopiado, Porto, [s/n], 1998.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Guimarães 'duas vilas, um só povo'* – *Estudo de História Urbana (1250-1389)*, tese de Doutoramento, Braga, 2010.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376 – 1520)*, dissertação de Mestrado, FLUP, Porto, 1987.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e, *Toponímia Portuense*, Matosinhos: Contemporânea, 1999.

GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Tomo XVIII, Braga, 1939.

GONÇALVES, Iria, *Finanças Municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Arquivo Histórico – C. M. P., Porto, 1987.

GONÇALVES, Iria, *Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*, in “Estudos Medievais”, nº 7, Porto, 1986.

LEGUAY, Jean-Pierre, *La rue au Moyen Âge*, Paris, 1981.

LOBO, António de Sousa Silva Costa, *História da sociedade em Portugal no século XV e outros estudos históricos*, Lisboa, Coop. Ed., História Crítica, 1979.

MACHADO, Maria de Fátima Pereira, *A Praça da Ribeira no Porto Manuelino*, Revista da Faculdade de Letras: História, série II, vol. 14, 1997.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A sociedade medieval portuguesa*, 3ª. Ed., Sá da Costa, Lisboa, 1974.

MARQUES, A. H. de Oliveira, “Pesos e Medidas”, In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, V volume, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 62-72.

MARQUES, José, *Património Régio na Cidade do Porto e seu Termo nos finais do século XV*, Actas do Colóquio “O Porto na Época Moderna” II, Revista de História, vol. III, Porto, 1980.

MELO, Arnaldo de Sousa, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*, tese de Doutoramento, vol. I, Braga, 2009.

Um Mercador e Autarca dos séculos XV-XVI: O Arquivo de João Martins Ferreira, Porto, A.H.M.P., 1996.

OLIVEIRA, J. M. Pereira de, *O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimento*, vol. I, Coimbra, Instituto da Alta Cultura – Centro de Estudos Geográficos, 1973.

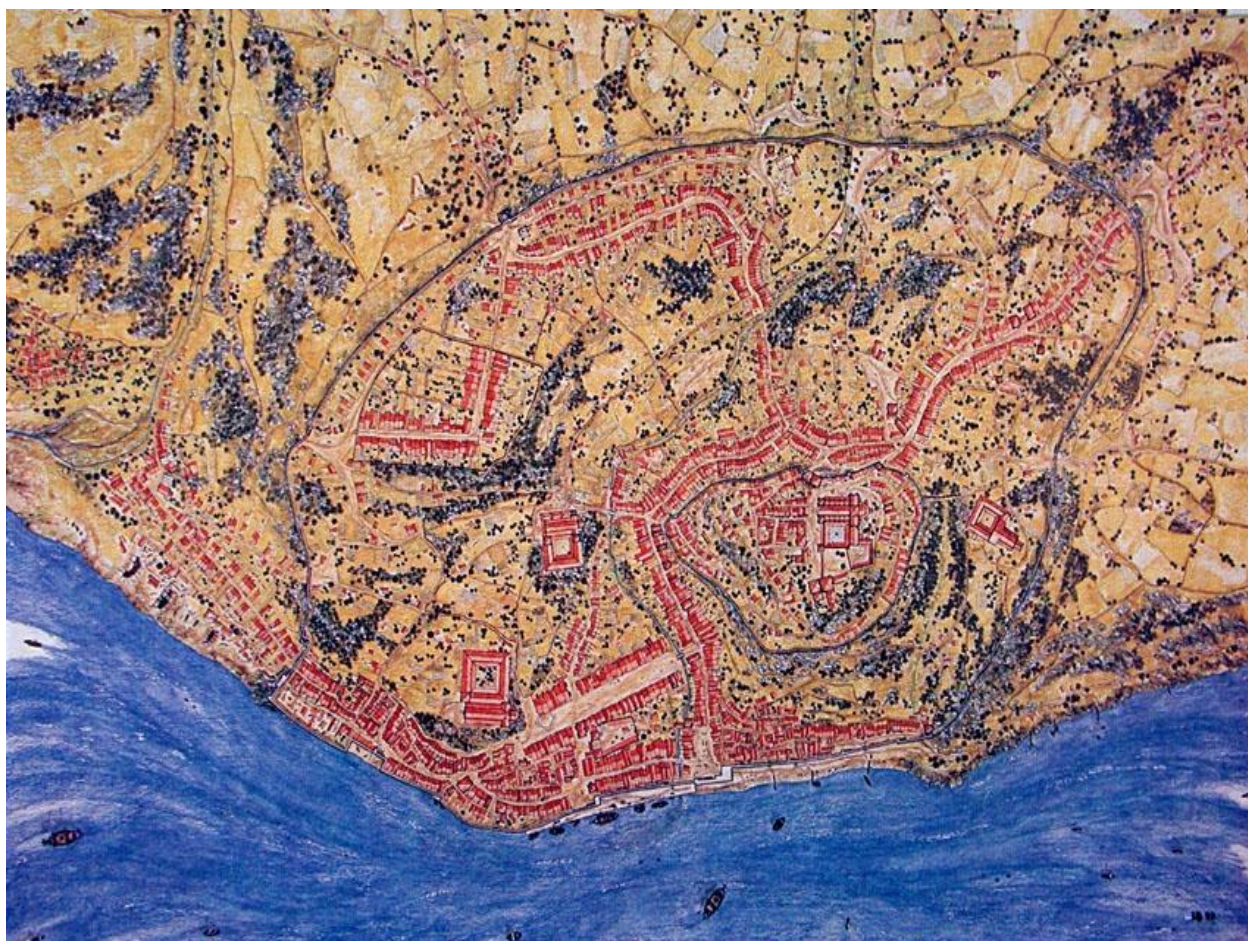
OLIVEIRA, J. M. Pereira de; MARQUES, Hélder, *A Evolução Urbanística do Núcleo Histórico do Porto*, FLUP, Instituto de Geografia, Porto, 1992.

SOUSA, Armindo de, *Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV*, “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, 2ª série, 1 (1983), (p.9-103).

SOUSA, Armindo de, “Tempos Medievais”, in *História do Porto*, dir. de Luís A. de Oliveira Ramos, 2ª edição, Porto Editora, 1994, (p. 119-253).

ANEXOS

Planta 1 – Planta Medieval do Arquivo Histórico Municipal do Porto



(Gentilmente fornecido pelo A.H.M.P. – D-CDT-B4-110)

Planta 2 – Planta da Rua Nova de José Ferrão Afonso



1 – Convento de S. Francisco; 2 – Rua Nova; 3 – Chafariz e boticas; 4 – Boticas das judias; 5 – Rua das Cangostas; 6 – Casa do Arco Grande; 7 – Viela e Rossio do Forno Real; 8 – Torre de Estevão Lourenço; 9 – Torre de João Martins Ferreira; 10 – Rua dos Mercadores; 11 – Casa de Fernão Luís; 12 – Casa dos Caminhos; 13 – Torre – estalagem de Diogo de Bustamante; 14 – Praça da Ribeira; 15 – Casa da Moeda; 16 – Alfândega; 17 – Casa dos Contos; 18 – Rossio do Cais; 19 – Paço dos Tabeliães e Casa do Ver-do-Peso; 20 – Casa queimada (Rui Pereira); 21 – Igreja de S. Nicolau; 22 – Rua da Reboleira; 23 – Torre de Álvaro Gonçalves da Maia; 24 – Postigo de Álvaro Gonçalves.

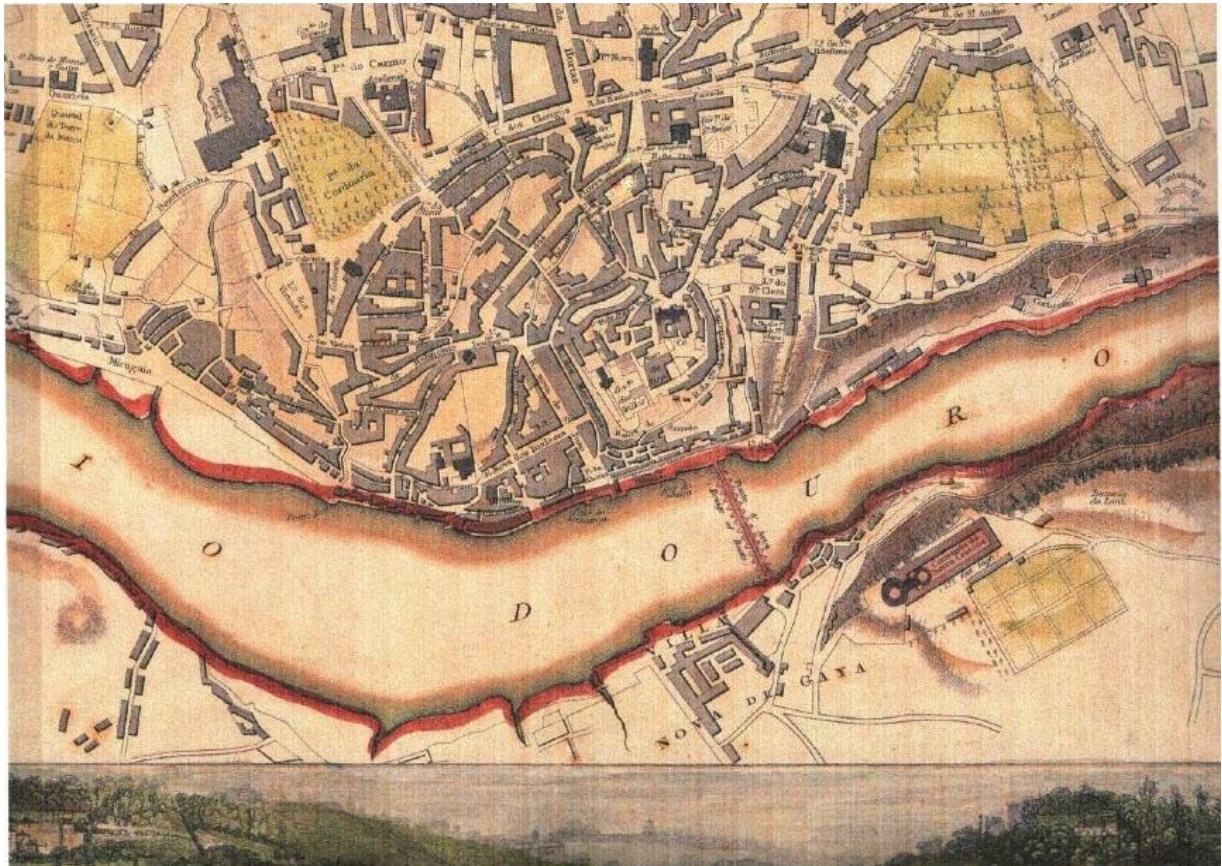
(AFONSO, José Ferrão, A construção de um novo centro cívico: Notas para a História da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV, Museu, IV série, nº 9, 2000.)

Planta 3 – Parte da actual Rua Infante D. Henrique



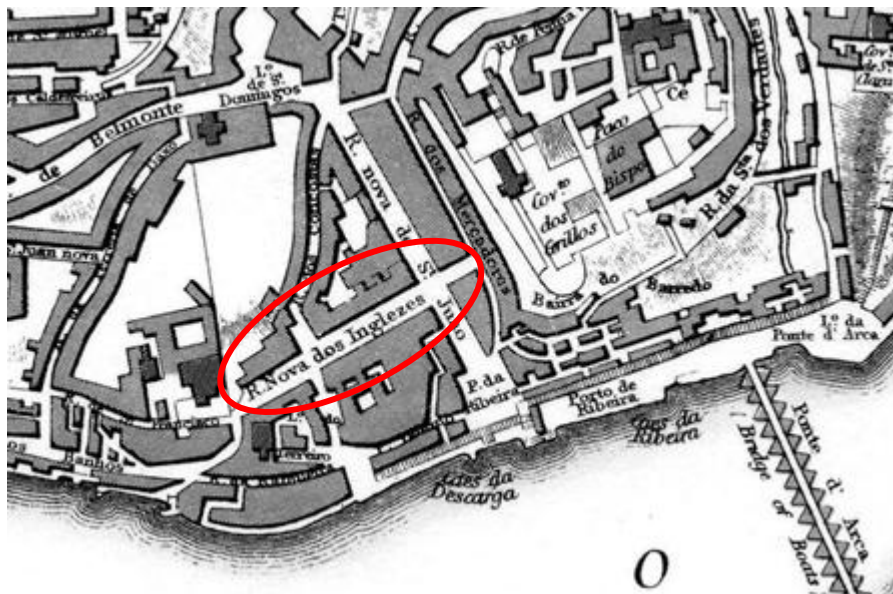
(retirado do Google Earth)

Planta 4 – Planta de W. B. Clarke (1834)



(Gentilmente fornecido pelo A.H.M.P. – D-ALB-014-003)

Planta 5 – Pormenor a preto e branco da Planta 4



Margem Norte: ocidente-orient

Quadro 3 – Casa n.º 1

22 Julho, 1449	Aforamento ao tanoeiro Vicente Gonçalves e ao Porteiro dos Contos João Afonso. Confrontações: • S. Francisco (adro); • Herdeiros de Afonso Dinis “bexigoso”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 289 – 291v.)
3 Agosto, 1459	Leonor Eanes, mulher de João Afonso, Catarina Dias e Álvaro Dinis (parentes chegados) não quiseram a casa por causa das dívidas de João Afonso, e por as casas estarem danificadas. Assim, o tabelião Lourenço Pires e a mulher, Filipa Anes, ficaram com as ditas casas. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 289 – 291v.)
27 Abril / 7 Junho, 1460	Vicente Gonçalves doa metade das casas ao ourives alemão Cristóvão Fernandes. Isto porque Vicente Gonçalves e Inês da Maia já estavam velhos, doentes e pobres e não podiam manter o foro nem correger a metade das casas, visto estarem muito danificadas. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 289 – 291v.)
1 Novembro, 1460	O tabelião Lourenço Pires¹⁷⁷ e Filipa Anes doam a sua metade da casa, que foram de João Afonso, a Cristóvão Fernandes, ficando este com a casa por inteiro. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 289 – 291v.)
11 Novembro, 1460 ¹⁷⁸	Cristóvão Fernandes e a sua mulher, Catarina Vaz, estando a ficar velhos e pobres, doaram o aforamento ao mercador Álvaro Gil e Catarina Anes.¹⁷⁹ (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 289 – 291v.)

¹⁷⁷ Ferrão Afonso identifica este homem como Gonçalo Pires (não indicando a fonte, pelo que não nos foi possível esclarecer esta dúvida).

¹⁷⁸ Ferrão Afonso coloca esta doação no ano de 1461 (19 de Maio) e apresenta Álvaro Gil como sendo marinheiro. Apresentou a fonte (A.D.P., *Contadoria da Comarca do Porto, Contcprtlv 0006*, In AFONSO, José Ferrão, *obra citada*, p. 47) mas sem o nr.º do fôlio o que nos impossibilitou o esclarecimento.

¹⁷⁹ A 13 de Agosto de 1460, temos notícia de que Leonor Gonçalves, viúva de João André tosador, doou umas casas na Rua Nova a Cristóvão Fernandes, por não as poder manter – “partem de hum cabo com casas em que mora Joham Estevez de Barcellos marinheiro e da outra parte com casas em que mora Vasque Annes de Miramda e per detras com Rua de Sam Nicullao e per diamte com a dita Rua Nova”. A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fls. 291v – 293.

11 Setembro, 1461	Álvaro Gil e Catarina Anes doam metade do aforamento ao tosador Gil Vaz e Maria Fernandes. Gil Vaz e mulher – “ajam pera sempre o sobrado de todo o cima das dictas casas todo e a metade da logia com sua sobrelogia como esta repartida com o portal grande defronte a Rua Nova”; Álvaro Gil e mulher – “ajam pera sempre o sobrado de baixo com a outra metade da logia com o postigo pequeno contra a dicta Rua (...) ajam a cozinha que esta no sobrado de cima como ora esta departido no topo da escada e a saída pera detras he resso”; “Todos se sirvam pella escada direita”¹⁸⁰. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 204 – 205v.)
-------------------	--

Quadro 4 – Casa n.º 2

13 Junho, 1435	A viúva Inês Gonçalves, mãe do tabelião Salvador Anes, vende o foro que dele herdou ao mercador Álvaro Dinis. Inês Gonçalves, por estar a passar necessidades, queria vender o foro das casas: “a dita Ines Gonçalvez madre do dito Salvador Annes e Maria Dominguez sua nora fizeram partiçom dos beens que o dito Salvador Annes avia com a dita Maria Dominguez sua molher. E que na dita partiçom acontecerom as ditas casas aa dita Inês Gonçalvez per herança do dito seu filho”; “e que por alguumas necessidades que a pollo presente comstrangiam (...) fez trespassamento dellas em Álvaro Denis mercador” Confrontações: • Casas que traz o feitor Afons'Eanes; • O carpinteiro Álvaro Esteves; • Detrás com a horta de S. Domingos. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 78 – 79.)
1449	Herdeiros de Afonso Dinis “bexigoso”, segundo as confrontações da casa n.º 1.
1451	Casas onde Álvaro Dinis, segundo confrontações da casa nr.º 3 e da doação de Maria Álvares, sua mulher, apresentada infra.
15 Fevereiro, 1462	Maria Álvares, viúva de Álvaro Dinis, faz doação do foro a Afonso/Álvaro (surgem ambos os nomes) Anes de Guimarães, criado do duque de Bragança. Confrontações: • Casas em que mora o mercador Álvaro Gil e o tosador Gil Vaz; • Casas em que vive o mercador Nicolau Gonçalves; • ‘Entesta’ com o muro da horta de S. Domingos. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 273 – 274v.)

¹⁸⁰ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fls. 204 – 205v.

7 Julho, 1480	Afonso/Álvaro Anes de Guimarães e Catarina Anes vendem o aforamento a Gonçalo do Souto, mercador – filho do carnicheiro João do Souto e de Catarina Álvares. Confrontações: • Casas em que o mercador Álvaro Gil; • Casas onde mora o mercador Nicolau Gonçalves; • Traseiras para a horta dos frades de S. Domingos. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 43 – 44v.)
8 Novembro, 1502	Confirmação do aforamento a Fernão da Mota e mulher “Pedimdo nos o dito Fernam da Mota que por quanto o dito Gonçallo do Souto era falecido da vida deste mundo e elle estava em posse das ditas casas por lhes pertencerem por quanto era casado com a molher que fora do dito Gonçallo do Souto a quem ficaram”. “Que ponha nossas armas abertas em pedra e pintadas no frontal dellas sobre a porta das ditas casas pera se em todo tempo saber como a propriedade dellas he nossa e avemos por ellas de aver o dito foro”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 43 – 44v.)

Quadro 5 – Casa n.º 3

22 Março, 1451	Aforamento a Vasco Anes, criado de Estevão Lourenço que fora alcaide da Moeda. Confrontações: • Casas em que mora Álvaro Dinis; • Casas em que vive João Privado; • Detrás contra a horta de S. Domingos. Casas em que deve fazer escadas, “tavoados e almareos e suas chaminees e lhe façam huma privada”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 293 – 294.)
23 Agosto, 1470	Vasco Anes e Isabel Gil vendem o foro ao mercador António Fernandes Cubas – filho de Fernão Anes das Póvoas, igualmente mercador. Confrontações: • Casas de Álvaro Dinis – foreiras ao Armazém da dita cidade; • Casas de seu pai, Fernão Anes das Póvoas. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 25v – 27.)

Quadro 6 – Casa n.º 4

8 Dezembro ¹⁸¹ , 1423	Aforamento a Catarina Afonso Aranha, viúva de João Esteves de Valença¹⁸². Confrontações: • Casas que tem de foro Afons'Eanes, criado do Rei; • Casas que “ora se fazem”; • Detrás com sua saída e frente com rua pública. “Fossem feitas e acabadas de pedraria e carpentaria assi e pella guisa que foram as casas do dito Afoms'Eanes”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 295 – 297.)
10 Março, 1424	Pura doação de Catarina Afonso Aranha a Rui Dinis, seu sobrinho, que era casado com Maria/ Catarina Anes. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 295 – 297.)
30 Julho, 1462	Fernão Anes das Póvoas herda o foro das casas, por ser casado com Aldonça Rodrigues, filha de Rui Dinis. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 295 – 297.)
21 Fevereiro, 1512	Venda do foro a Isabel Brandão e João Sanches, por parte de Aldonça Rodrigues¹⁸³. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 100 – 102.)

¹⁸¹ Ferrão Afonso refere 22 Janeiro como data deste aforamento; não refere fonte documental (AFONSO, José Ferrão, *obra citada*, p. 49)

¹⁸² Temos notícia de que, a 26 de Dezembro de 1423, Catarina Afonso Aranha, vende umas casas “que assi estam amte o dito almazem que assim ouvera por escambo do dito Senhor o dito Joham Estevez”, por 30 marcos de prata, ao Procurador João Martins e Clara Fernandes, sua mulher. Confirmado a 9 de Dezembro de 1435. A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 112v – 113.

¹⁸³ Neste documento surgem-nos dois nomes para o marido de Aldonça Rodrigues: Fernão Anes e Álvaro de Araújo – este aparece já mais para o final do documento. Leva-nos a ponderar a hipótese de se tratar de um segundo marido de Aldonça, já em 1512. No entanto, é uma mera possibilidade, sem bases para se fundamentar.

Quadro 7 – Casa n.º 5

1 Setembro, 1424	Aforamento ao almoxarife João de Burgos¹⁸⁴ – “casas novas que se na Rua Nova da dita cidade faziam”. Confrontações: • Junto com curral dos frades de S. Domingos; • Casas que traz de foro Catarina Afonso Aranha; • Casas que tem João Afonso, porteiro dos Contos; • Traseiras com sua saída e frente com a rua pública. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 297v – 298v.)
15 Maio, 1454	Isabel Gomes da Silva, filha de João de Burgos, doa as ditas casas ao mercador João Carneiro, por viver fora do Porto e, portanto, não poder reparar e correger as mesmas: "casas de Joham de Burgos em que ora mora Joham Carneiro as quaees casas ficaram a sua mulher do dito Joham de Burgos e per sua morte delle ficaram a Isabell Gomez da Silva sua filha morador em Lixboa que ha d'acudir com ho dito foro". • “Joham Carneiro era homem abonado na dita cidade e ho poderia mui bem fazer e pagar a nos nosso foro dellas em cada huum anno”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 297v – 298v.)

Quadro 8 – Casa n.º 6

16 Julho, 1424	Aforamento a João Afonso – Porteiro dos Contos ¹⁸⁵ .
27 Junho, 1447 ¹⁸⁶	Venda das casas ao pescador João Pires. Confrontações: • Casas onde morou João Carneiro; • De uma parte com o chafariz e com as boticas; • Detrás com o seu eixido e ‘entesta’ no muro da horta de S. Domingos; • Frente com a Rua Formosa. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 48 – 49; referido por Afonso, J. Ferrão, <i>obra citada</i>, p. 49)

¹⁸⁴ Possuímos um documento que nos fornece a informação que Gil Carneiro, criado de João de Burgos, também trazia umas casas aforadas na Rua Nova, no ano de 1424 – para estar próximo do seu senhor, como podemos verificar na passagem do documento: "Gil Carneiro criado de Joham de Burguos nosso almoxarife nos pedio por merce que lhe dessemos huuma casa nessa Rua Formosa por viver acerca do dito Joham de Burguos". A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 5, fls. 50v - 52.

¹⁸⁵ Esta terá sido a primeira casa de João Afonso na Rua Nova. A segunda seria a casa n.º 1.

¹⁸⁶ Temos algumas dúvidas quanto a esta cronologia que José Ferrão Afonso refere, pois verificámos na casa n.º 5 que Isabel Gomes da Silva doa as casas a João Carneiro apenas no ano de 1454; e nas confrontações que se retira do documento que Ferrão Afonso apresenta, no ano de 1447, menciona “casas em que morou Joham Carneiro”, o que nos leva a notar um desfazamento de datas.

Quadro 9 – N.º 7 – relativo a umas boticas que estavam junto ao chafariz da Rua Nova

5 Julho 1458 ¹⁸⁷	Aforamento de umas boticas a João de Aragão e João Carneiro. • Boticas feitas num terreno que lhes foi aforado pela cidade, e que depois foi julgado ao Rei. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 35 – 36.)
20 Julho, 1463	Aforamento das oito boticas a João de Aragão, filho do foreiro com o mesmo nome acima referido; mas apenas poderá ficar em posse do foro após a morte de seu pai e João Carneiro – “nos praz que depois do fallecimento d’ambos os sobreditos elle tenha e aja de nos as ditas oito buticas (...) pera sempre pera elle e todos seos herdeiros e soçessores que depos delles vierem per linha masculina” Confrontações: • Partem da parte do ‘vendaval’ com: casas em que “ora vive Joham Rodriguiz Andorinho” e com o chafariz; • Da outra parte com muro das hortas do mosteiro de S. Domingos e com a dita Rua (das Congostas). (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 45 – 45v.)

Cruzamento com a Rua das Congostas

Quadro 10 – Casa n.º 8

Data desconhecida	Aforamento a Álvaro Gonçalves referente a umas casas, que estão junto com as que traz aforadas Estêvão Domingues.
30 Outubro, 1423	Aforamento de “casa que se ora fazia na dita rua” a Gil Vicente, homem do Rei, filho do corretor Vicente Anes. Confrontações: • Que parte “da huuma parte com rua pubrica que vai pera as Congostas”; • De outra com casas que se “ora fazem” na Rua Formosa; • Detrás partem com casas em que mora o Mestre Pero na Rua das Congostas. “Aja huuma saida de huum pequeno de chaao que ora estaa em aberto e per diante rua pubrica per tall guisa e condiçom que as ditas casas fossem feitas e acabadas de pedraria e carpentaria assi pella guisa que forem as outras casas suas iguaaes que estavam daquella parte quando lhe forem entregues.”; “E se poventura o dito Gill Vicente quiser abrir algumas portas contra a rua que vai para as Congostas que as faça e as abra ha sua custa ou outra quallquer cousa que quiser fazer e chaao susodito que o faça ha sua propria despesa. E acontecendo que el-Rei meu Senhor mande que deribem as casas em que mora o dito mestre Pedro que estam em direito destas sobreditas casas per detras na Rua das Congostas que as ditas casas ajam saida segundo que as ham as outras per medida que el-Rei mandou e nom as mandando derribar que nom ajam saida senam como ora estam começadas com ho chaao susodito”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 62v – 64v.)

¹⁸⁷ A 21 de Abril de 1467 foi trasladada em carta testemunhável do aforamento. (A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 35 – 36.)

7 Novembro, 1430	As casas ficam para seu pai, o corretor Vicente Anes – “Gill Vicente se finou e ao tempo de sua morte ficou delle huuma sua filha ha quall moça pertencia o foro das ditas casas como verdadeira herdeira (...) a dita moça se finou e per bem de sua morte fiquei eu seu herdeiro como seu avoo que era”. Confrontações: • “estam jumto com as que traz aforadas Estevam Dominguez”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 62v – 64v.)
31 Março, 1451	O aforamento foi confirmado a Fernão Vicente, tabelião e criado do Rei – que por “Vasque Annes corretor irmaao do dito Gill Vicente (...) herdeiro que foi das casas nom pode aver verdadeiro estormento que assi foi feito ao dito Gill Vicente salvo o trelado em pubrica forma e queremdo nos fazer graça e mercee a Fernam Vicente veemos por bem e confirmamos lhe o dito aforamento segundo no dito estormento he contheudo”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 62v – 64v.)
1463	Casas onde “ ora vive Joham Rodriguiz Andorinho”¹⁸⁸. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 45 – 45v.)

¹⁸⁸ Tendo em conta as confrontações das boticas (n.º 7), de João de Aragão, em 1463.

Quadro 11 – Casa n.º 9

Data desconhecida	Aforamento das casas ao ferrador Estêvão Domingues e ao sapateiro Afonso Domingues. Casas com uma cozinha nas traseiras e uma saída.
10 Maio, 1459	O correiro Estêvão Gil empraça “em vida de tres pessoas” as casas velhas em que vivia o ferrador Estêvão Domingues e também lhe afora para sempre uma cozinha e saídas das casas da Rua Nova que “o dito Estevam Gill costumava trazer num só foro, com as ditas casas velhas” porque “a dita cozinha e saída das ditas casas da Rua Nova am dava conjumta com as ditas casas velhas e apartamdo a seriam danificadas lhe fez o dito foro de todo jutamente pera sempre”.¹⁸⁹ Confrontações: - Casas onde vive o ferrador Pedro Afonso, que são na rua das Congostas; - Casas que “do dito Senhor traz Alvaro Fernandez escripvam da moeda da dita cidade em que ora vive Joham do Castello”; - Detras com casas da Rua Nova e pela frente a rua pública. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 64v – 66.)
10 Maio, 1459	Aforamento ao escudeiro Diogo da Rocha. Confrontações: - Casas que foram de Gil Vicente; - Casas que foram do tabelião Afonso Gil; - Por trás, casas velhas (de Estêvão Domingues?); - Pela frente, rua pública. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 30 – 31.)
20 Fevereiro, 1464 ¹⁹⁰	Doação de Estêvão Gil ao barbeiro-mor João Afonso e Branca Pires, sua mulher. “Estevam Gill disse que elle e sua molher Beatriz Fernandez recebeo atee qui muitas boas obras de Joham Affonso barbeiro moor morador em a dita cidade na Rua do Cais (...) querendo lhe guallardoar que elles lhe faziam pura doaçam deste dia pera todo sempre do dito aforamento”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 64v – 66.)
Data desconhecida	Aforamento ao barbeiro Pero Martins e a sua mulher, Leonor Fernandes. Casas com escada de pedra. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 160 – 160v.)

¹⁸⁹ Em 1464, vemos Estêvão Gil a aforar as casas ao barbeiro-mor João Afonso e Branca Pires, sua mulher: “reçebio muitas boas obras de Joham Affonso barbeiro morador em a dita cidade na Rua do Cais (...) e querendo lhe guallardoar que elles lhe faziam pura doaçam deste dia pera todo sempre do dito aforamento que ho ajam elle e sua molher e filhos e jeeraçom e quem a elle aprouver”. A nossa dúvida é se seria o foro das ditas casas velhas de Estêvão Domingues, ou se se tratava das casas da Rua Nova.

¹⁹⁰ Não conseguimos compreender como é possível uma mesma pessoa aforar as casas a Diogo da Rocha e, cinco anos depois, doa as mesmas casas a João Afonso. No entanto, apresentamos os dois casos no quadro supra.

24 Janeiro, 1470	Venda do foro ao correeiro Gil Afonso, por parte de Leonor Fernandes – recebeu do correeiro 6.500 reais brancos emprestados, para as suas necessidades. Maria Pires (filha) e João de Quintela, seu marido, não a quizeram de herança. Confrontações: • Casas de Gil Vicente, homem d’El Rei; • Casas onde mora o ferrador Pedro Afonso; • Via pública que vai para as Congostas. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 160 – 160v.)
5 Setembro, 1496	Venda do aforamento ao mercador Pero Gonçalves Privado e Catarina Câmara, sua mulher, por parte do seu cunhado André da Rocha e mulher, Isabel Manuel. • “Huom prazo de huumas casas que elle Amdree da Rocha e a dita sua molher tinham emfatiota pera sempre as quaaes casas foram de Dieguo da Rocha seu tio”. Confrontações: • E com outras do tabelião Pero Fernandes; • Com casas de Fernão Novais; • Por diante com rua pública; • Detrás com “huuma veela”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 1, fls. 182v – 183.)

Quadro 12 – Casa n.º 10

5 Junho, 1411	Aforamento a Gonçalo Martins – escudeiro de Rui Vaz Pereira. Casas que “se entam per mandado do dito meu avoo faziam na rua Fremosa”¹⁹¹. Confrontações: • De uma parte com casas de Estevão Domingues; • Da outra, com o portal grande que foi estabelecido para a Rua das Congostas, em que foram feitas casas onde morava Álvaro Vaz e “ora” mora a sua mulher; ambos foram amos do Infante D. Pedro; • Detrás com sua saída. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 2, fls.4v – 7.)
14 Setembro, 1420	Doação das casas ao tanoeiro Gonçalo Anes Adão, por parte de Gonçalo Martins – “pollo gramde amorio e amizade que avia com Gomçalle Annes Adam tanoeiro (...) e por muitas boas obras que delle recebera elle de sua propia e livre voomtade por si e por sua molher lhe dava as ditas casas”; “com comdiçam que o dito Gomçalle Annes Adam nom lavrasse de seu oficio de tenoaria em façe da dita Rua Fremosa sallvante de tras das ditas casas comtra as Camguostas”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 2, fls. 4v – 7.)

¹⁹¹ Contrato inserido na carta de doação ao tanoeiro Vicente Gonçalves e ao tabelião Afonso Gil. O que explica que D. Afonso V refira que as casas foram aforadas a Gonçalo Martins, no tempo de D. João I, seu avô.

1 Junho, 1440	Doação feita pelos testamenteiros do tanoeiro Gonçalo Anes Adão – o picheleiro João Vaz e o tanoeiro Diogo Anes – a Vicente Gonçalves, igualmente tanoeiro, e ao tabelião Afonso Gil. • “Com suas emtras e saidas que a ellas directamente perteeemcem (...) E em caso que a nos dello nom prouvesse ficasse a elles ditos testamenteiros resguardado seu direito”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 2, fls. 4v – 7.)
27 Agosto, 1453	Foro de metade das casas doado pelo tanoeiro Vicente Gonçalves e Inês Martins da Maia ao tabelião Afonso Gil e Brígida Luís. Ou seja, em 1453, Afonso Gil tem o foro das casas por inteiro. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 2, fls. 4v – 7.)
8 Outubro, 1457	Aforamento a Fernão Afonso, filho de Afonso Gil e criado do escrivão da Fazenda Martim Gil. • Fernão Afonso considerava que a doação dos testamenteiros não era válida e que, portanto, não tinham o direito de ficar com o foro após a morte de Afonso Gil; reclama para si esse direito, visto ser filho “maior” e legítimo do dito tabelião. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 2, fls. 4v – 7.)
7 Novembro, de 14...? (Década ilegível no documento)	Aforamento ao escudeiro fidalgo Fernando Anes. Confrontações: • Com casas em que mora o tabelião Diogo da Rocha; • Com casas em que vive Fernando Álvares Baldaia; • “Per detras huuma veela [viela] ” e diante com rua pública. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 1, fls. 45 – 45v.)
22 Março, 1482	Aforamento a Fernão Novais, escudeiro fidalgo e cidadão. O foro tinha-lhe sido doado pelo licenciado Afonso Pires e Berengária Anes. Confrontações: • De uma parte com casas onde vive Fernão Álvares Baldaia; • Por detrás com “huma veella”; • Por diante com rua pública. (A.D.P., Contadoria da Comarca do Porto, <i>Contcprtlv 0006</i>, s/n fls.; referido por AFONSO, José Ferrão, <i>obra citada</i>, p. 52).

Quadro 13 – Casa n.º 11

16 Agosto, 1447	Aforamento perpétuo a Maria Vasques, ama de D. Pedro, filho do Infante D. Pedro, e viúva do almoxarife Álvaro Vasques. Confrontações: • Com casas cujo foro pertence aos herdeiros de Gonçalo Anes Adão, onde moram o tabelião Afonso Gil e o tanoeiro Vicente Gonçalves; • Com outras casas que traz de foro Pero Afonso, antigo escrivão dos Contos, onde mora João Rodrigues, criado de D. Fernando de Meneses. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 60 - 61.)
3 Maio, 1463	Emprazamento em três vidas de parte da loja de Maria Vasques ao mercador e escudeiro Fernão Álvares Baldaia – “por elle nom teer taaes casas na dita cidade em que pudesse ter uma logea de panos elle emprazou em tres pessoas huum portall de huumas casas nossas casas que sam jumto com elle na Rua Nova da dita cidade que ora traz aforadas Maria Vaazquez ama de dom Pedro”. • “Portall com huum pedaço de logea das ditas casas em que ella dita Maria Vaazquez mora assi como das do portall descomtra as casas em que elle Fernam d’Alvarez mora da meetade da parede dos arcos das emtradas das duas portas descomtra a Rua Nova assi como dos de lomguo pera a logea ataa todo ho primeiro esteo de pedra que esta na dita logea (...) e que Fernam d’Alvarez tape a dita parte do portall e logea de pedra ou tavaado”; • “Que todo o que devassado he fique çarrado sobre si ficando o dito esteo de pedra que esta do meio da logea tapado que fique comtra a parte da logea que fica com elle dito Fernam d’Alvarez e que elle se sirva per a logea que assi com elle ficaa pera a porta da rua que esta da parte de sua casa pera a dita logea que elle a possa fazer e se sirva da dita parte da logea; • “Que nom possam leixar a dita logea no dito tempo”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 22 – 24.)
18 Maio, 1468	Maria Vasques, ama “que foi d’El Rei Dom Pedro d’Aragam” (condestável D. Pedro, filho do Infante D. Pedro), por já morar em Coimbra (na Rua da Figueira Velha), vende as suas casas a Fernão Álvares Baldaia e sua mulher, Branca Luís, “de sua propia e livre e boa vomtade sem nenhuuma prema”. • “...huumas casas sobradadas com suas logeas e e direitos e pertemças dellas”. Confrontações: • Com casas que foram de Afonso Gil tabelião; • Com casas em que moravam o dito Fernão Alvares Baldaia e sua mulher. “Framcisco de Brito cavaleiro e sua molher Maria Alvarez filhos da dita Maria Vaazquez (...) disserom que elles comsemtiam na dita vemda que assi a dita Maria Vaazquez sua madre fazia das ditas casas com suas logeas e pertemças dellas”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 22 – 24.)

Quadro 14 – Casa n.º 12

5 Junho, 1421	Emprazamento a Pedro Afonso de Coimbra, criado de D. João I e recebedor das Sisas dos Panos de Cor, das casas que “ora mandamos fazer na Rua Fremosa da dita cidade da parte da rua das Congostas por aquelle preço que estam aforadas as outras suas iguaaes”. Confrontações: • Com casas que “se fazem sobre o arco grande”; • Com casas onde mora o mercador Gil Gonçalves; • Traseiras com sua saída e frente com rua pública. “Com comdiçom que as ditas casas lhe sejam acabadas e feitas e corregidas de todo pomto assi e pella guisa que sam feitas as outras casas que estam na dita rua de sobreloga e chaminees e almareos e esto seia aa nossa custa (...) e que esto foro comece de pagar depois que as ditas casas forem acabadas de todo pomto como dito he”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 73 – 75.)
26 de Abril, 1456	Pero Anes “escripvam que foi dos Comtos disse que elle dava a Joham Rodriguiz escudeiro criado de dom Fernamdo de Meneses o aforamento das casas d’el Rei em que elle dito Pero Afonso morava em que ora mora o dito Joham Rodriguiz”. João Rodrigues Andorinho e Briolanja Dinis, sua mulher, vendem estas mesmas casas a Fernão Álvares Baldaia e mulher, Branca Luís¹⁹². Confrontações: • Com casas em que mora a ama de dom Pedro, “molher que foi d’Alvaro Vaazquez almoxarife em que estaa ho arco grande”; • Com casas onde morava o mercador Gil Gomçaves, e onde “ora mora Joham Gill seu filho”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 73 – 75.)
20 Março, 1518	Aforamento a António Gomes – filho do cidadão Gomes Fernandes. Fernão Álvares Baldaia trazia “certas moradas de casas nossas na Rua Nova e que da sua maa trazia o dito seu pai [Gomes Fernandes] huuma das ditas moradas em sua vida (...) e por fallecer sem herdeiros ascendentes nem descendentes as ditas casas ficaram vagas” Confrontações: • Com casas de Fernão Nabais; • Com casas onde vive Gil Monteiro; • Por detrás com viela e por diante com rua pública. “Pague em duas paguas: a primeira por dia de Sam Joham e a outra per Natal de cada huum anno”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 61 – 61v.)

¹⁹² Pelo que conseguimos apurar, a venda é feita no mesmo mês e ano que a doação – “E depois desto no dito mes e era e lugar sobreditos”. A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fls. 73 – 75.

Quadro 15 – Casa n.º 13

9 Abril, 1413	Aforamento ao mercador Gil Gonçalves e sua mulher, Maria Afonso, de umas casas “da dita rua do cabo do forno da dita Rua Fremosa”. Confrontações: • Com a casa que “se ha de fazer jumto com a do arco gramde”; • Com a terceira casa “a quem do dito arco gramde da parte de cima escomtra a rua dos mercadores”; • Traseiras com sua saída e por diante com rua pública. “Com comdiçam que lhe apostassem e acabassem as ditas casas d’escaadas e tavadados e almareos e lhe fizessem suas chaminees com seus fogareiros e lhas acabassem de todo o que lhes fosse compridoiro segumdo o que se fez aas outras casas que na dita Rua Nova ja sam factas”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 16v – 19.)
23 Agosto, 1464	O mercador João Gil, filho de Gil Gonçalves e Maria Afonso, herda o foro das ditas casas – “era verdade que elle ficara filho legitimo e herdeiro per morte do dito Gill Gomçalvez e sua molher Maria Affonso em todos seus beens assi moves como de raiz e em no dito afforamento o quall elle depois de sua morte atee ora possuira e possuia e que avia ora acerqua de trinta annos que o dito seu padre se finou e que elle sempre as reparara e guastara em ellas muito do seu e de Maria Martinz sua molher”. • “E por descarreguo de sua comciencia dissera que acomtecendo que ho deus levasse da vida deste mundo primeiro que a dita Maria Martinz sua molher que elle a nomeava e leixaria por herdeira e possoeira em o foro das ditas casas”; • “E acomtecemdo se que ella dita sua molher falecesse primeiro que elle dito Joham Gill que emtom lhe ficasse a elle o dito seu foro em sua virtude e esta trespassaçam nomeaçam e doaçam fosse nenhuuma pera o elle emtam leixar a quem lhe aprouvesse”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 16v – 19.)
8 Fevereiro, 1471	Confirmação ao mercador e cidadão Vasco Gil, filho do ourives Luís Domingues, do aforamento das casas que lhe tinha sido doado por ser testamenteiro de João Gil – “faço meu testamenteiro e compridor deste meu testamento a Vaasco Gil que elle o cumpra segumdo se nelle comtem E por seu trabalho lhe leixo ho afforamento destas casas em que vivo em esta Rua Nova pera elle e pera toda sua jeraçam pera sempre”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 16v – 19.)

24 Maio, 1494	As casas ficaram para Leonor Eanes, viúva de Vasco Gil (Afonso Leite foi o seu 2º marido). Esta dissera que “nom avia de pagar de vazio mais do que tinha pago e por que nam avia dellas proveito nem aluguer que o almoxarife as desse a quem quisesse por que ella por muitas vezes disse que mandasse meter as dictas casas em pregam”. Portanto, renunciava às casas onde morava, naquele tempo, seu filho João Vaz Ferraz e Isabel Fernandes, sua mulher. • “Casas muito daneficadas e cassi derribadas de sobrados de dentro em maneira que nam podiam viver nellas sem serem reformadas”. O almoxarife perguntou a Pero Vaz de Caminha, genro de Leonor Eanes, se queria as casas para ele; mas não as querendo por estarem muito danificadas, <u>o aforamento é rematado a Gil Monteiro</u>. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 97v – 98v.)
---------------	--

Quadro 16 – Casa n.º 14

Data desconhecida	Aforamento a Pero Anes, “gemrro que foi de Martim Affonsso Denis”, e Maria Martins. • Com casas onde mora o mercador Gil Gonçalves; • Com casas onde mora Vasco Esteves, “recebedor da Terecena”; • Com eixido que foi de Nicolau Domingues “patram” • Rua pública (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 68v – 70v.)
21 Julho, 1421	Confirmação do aforamento dada ao mercador Afonso André e Maria Anes, sua mulher. Isto porque “o dito Pero Annes se veo a finir e depois de sua morte a dita sua molher se veo a elle dito comtador e lhe disse que ella nom podia manteer e pagar o dito foro das ditas casas (...) e deu as logo pello dito preço a Affonsso Amdre mercador morador em a dita cidade o quall Affonsso Amdre as tomou de foro pera sempre pera elle e pera Maria Annes sua molher”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 68v – 70v.)
2 Setembro, 1454	Maria Anes, já viúva de Afonso André, doa o aforamento ao escudeiro da Casa Real Luís Coelho, “irmaao do homrrado frei Joham Coelho comendador de Leça”; pois “nom era em tall pomto que ella per si pudesse povoar nem morar em as ditas casas nem pagar ao dito senhor sua remda (...) fazia doaçom como loguo de feito fez a Luiz Coelho que presente estava escudeiro da casa d’el Rei ” (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 68v – 70v.)
4 Dezembro, 1464	Luís Coelho foi viver para Lobão, terra de Santa Maria da Arrifana, portanto quis doar ao seu primo João Brandão, que era Tesoureiro da Moeda. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 68v – 70v.)

Quadro 17 – Casa n.º 15

16 Maio, 1424	Álvaro Esteves, carpinteiro. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 2, fls. 150v – 151v.) Em conformidade com as confrontações apresentadas para as casas n.º 14 e n.º 16, terão morado nesta casa o receber da Tarraçena, Vasco Esteves, em data desconhecida, e Fernão Anes, criado do duque de Bragança, em 1470.
---------------	---

Quadro 18 – Casa n.º 16

17 Maio, 1424	Aforamento ao tabelião Salvador Eanes de umas casas “nossas que se ora fazem em a Rua Fremosa (...) segumdo que estavam aforadas outras suas iguaes” Confrontações: • Com casas da Coroa, “que traz Alvaro Esteveez carpenteiro”; • Com casas da Coroa “que traz Affomsse Annes nosso criado”; • Detras com sua saída “segumdo que ham as outras de junto com ellas e de diante com rua pruvica”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 2, fls. 150v – 151v.)
12 Setembro, 1470	Aforamento a Diogo Rodrigues de Araújo, cavaleiro e alcaide do Castelo de Penalva, e Margarida Álvares, sua mulher. Leonel Beça foi seu antecessor nas casas, visto que as trouxe arrendadas por nove anos. Confrontações: • Casas de Fernão Anes, criado do duque de Bragança, que foram de Vasco Esteves; • Casas onde vive o almoxarife Gabriel Gonçalves; • Com eixido de João Luís das Congostas e, pela frente, rua pública. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 155 - 156.)
Data desconhecida	Doação a Gonçalo Novais feita por Diogo Rodrigues de Araújo. (referida por AFONSO, José Ferrão, <i>obra citada</i>, p. 55)
3 Outubro, 1483	Confirmação do aforamento a Gonçalo Camelo. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 145 - 146.)

Quadro 19 – Casa n.º 17

5 Dezembro, 1465	Aforamento a Gabriel Gonçalves, cavaleiro da Casa Real e almoxarife da Alfândega, e a Leonor Dias, sua mulher, “por aquelle foro que semelhantes casas em a Rua Nova vam afforadas”. Confrontações: • Com casas de Diogo Rodrigues de Araújo “cavalleiro de nossa casa”; • Com casas que “forom de Afonso Annes comtador e ora sam de seus filhos”; • “Per detras das ditas casas emtesta com o exido de Joham Luis”. “Com condiçam que as adubem e coregam a pedra telha cal madeira e preguadura e de todollos outros adubios que lhe comprirem e fizer mester aa sua custa propia e despesa”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 88v – 89v.)
4 Maio, 1479	Aforamento a Lopo Vaz Soares, cavaleiro da Casa Real e almoxarife. Ficou com as casas do sogro, Gabriel Gonçalves. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, Liv. 3, fls. 231 – 232.)
“Dia de Ramos”, 1508	Francisco Soares, cavaleiro e almoxarife, filho de Lopo Vaz Soares, herdou as casas de seu pai e doou-as a sua irmã, Catarina Soares – “faço dellas pura doaçam pera que dellas faça o que quiser como de cousa sua propia e isto lhe faço por muitas boas obras que della tenho recebidas e assi por descarguar a alma de meu pai que deus aja a que ella tem feito muito serviço no tempo que em sua casa esteve”. Confrontações: • Com as casas que foram de Gonçalo Camelo; • Com as casas de Pero Pinto. Nota: na Confirmação do aforamento, em 1517, menciona-se <i>meas</i> casas. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 52 – 53v.)
3 Setembro, 1516 ¹⁹³	Aforamento das casas a Diogo Pinto Ribeiro – “Eu Diogo Pinto Ribeiro faço saber a vossas mercees como avera hora dez ou omze anos que eu ouve por meu sogro Lopo Vaaz Soarez almoxarife (...) que me deu em casamento huumas casas suas de prazo fatiosim cuja a propriedade he d’ell Rei nosso senhor (...) situadas na Rua Nova (...) vos aqui apresento e por quanto eu queria que se fizesse a mim este emprazamento e a minha molher Helena Soarez”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 115v – 117.)

¹⁹³ Apesar de o documento datar de 1516, sabemos que Diogo Pinto Ribeiro e Helena Soares já viveriam nessas casas, por volta de 1505/1506. Colocamos, portanto, a hipótese de Lopo Vaz Soares ter dividido a sua casa em duas moradas, para que uma ficasse para o seu filho Francisco Soares (onde, na verdade, vivia a sua irmã Catarina Soares e, a outra, para a sua filha Helena Soares.

Quadro 20 – Casa n.º 18

28 Setembro, 1411	Aforamento ao contador Afonso Anes e Catarina Gonçalves, sua mulher, de umas casas que “se começavam a fazer na dita rua com seu eixido que foi de Rui Diaz de Coimbra e de Rodrigo Annes e de Vaasco Martinz Beleagua” Confrontações: • Com casas em que queriam fazer o moinho da seda; • “Com a torre e exido que foi de Vasco Martinz alcaide de Leiria e per diamte rua pruvica e per detras com seu emxido de Margarida Migees e emtom era de Guiomar Gill e de seus filhos”. “Que lhas dessem feitas e acabadas de parede e tavoados e sacadas e telhados e chaminees e de todo o que lhe fosse compridoiro segumdo som as outras da dita rua”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 184 - 185v.)
17 Março, 1438	Aforamento de umas casas a Pero Afonso, escrivão dos Contos, que são no cabo da Rua Nova. Estas casas foram feitas no campo que outrora pertencera a Gonçalo de Sá e ao cavaleiro Fernão Anes. “Com condiçom que has ditas casas lhe sejam coregidas de anexos e repartimentos como sam feitas as outras casas da dita rua que fizeram a conta d’El Rei”. (referido por AFONSO, José Ferrão, <i>obra citada</i>, p. 56)
12 Outubro, 1464	Novo aforamento a Pero Afonso – nesta altura, já não era referido como escrivão dos Contos, mas sim como criado de D. Afonso V. (A.D.P., <i>Contadoria da Comarca do Porto, Contcprtlv 0006</i>, fls. 76 – 77, referido por AFONSO, José Ferrão, <i>obra citada</i>, p. 56)
4 Maio, 14...? (década ilegível)	Casas de Lopo Vaz Soares, as quais anteriormente trazia o contador Afonso Anes e “as trouve Pedro Afonso seu filho atee ora” Apercebemo-nos que Lopo Vaz possui, portanto, duas casas (uma mesmo ao lado da outra); voltamos a verificar nova discrepância entre este contrato e o seguinte, de Isabel Pinto. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, Liv. 3, fls. 231 – 232.)
20 Julho, 1476	Isabel Pinto, viúva de Diogo Fernandes, escrivão da Fazenda, vende o foro a Nuno Álvares. Foro esse que herdara de seu sogro, Pero Afonso – “depois da morte do dicto seu marido vemdeo aho dicto Nuno Alvarez per huuma carta de lembrança d’ell Rei dom Afonso”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 117 – 117v.)
17 Fevereiro, 1481	Nuno Álvares vende metades destas casas a Luís Afonso – “marido que foi de Briatiz Anes sua mulher comprara a metade das casas que estam no cabo da Rua Nova foreiras aho dicto Senhor a Nuno Alvarez outro si cidadaa” (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 117 – 117v.)

25 Setembro, 1505	Paulo de Pedrosa sucedeu a Luís Afonso, no aforamento destas casas. “Requerendo o dicto Paullos de Pedrosa aos dictos contador e almoxarife que por quanto elle estava em posse das dictas meias casas e as pessuia per bem da dicta carta de venda que fora fecta a seu antecessor [Luís Afonso] e que lhe era necessario serem intitulladas sobre elle e a dicta sua molher nos livros do dicto Senhor pera se saber o que dellas em cada huum anno aviam de pagar ao dicto Senhor que as mandassem asentar no livro dos proprios do dicto Senhor e lhe mandassem dar huuma carta d’aforamento”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 117 – 117v.)
1526	Num documento do Livro do Registo dos Contos, possuímos a informação que João de Pedrosa foi quem sucedeu a Paulo de Pedrosa, e já possuía as casas ‘por inteiro’ e não só metade. Numa nota lateral foi acrescentado que as casas “sam agora” do cidadão Garcia de Melo e, posteriormente, de Luís de Melo. (A.D.P., <i>Contadoria da Comarca do Porto, Contcprtlv 0006</i>, fls. 74.)

Margem sul: oriente-ocidente

Quadro 21 – Casa n.º 19 – Casa parcialmente desaparecida com a posterior abertura da Rua de S. João.

13 Julho, 1463	Casas aforadas à Câmara do Porto, com o destino de ali se estabelecer a Bolsa de Mercadores. “Os mercadores dessa cidade nos enviamom dizer que elles queriam na dita cidade fazer huuma casa de Bolssa pedimdo nos por merçee que lhe mandassemos aforar a nossa casa nova que se ora faz no cabo da Rua Nova”. O monarca exigiu que “o procurador que em cada huum anno for da dita cidade seia theudo e obrigado de pagar a dita penssam” e que “saibaaes quaaes sam as casas da dita Rua Nova de que se maior foro paga e lhe façaaes a elles aforamento das ditas casas per esse preço (...) e o dito almoxarife disse que elle achava que as casas de Vaasco Gomçallvez e as de Manuell Gomçallvez e as d’Affomso Gomçallvez seu irmaao (...) eram as que mais pagavam” Confrontações: • Com casas em que “ora mora Joham de Matos que per foro traz Joham Martinz”; • Com Rio da Villa; “Per detras com exido das casas que foram de Fernam de Annes cavalleiro e ora sam da dita cidade e per diamte rua pruvica”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 70v – 72v.)
----------------	--

15 Junho, 1465	As casas foram emprazadas (a uma vida: “aja as ditas casas e foro em toda a sua vida e mais nam”) ao mercador Fernão Luís – foi apresentado um alvará do monarca “do quall notificava aos mercadores da dita cidade que a elle fora dito que as casas suas que se fizeram no cabo da Rua Nova da quall nos tinha feita mercee pera a Bolssa nos nom aproveitavamos della como cousa que nos nom eram necessarias e que pois assi nos nom eram necessarias nem nos husavamos dellas naquello pera que lhas requereramos que lhe prazeria de abrir maaos dellas pera serem aforadas ao dito Fernam Luis mercador”. ➤ O dito foro foi confirmado em vida de três pessoas. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 70v – 72v.)
25 Setembro, 1492	Aforamento das casas a António Fernandes Cubas, escrivão da Sisa dos Panos e Herdades. • António Fernandes foi avisado que, passados três meses deste dia, devia colocar as armas da Coroa à porta das ditas casas para que se saiba que são propriedade régia. Num documento da Contadoria, referente a este aforamento, foi acrescentado posteriormente, na parte lateral direita, que as casas pertenciam a um Diogo de Moura. (A.D.P., <i>Contadoria da Comarca do Porto, Contcprtlv 0006</i>, fls. 79.)

Quadro 22 – Casa n.º 20

1464	Casas do contador João de Matos. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 1, fl. 43v – 44.)
Data desconhecida	Doação de João de Matos a Vasco Fernandes de Caminha: “As ouve de Joham de Matos per bem de huuma doaçam”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 1, fl. 43v – 44.)
1478	Confirmação da doação a Pero Vaz de Caminha. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 1, fl. 43v – 44.) Data de abertura do testamento de Vasco Fernandes de Caminha. (A.H.M.P., <i>Colecção de Pergaminhos</i>, Liv.5, doc. 55, referido no trabalho elaborado por investigadores do A.H.M.P., <i>Quarteirão da Casa do Infante. Razões de ser de uma intervenção</i>.)
1492 ¹⁹⁴	Catarina Vaz de Caminha pede novo aforamento, pois tinha perdido antigo. “Ella trazia por aforamento emphatiota huumas casas na Rua Nova da dita cidade em que hora ela vive e que o aforamento que delas tinha se perdera sem o poder achar” Confrontações: • Com casas “nossas que traz ora Antonio Fernandez Cubas”; • Com casas que foram de Lopo Vieira; • “Per diante com a mesma Rua Nova e per detras com eixido da dita cidade que traz Diego de Bustamente”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 1, fl. 43v – 44.)

¹⁹⁴ Pareceu-nos ser esta a data correcta; no entanto, gostaríamos de ressaltar que a cronologia do documento se encontrava um pouco ilegível.

Quadro 23 – Casa n.º 21

27 Março, 1413	Aforamento das casas ao mercador João Esteves “de Villa Nova” e Inês Pires, sua mulher. Confrontações: • Com as casas que “agora fazem contra o cabo junto com o Rio da Villa”; • Com a terceira casa; • Por detras “contra a ribeira com eixido que estaa junto com a torre que foi de Lourenço¹⁹⁵ Martinz alcaide que foi de Leirea e per diante rua pruvica”. “Com comdiçam que lhas apostassem e acabassem d’escadas e tavoas e almarios e lhes fizessem suas chaminhees com seus fogareiros e de todo aquello que fosse compridoiro”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 2, fls. 151v – 152v.)
20 Agosto, 1464	Aforamento ao escudeiro Lopo Vieira: “Sempre amdem no maior filho baram que ouver e assi pello decemdemtes delles”. Confrontações: • Com casas onde vive João de Matos, “comtador do que a Cepta pertemce”; • Com casas onde que mora Fernão Vasques, criado de Fernão Coutinho; • Com exido das casas que foram do cavaleiro Fernão Anes e por diante rua pública. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 61 – 62.)
24 Outubro, 1500	Aforamento ao escudeiro João Lopes e sua mulher, Milícia Gomes. Faz um requerimento pois ele e sua mulher já tinham gasto muito dinheiro para reparar as casas, que estavam muito danificadas e, portanto, não as queriam alugadas mas sim aforadas: “a mim foram por seu mandado alugadas huumas casas na Rua Nova desta cidade do Porto por preço de mill reais em cada huum anno as quaaes sam do dicto Senhor e tamto que me asim alugadas foram eu me parti daqui em serviço de sua senhoria e leixei nellas minha molher a qual pello dictos danificamentos que em ellas achou sempre des emtam atee gora as corregeo e repairou do que lhe fazia mester e hora que eu vim com quanto minha molher gastou as achei de maneira que as nam poderei correger pera me em ellas remediar com cimquenta mill reais (...) me mandar dellas fazer prazo per a grande danificaçam dellas nam se podera com menos correger (...) por que por menos preço do que se per ellas paga se alugaram outras na dicta rua milhores que ellas quando arderam e estas assi como estam nam se corregeram com menos do que se as outras corregeram”. O vedor das obras confirmou que estavam realmente danificadas e lhe foi feito o aforamento: “estavam tam mall tractadas e pera em ellas averem de viver ao menos levaram todollos adubios que se nam corregeram com cimquenta mill reais por que nam tinham huum soo paa que prestasse (...) e o dicto almoxarife lhe aforou pera elle Joham Lopez e pera sua molher Milicia Gomez”. Confrontações: • Com casas onde vive Fernão Vieira; • Com casas que foram de Fernão Vaz de Avintes; • Por diante rua pública. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 102 – 103)

¹⁹⁵ Na documentação tanto aparece Lourenço como Vasco Martins, alcaide de Leiria.

2 Dezembro, 1506	Venda do foro a Margarida Álvares, viúva do cavaleiro Gonçalo Camelo, por parte de João Lopes e Milícia Gomes. "Vemdiam e faziam pura e livre vemda de huumas casas que elles tem e am na Rua Nova em que hora elles vivem <u>em que soia viver Luis Alvarez de Sousa</u>". Confrontações: • Com casas de "Antonio Fernandez Cubas escrivam das sisas com casas que em hora vive Fernam Vieira"; • Com outras casas "em que hora vive Briatiz d'Abreu" – neste momento, já é viúva de Fernão Vasques; • "Per diamte com rua pubrica e per detras com emxidos que sam de Bustamente das casas em que vive que sam da cidade". (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 113v – 115.)
------------------	---

Estas 3 casas (n.º 19, 20 e 21) foram, posteriormente, unidas, formando assim um único lote (Lote 171, subdividido em 171 A, B e C para os dados que apresentámos). A partir deste momento, iremos colocar, sempre que possível, os dados reunidos de documentação do século XVIII, apresentados no trabalho sobre o Quarteirão da Casa do Infante.

Lote 171

1698	Maria Freire, viúva; Maria da Conceição e Maria de Couto – arrendatárias à Coroa. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i>, A-PUB/3984, fl. 151v.)
17...? Data desconhecida	Capitão Inácio Diogo de Caminha, casado com Bernarda Maria. (referido no trabalho de investigadores do A.H.M.P., <i>obra citada</i>, Parcela 171)
1731	José Freire de Sousa; Gonçalo Martins de Sousa; Ana Lobo, viúva – arrendatários da Coroa. Supomos que fossem três moradas diferentes. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i>, A-PUB/4421, fl. 27v)
21 Junho, 1767	Maria Quitéria Joaquina de Caminha e irmã Maurícia Antónia Micaela de Caminha compraram o foro. (A.H.M.P., <i>Livro de Compras</i>, A-PUB/2518. Fl. 32)
8 Agosto, 1777	Emprazamento a Pedro Vanzeller. A.H.M.P., <i>Prazos</i>, A-PUB/?, referido por A.H.M.P., <i>obra citada</i>, Parcela 171)

Quadro 24 – Casa n.º 22

Data desconhecida	Casas de Diogo Martins de Cáceres e Inês Francisca. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 58 – 59.)
12 Junho, 1464	Emprazamento a Fernão Vasques e Beatriz de Abreu, por pare de Inês Francisca, por estar viúva e viver fora do Porto. “Eu Ines Framcisqua molher que fui de Diogo Martinz de Caceres que ora estou viuva e moradora que sou em a villa d’Esgueira (...) que por mim e em meu nome possa mandar meter em pregom na dita cidade huum afforamento e casas que eu hei e tenho aforadas d’el-Rei na Rua Nova (...) nom se achava quem lhe dellas mais desse que Fernam Vaaz cavalleiro (...) O quall foro fez em tres vidas na sua e de sua molher Briatiz d’Aabreu e em huum filho ou filha e nom avemdo hi filho nem filha em huuma pessoa quall ho derradeiro nomear”. Confrontações: • Com casas de Lopo Vieira; • Com casas de “Joham Affonso filho que foi de Joham Affonso d’Arrifana”; • Traseiras com eixido das casas “da dita cidade que foram de Fernando Annes cavalleiro e per diamte rua pruvica”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 58 – 59.)
Data desconhecida	Rui de Abreu herda o foro de seus pais, Fernão Vasques e Beatriz de Abreu. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 91v – 92v.)
1698	Casas de Francisco Pereira de Vasconcelos, onde vive João Inglês. A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i>, A-PUB/3984, fl. 151v)
1731	Casas de Diogo Pereira de Vasconcelos, onde mora Henrique Byrne (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i>, A-PUB/4421, fl. 27v)

Quadro 25 – Casa n.º 23

Data desconhecida	Casas de João Afonso de Arrifana. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 20v – 21v.)
21 Novembro, 1464	O escudeiro e criado do duque de Bragança herda o foro das casas de seu pai, João Afonso de Arrifana, acima referido – “aforamento das ditas casas per morte do dito meu padre a mim veo como a erdeiro seu que em elle fique” –, e vende-as ao mercador Vasco Gil e Leonor Eanes, sua mulher. “Eu Joham Affonssso escudeiro criado do senhor duque de Bragamça (...) faço e outorgo carta de pura vemda a vos Vaasco Gill mercador (...) e pera Lianor Eannes vossa molher e pera quem vos aprouver do afforamento que eu tenho d’el Rei nosso senhor das casas da Rua Nova em que ora vive Luis Alvarez de Sousa”. Confrontações: • Com casas em que vive o cavaleiro Fernão Vaz de Avintes; • Com casas em que “ora” vive Fernamdo Annes Cubas; • Traseiras com eixido das casas que foram do cavaleiro Fernando Anes e frente com a Rua Nova. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 20v – 21v.)
1698	Casas que são de Henrique Martins, e onde mora Miguel Pires Ribeiro. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i>, A-PUB/4421, fl. 27v)

Quadro 26 – Casa n.º 24

7 Junho, 1411	Aforamento a Mem Cerveira, criado de D. João I, e Catarina Anes, sua mulher. Confrontações: • Com outras casas que estão na Rua Nova “contra a rua dos mercadores”; • Com casas que ora aforou João Pires, almoxarife das Taracenas • “Por detras com seu eixido que tem e per diante com rua pruvica”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fl. 283v – 285.)
Data desconhecida	Casas de Catarina Anes, viúva de Mem Cerveira, e Diogo Gonçalves Peixoto, seu segundo marido. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fl. 283v – 285.)

14 Maio, 1462	Diogo Gonçalves Peixoto e Catarina Anes fazem doação de suas casas, com seu eixido, ao escudeiro Fernão Anes Cubas e sua mulher, Margarida Anes. “Eu Dioguo Gomcalvez Pexoto cavaleiro da casa d’el rei nosso Senhor e eu Caterina Annes sua molher (...) de nossas proprias e livres vontades fazemos outorgamos carta de pura doaçam a vos Fernam Annes Cubas escudeiro e pera Margarida Annes vossa molher (...) de huum aforamento que eu dita Caterina Annes tenho do dito Senhor Rei d’huumas casas que estam na Rua Nova”. Confrontações: • Com casas “em que ora pousa Luis Alvarez de Sousa veedor da fazemda” • Com casas “em que vive Manuell Gonçalves mercador”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fl. 283v – 285.)
1698	Casas de Francisco Pereira de Vasconcelos, arrendadas à Coroa. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i>, A-PUB/3984, fl. 151)
1731	Casas cujo proprietário é Diogo Pereira de Vasconcelos. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i>, A-PUB/4421, fl. 27v)

Quadro 27 – Casa n.º 25

6 Junho, 1411	Aforamento a João Pires, almoxarife das Taracenas, e sua mulher Catarina Gonçalves. Confrontações: • Com as casas que estão na Rua Nova “contra a Rua dos Mercadores”; • Com casas onde mora o mercador Luís Gonçalves; • “Per outra parte contra a ribeira e com rua pruvica”. Que façam as obras “aa nossa [da Coroa] custa em as ditas casas escadas e tavoados e almareos e lhe façom suas chiminees que sam começadas e lhe façam huuma privada de guisa que se possa hir pera ellas por dia de Sam Miguell de Setembro primeiro que vem”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 42v – 44v.)
19 Fevereiro, 1451	Aforamento das casas à viúva do mestre Jani, Maria Anes, visto Afonso Pimenta, filho de João Pires e Catarina Gonçalves, ser alcaide de Braga e, portanto, não poder ficar em posse do aforamento. “Affomso Pimenta disse que por quamto sua madre era velha e cegua e era em pomto de se hir pera deus e elle era alcaide de Braaga e nom podia pessuir o dito afforamento que porem elle apresemtava por possueira a dita Maria Annes sobre dita molher que foi de meestre Janim pichalleiro aa quall elle deu e demetio todo seu comprido poder que elle avia per morte da dita sua madre nas ditas casas per poder da dita carta d’aforamento”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 42v – 44v.)

18 Abril, 1462	A Maria Anes sucedera no aforamento os seus filhos Afonso Gonçalves e Manuel Gonçalves. “Affonso Gomçallvez e Manuell Gomçallvez ambos em solido cada huum sua metade E os sobreditos receberam as ditas casas de permeo e se obriguaram de manter e comprir as comdiçooes”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 42v – 44v.)
8 Novembro, 1492	Pero de França, escudeiro e cidadão, sucedeu a seu irmão Diogo Gonçalves, na metade que lhe competia, e doou-a a Álvaro Fernandes Evangelho, pelo casamento deste com sua sobrinha Maria Manuel, filha do dito Manuel Gonçalves. (A.D.P., Contadoria da Comarca do Porto, Contcprltv 0006, fls. 96-98; referido por AFONSO, José Ferrão, <i>obra citada</i>, p. 59).
1698	Casas de Doroteia de Jesus, viúva de Pedro Beléns, arrendadas à Coroa. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i>, A-PUB/3984, fl. 151)
1731	Casas dos herdeiros de Doroteia de Jesus, onde vive o Padre João Beléns. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i>, A-PUB/4421, fl. 27v)
3 Março, 1736	Subemprazamento ao Reverendo Abade José Beléns ou a Pedro Pacheco Pereira, Juiz da Alfândega. (A.N.T.T., <i>Chancelaria de D. João VI</i>, Liv. 1, fl. 366v (documento transcrito na carta de confirmação deste prazo, dada a Pedro de Clamouse Brown, de fls. 368v a fls. 370v.)

Quadro 28 – Casa n.º 26

Data desconhecida	Aforamento das casas a Luís Gonçalves e Inês Lourenço. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 1 – 1v.)
2 Janeiro, 1468	Aforamento ao mercador Vasco Gonçalves, pois era casado com Beatriz Gonçalves, filha do sobredito casal. Confrontações: • Com casas de João Pires, almoxarife das taracenas; • Com casas de João Esteves de Valença; • Traseiras com o seu eixido e frente com rua pública. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 1 – 1v.)
18 Junho, 14...? (década ilegível)	Emprazamento das casas a João de Calvos e Meneses. (referido no trabalho de investigadores do A.H.M.P., <i>obra citada</i>, Parcela 176)

1698	Casas de Luís Cardoso de Calvos e Meneses, onde vive João Pontes de Araújo. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i>, A-PUB/1698, fl. 152)
1731	Casas de Bernardo Clamouse. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i>, A-PUB/4421, fl. 27v)
1736	Casas de Catarina Meneses, viúva do mestre de campo António de Magalhães e Meneses, tutora de seu filho Jacinto de Magalhães Cardoso Abreu e Meneses onde mora Bernardo Clamouse, cônsul de França – dados adquiridos numa autorização régia, a pedido de Catarina de Meneses, para que este pudesse levantar a parede das casas que tencionava subemprazar. “ (...) as quais casas têm de comprido de Norte a Sul dezassete varas (...) e de largo pela parte da rua cinco varas e um palmo de parede a parede, e da banda do Sul e rua da fonte Taurina seis varas e meia (...) O comprimento total incluía o pátio” (A.N.T.T., <i>Chancelaria de D. João VI</i>, Liv. 1, 366v (documento transcrito na carta de confirmação deste prazo, dada a Pedro de Clamouse Brown, de fls. 368v a fls. 370v.)

Quadro 29 – Casa n.º 27

21 Abril, 1418	O monarca D. João I escamba ao contador João Esteves de Valença “huumas casas que elle trazia emprazadas do dito Senhor na cidade do Porto que sam a par do nosso almazem que partem de huuma parte com casas em que mora Alvaro Gomçallvez da Maia emprazadas e da outra parte com outras casas que de nos traz Joham de Burgos e das outras partes com ruas pubricas sem foro nenhuum por ho foro doutras casas que o dito Joham Estevez trazia aforadas pera sempre na Rua Fremosa (...) As quaaes casas lhe o dito Senhor outorgou e deu em escaimbo pera sempre sem foro nenhuum”. Confrontações: • Com casas onde mora o mercador Luís Gonçalves; • Da outra parte “emtestam com o muro da nossa moeda e da outra parte diamteira com rua pruvica”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 112v – 113.)
1 Outubro, 1445	Afonso Vasques de Calvos, vassalo do Rei e criado do duque de Bragança, trazia as casas arrendadas a Leonor Pereira, criada de D. João. Após a morte de Leonor Pereira, Afonso Vasques pedia agora para si o aforamento das mesmas. Confrontações: • Com casas onde mora o mercador Vasco Gonçalves; • Com casas onde vive João de Aragão; • Pela frente tinha a rua pública e as traseiras eram para as casas de João Álvares “Barba e Mea”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 59 – 60.)

1698	Casas de Inácio de Torres, onde vive o hamburguês Eignesman. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i> , A-PUB/1698, fl. 152)
1731	Casas de António Fernandes de Oliveira, onde mora Arnaldo Hopman. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i> , A-PUB/4421, fl. 27v)
3 Março, 1736	Casas que trazia o Reverendo Padre Manuel Fernandes de Oliveira. (A.N.T.T., <i>Chancelaria de D. João VI</i> , Liv. 1, 366v (documento transcrito na carta de confirmação deste prazo, dada a Pedro de Clamouse Brown, de fls. 368v a fls. 370v.)

Quadro 30 – Casa n.º 28

1 Junho, 1421	Aforamento ao cavaleiro Gil Vasques, filho de Vasco Afonso, e a sua mulher, Margarida Gil. Confrontações: • Com casas onde mora Leonor Pereira; • Com casas onde mora o mestre Jani; • As traseiras com as casas da Moeda, na frente rua pública. “Que as ditas casas <u>lhes serem acabadas e feitas e coregidas</u> de todo por todo assi e pella guisa que som feitas as outras casas que estam na dita rua de sobrelogia e almarios e esto <u>aa nossa custa</u> e que depois que acabadas forem de todo posto que <u>di em diante</u> e a dita sua mulher e seus herdeiros e subcessores que depois elles vierem as façam e refaçam e adubem e aproveitem de todos os adubos que lhe mester fizerem <u>aas suas proprias despesas</u> ”. (A.D.P., <i>Contadoria da Comarca do Porto</i> , Contcprtlv 0006, fl. 100-100v, referido por AFONSO, José Ferrão, obra citada, p. 60-61.)
1445	Casas de João de Aragão. (segundo as confrontações da casa n.º 27 – A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 3, fls. 59 – 60.)
1698	Casas “velhas”, arrendadas a Gualter Vaz Silveira, por parte da Coroa. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i> , A-PUB/3984, fl. 152)
1731	Casas de António da Costa, onde vive Gedião Collette. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i> , A-PUB/4421, fl. 27v)

Quadro 31 – Casa n.º 29

12 Fevereiro, 1418	Aforamento ao mestre Jani, picheleiro – genro do mestre Rogel –, e a sua mulher, Catarina Gonçalves. Confrontações: • Com outras casas que estão na Rua Nova; • Com casas em que mora Vasco de França; • Com a Moeda e da outra parte com rua pública; (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 2, fl. 150v.)
--------------------	--

16 Novembro, 1463	Aforamento ao picheleiro e mercador João de França, filho do mestre Jani. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 4, fl. 66 – 67v.)
1698	Casas que Manuel Francisco de Andrade trazia arrendadas à Coroa. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i> , A-PUB/3984, fl. 152)
1731	Casas dos herdeiros de Domingos Correia, que tiveram como arrendatários João de Licase e Marcos dos Santos. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i> , A-PUB/4421, fl. 27v)

Quadro 32 – Casa n.º 30

Data desconhecida	Aforamento das casas a Vasco de França. “As casas do dito Vaasco de França eram de longo sete braças craveiras menos hum palmo e d’amcho duas braças e mea craveiras” – referido no aforamento do mercador João Paço e Aldonça Rodrigues. (A.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 4, fls. 140v – 142).
Data desconhecida	Casas de Vasco Gil. “Fez Vasco Gill seu primeiro marido [de Leonor Eanes] muitas bemfeitorias nas ditas casas fazendoas todas de novo forradas de todas do livell de bordos de Frandes em que creio que dependeo ho dito marido hasaz dinheiro e asi estavam bem repartidas tam bem ou melhor que as casas que havia na Rua Nova”. (referido por AFONSO, José Ferrão, <i>obra citada</i> , p. 61).
25 Novembro, 1489	Aforamento ao cavaleiro Afonso Leite e a sua mulher Leonor Eanes. “...a mim dita Lianor Eannes ficou per morte de Vaasco Gil meu primeiro marido o titulo e prazo das casas da Rua Nova em que vivemos que foram de Vaasco de França”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 1, fls. 45v – 46.)
28 Setembro, 1634	Casas de Luís da Costa Rosa – informação obtida através de um mandado pertencente ao processo sobre a posse das casas do Morgado de Fermado. (<i>Civitas</i> , ano II, p. 149, referido no trabalho de investigadores do A.H.M.P., <i>obra citada</i> , Parcela 180.)
1698	Casas da Coroa arrendadas a Pascoal Lourenço Soares. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i> , A-PUB/3984, fl. 152)
1731	Casas de Padre João Beléns, onde vive Domingos Ramos da Cruz. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i> , A-PUB/4421, fl. 28)

Quadro 33 – Casa n.º 31

17 Outubro, 1417	Aforamento ao mercador João de França, filho do mestre Rogel, e a Senhorinha Esteves, sua mulher. Confrontações: • Com casas onde mora Vasco de França, irmão do dito João de França; • Com a Moeda e rua pública. “Elle era ho maior filho barom que do dito meestre Janim ficara e que por assi seer ho moor filho as ditas casas nom pertemciam a outro nenhuum se nom a elle”. Escudo da Dinastia de Avis, actualmente visível junto à porta por onde outrora se acedia à Alfândega e à Casa da Moeda. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 4v – 6.)
4 Março, 1467	Senhorinha Esteves, viúva de João de França, faz doação do aforamento a Gil de Oliveira e Maria Fernandes, sua mulher. “Senhorinha Estevez molher que foi do dicto Joham de Framça era molher viuva e nom podia reparar as ditas casas e que por impor sua propria voomtade ella as dava e tresmudava o dito foro no dito Gill d’Oliveira e em Maria Fernandez sua molher”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 4v – 6.)
28 Setembro, 1634	Casas da Coroa arrendadas ao Morgado de Fervedo – informação registada no mandado pertencente a um processo sobre a posse das casas, após a morte de Manuel Pereira da Silva, Senhor de Fervedo. (<i>Civitas</i>, ano II, 1947, p. 149.)
1698	Casas de herdeiros de Fernão da Silva, onde vive o inglês João Mayne. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i>, A-PUB/3984, fl. 152)
1731	Casas de António de Oliveira, onde mora Guilherme Savage. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i>, A-PUB/4421, fl. 28)

Quadro 34 – Casa n.º 32

31 Julho, 1425	Nestas casas da Coroa vive Gomes Pais, Tesoureiro da Moeda. (A.N.T.T., <i>Chancelaria de D. João I</i>, Liv. 4, fl. 87v)
1430 d. ¹⁹⁶	Vasco Fernandes de Caminha. (A.D.P., <i>Contadoria da Comarca do Porto, Contcprtlv 0006</i>, fl. 114v)

¹⁹⁶ A letra ‘d’” após as datas significa que determinada pessoa viveu na casa depois da cronologia referida. Sabemos isso através da informação contida nos contratos. O mesmo se aplica quando surgir um ‘a’ – que quer dizer que a permanência da pessoa na casa foi anterior à data apresentada.

1614	Casas que Ana Freire trazia arrendadas à Coroa – informação retirada de uma doação a seu filho Manuel Pereira da Silva. (<i>Civitas</i> , ano II, 1947, p. 149.)
1614 d.	Manuel Pereira da Silva é o arrendatário destas casas. (<i>Civitas</i> , ano II, 1947, p. 149.)
1698	Casas dos herdeiros de Fernão da Silva. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i> , A-PUB/3984, fl. 152v)
1731	Casas de António de Oliveira, onde mora Guilherme Savage. A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i> , A-PUB/4421, fl. 28)

Quadro 35 – Casa n.º 33

19 Janeiro, 1430	Aforamento ao picheleiro João Vasques, genro do mestre Jani. Casas acabadas de pedraria e carpintaria. Confrontações: • Com casas que foram de Gomes Pais, Tesoureiro da Moeda; • Com casas de João de Couros; • Traseiras com casas da Alfândega e frente rua pública.
Data desconhecida	Casas de Gabriel Barreiros e Isabel Álvares. Confrontações: • Com casas que foram de Vasco Fernandes de Caminha; • Por detrás com “alfamdega do dito Senhor e per diamte com rua publica”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 1, fls. 137v – 138v.)
25 Novembro, 1501	Venda do aforamento a Luís Carneiro e Milícia Novais, por parte de Gabriel Barreiros e sua mulher ¹⁹⁷ . Casas danificadas. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i> , liv. 1, fls. 137v – 138v.)

¹⁹⁷ Interessante verificar que a carta de venda foi feita na Rua da Bainharia, nas casas da morada de Gabriel Barreiros. Ou seja, vendeu as casas que tinha na Rua Nova e foi morar para as imediações. A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 1, fls. 137v – 138v.

Quadro 36 – Casa n.º 34

15 Julho, 1428	Aforamento das casas ao mercador João do Paço e a sua mulher Senhorinha Gonçalves¹⁹⁸. Confrontações: • Com casas da Moeda; • Com casas de Afonso Anes de Sá; • Traseiras com o <i>almazem</i> e frente com rua pública. “Fez medir a certos homens boons as ditas casas e acharam nellas em longuo quatro braças menos huum palmo e d’aucho tres braças e menos huum palmo e meo”. “...acabadas fossem de pedraria e carpentaria assi e pella guisa que o sam as outras suas iguaaes de jumto com ellas”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 140v – 142.)
28 Agosto, 1453	Doação a Martim Anes de Couros e Leonor Afonso, por parte do casal acima referido: “de suas propias e livres vontades per si mesmos e per todos seus herdeiros e descendentes fizeram doaçam pera sempre ao dito Martim Annes de Couros e a sua molher Lianor Affonso e pera todos seus descendentes do aforamento das ditas casas”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 300 – 301.)
30 Julho, 1462	Venda do foro ao marinho João de Sousa, “por ser homem mancebo e abastamte pera as poder aproveitar e pagar”, por parte de Martim Anes de Couros: “De sua propria e livre vontade em seu nome e da dita sua molher per virtude da dita procuraçam fizeram e outorgarom carta de venda pera todo sempre do aforamento das ditas casas que de nos tenham que sam na dita Rua Nova <u>em que agora mora Maria Annes molher que foi d’Alvaro Rodriguiz pam e agoa que era</u>” Confrontações: • Casas onde mora o picheleiro João Vasques; • Casas que foram de Afonso Anes de Sá; • Por trás o <i>almazem</i> e frente com rua pública. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 300 – 301.)
1480 a.	“Casas honde ora mora e vive Maria Martinz molher que foi d’Alvaro Martinz pam e agoa”¹⁹⁹. Maria Martins era sogra de João de Sousa – “Joham de Sousa e de Ines Vaaz sua molher filha dela Maria Martinz”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 1, fls. 46v – 47.)

¹⁹⁸ A mulher de João do Paço é por vezes referida como Senhorinha Anes e temos também uma referência ao nome de Aldonça Martins. Não conseguimos esclarecer esta questão... talvez o primeiro nome seja erro do próprio documento; mas o segundo não tem qualquer semelhança com os outros referidos, o que nos leva a colocar a hipótese de se tratar de uma segunda mulher de João do Paço. No entanto, consideramos mais correcto apresentar esta informação, ainda que sem explicação da nossa parte.

¹⁹⁹ Constatámos o ‘erro’ na fonte documental de que os apelidos não coincidem nos dois documentos. No entanto, sabemos que se trata das mesmas pessoas, ainda que, infelizmente, não nos tenha sido possível saber qual seria o apelido correcto.

7 Julho, 1480	Maria Martins e Pero de Sousa, seu neto e filho de João de Sousa, vendem as casas a João Sanches – casas muito danificadas. “Per morte do dicto Joham de Sousa e sua molher nam ficaram nenhuuns beens soomente a casa em que ella dicta Maria Martinz vivia e que era de prazo emphatiosim d’el Rei nosso senhor e como nam tinha fazenda per honde podesse reparar e correger a dicta casa como eram obrigados segundo condiçam de seu prazo e que elles de seu proprio modo e livre vontade vendem a dita casa a Joham Sanchez”. “Com condiçam que ela dicta Maria Martinz viva em huuma camara em toda sua vida sem pagar nenhuuma cousa e elle Joham Sanchez pagara todo ao dicto Senhor segundo condiçam do dicto prazo”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 1, fls. 46v – 47.)
---------------	---

Lote 183 - Nos séculos XIV e XV a parcela era ocupada por duas casas (n.º 33 e 34).

1528 a.	Casas de Beatriz Pereira. (<i>Civitas</i>, ano II, 1946, p. 151)
1577	Venda ao comendador Cristóvão da Costa Brandão, irmão do contador Jerónimo Brandão, por parte de Maria Pereira, tutora do seu filho. (<i>Civitas</i>, ano II, 1946, p. 151)
28 Setembro, 1634	Casas de Rui Brandão – Mandado pertencente ao processo sobre a posse das casas do Morgado de Fermedo. No trabalho elaborado pelo A.H.M.P. é referido que ainda existe a porta de ligação da parcela 183 com a torre norte da Alfândega. (<i>Civitas</i>, ano II, 1946, p. 151)
1698	Meias casas: Mariana Josefa e Simão Pereira Leitão, onde vive Manuel de Campos Braga e o inglês Raimundo Ritte. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i>, A-PUB/3984, fl. 152v)
1731	Casas de Luís Brandão e Raimundo Ritte, onde mora Diogo Berguenote. (A.H.M.P., <i>Lançamento da Décima da Freguesia de S. Nicolau</i>, A-PUB/4421, fl. 28)

Quadro 37 – Casa n.º 35

8 Julho, 1390	Casas aforadas ao mercador Estevão Francisco. (A.N.T.T., <i>Chancelaria de D. João I</i>, Liv. 2, fl. 47)
---------------	---

16 Janeiro, 1395	Emprazamento a três vidas a Afonso Anes de Sá, homem do <i>almazem</i>, de uma <i>casa térrea</i>. Confrontações: • “A par do nosso almazem que esta em face das casas que de nos traz Martim Affomsso Denis”; • “Emtesta da parte de tras na parede do dito nosso almazem”; • Com outras “casas nossas”. “Mamdamos que o dito Affomsse Annes e as ditas pessoas ajam a dita casa com toda sua pertemça e alltura e que as possa acrecemtar e allevamtar e fazer em ella sobrado e sobrados quaaes e quamtos quiser e por beem tener sem outro embargo nem comtradizimento nenhuum que lhe sobre ello seja posto”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 2, fls. 59v – 60v.)
30 Novembro, 1428	Aforamento destas mesmas casas a Afonso Anes de Sá. “Tinha huumas suas casas na Rua Fermosa da dita cidade em que morava e eram avaliadas pera se derribarem pera a dita Rua Fermosa”; Afonso Anes de Sá envia uma carta a D. João I pedindo-lhe “por mercee que despois asi fossem derribadas lhe mandasse aforar as outras que se hi fizessem pollo foro das outras que estam daquella parte (...) As quaaes casas o dito Alvaro Gonçallvez disse que aforava aos ditos Afomsso Annes e Marguarida Gomez sua molher per foro pera todo sempre”. Confrontações: • Com casas que tem de foro João do Paço; • Com rua pública que “vaai pera a fonte dourina”; • “Por detras contra a porta do almazem e per diante com rua pubrica” “Assi e pella guisa que estavam feitas e acabadas de pedra e carpentaria”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, Liv. 3, fl. 49-49v.)
18 Setembro, 1430	Aforamento da loja dos Contos a Pero Afonso, escrivão dos Contos: “logea dos comtos do dito Senhor que sam juntos com a sua Alfamdegua da dita cidade”. (referido por AFONSO, José Ferrão, <i>obra citada</i>, p. 64)
1451	Emprazamento feito a Catarina Dias, filha de Diogo Gonçalves das Marinhas e Margarida Afonso, e João Dias, seu marido. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 1, fl. 93v – 94 e A.H.M.P., <i>Pasta dos Brandões Pereiras</i>, doc. 22 e 22v, referido no trabalho elaborado pelo A.H.M.P., <i>obra citada</i>)
6 Abril, 1451	Confirmação dada a Margarida Gomes, então viúva de Afonso Anes de Sá, das ditas casas aforadas. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, Liv. 3, fl. 49-49v.)

4 Dezembro, 1464	Doação do foro a João Brandão, Tesoureiro da Moeda do Porto – Escritura pública na qual Luís Coelho, escudeiro fidalgo, declara que anos atrás havia feito doação a seu primo, João Brandão, de umas casas na Rua Nova foreiras ao Rei. (<i>Archivo Historico Portuguez</i> - Lisboa, 1908, vol. VI, p. 296)
27 Novembro, 1465	Pero Afonso doa o aforamento da loja dos Contos a João Rodrigues, criado do duque de Bragança. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, Liv. 4, fl. 59-60)
2 Janeiro, 1468	Aforamento a Vasco Gonçalves. (A.D.P., <i>Contadoria da Comarca do Porto, Contcprtlv 0007</i>, fls. 12v, referido por AFONSO, José Ferrão, <i>obra citada</i>, p. 64)
27 Abril, 1498	Vendas das casas, foreiras ao rei, a Gonçalo Vaz de Pessoa e Catarina de Coiros, sua mulher, por parte de Catarina e João Dias, pois “estavam em muita necessidade e dividas por honde lhe era necessario vender as ditas casas nem menos podiam a el-rei pagar o foro dellas nem menos puderem correger segundo a condiçam do prazo”. Confrontações: • Com umas casas que trazia “Joham do Paço em que ora vive Joham Sanchez”; • Com rua pública que “vay para a fonte d’Ourinha”; • Traseiras com a porta da Alfândega. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 1, fl. 93v – 94 e A.H.M.P., <i>Pasta dos Brandões Pereiras</i>, doc. 22 e 22v.)
6 Agosto, 1499	Consentimento da venda a Maria da Cunha. (A.D.P., <i>Contadoria da Comarca do Porto, Contcprtlv 0007</i>, fls. 12v referido por AFONSO, José Ferrão, <i>obra citada</i>, p. 64)
19 Abril, 1501	Casas de Diogo Brandão, fidalgo da Casa real e contador da Fazenda do Porto – informação obtida numa carta de nomeação. (A.N.T.T., <i>Chancelaria de D. Manuel I</i>, Liv. 1, fl. 20, apud: <i>Archivo Historico Portuguez</i> - Lisboa, 1908, vol. VI, p. 298)
13 (mês desconhecido), 1528	Casas de Diogo e Isabel Nunes Brandão – testamento no qual são instituídos Capela e Morgado. (B.P.M.P., Ms. 580, <i>Memória dos Morgados de que he Administrador o Illmº Senhor José Alvo Brandão Godinho Perestrello de Azevedo</i>)
4 Agosto, 1529	Casa de Jerónimo Brandão, fidalgo da Casa real e contador do Porto – é também o primeiro administrador do Morgado dos Brandões. (B.P.M.P., Ms. 580, <i>Memória dos Morgados de que he Administrador o Illmº Senhor José Alvo Brandão Godinho Perestrello de Azevedo</i>)

1538	Os investigadores do A.H.M.P. referem no seu trabalho que existe uma escritura na qual são vinculadas à Capela estas casas da Rua Nova. E mencionam ainda que ainda hoje persiste a porta de ligação entre a cave dos Brandões Pereira e Alfândega, e com a torre norte. (A.H.M.P., <i>Quartirão da Casa do Infante...</i>, Parcela 184)
------	--

Cruzamento com a actual Rua da Alfândega

Quadro 38 – Casa n.º 36

4 Abril, 1424	Aforamento a Gil Carneiro, criado do almoxarife João de Burgos, pois tinha pedido ‘por merce’ ao rei para lhe dar umas casas, na Rua Nova, “que se ham de fazer junto com a Rua que vai pera a fonte dourina e da outra parte com outras nossas casas que se hi ham de fazer comtra a Rua Val de Peguas, para ficar perto de João de Burgos”. “...fossem feitas e acabadas de pedraria e carpintaria assi e polla guisa que forom as casas do dito Joham de França quando lhe forem entregues (...) e depos forem feitas per terra e pedra e madeira e telha (...) e querendo abrir portas comtra a Rua que vai pera aa fonte dourina que as possa abrir a sua propia despesa”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 50v - 52.)
Data desconhecida	O tabelião Diogo Lourenço herdou o foro das casas do seu sogro, Gil Carneiro. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 50v - 52.)

Quadro 39 – Casa n.º 37

15 Janeiro, 1432	Aforamento das casas “que ora fazem na Rua Nova” ao mercador João Esteves e ao alfaiate Fernando Anes. Confrontações: • Com casas “que fazem pera Gill Carneiro que tem de foro do dito Senhor”; • Com outras casas “que fazem pera Alvaro Fernandez sobrinho de Diogo Gomez que per essa mesma guisa tem aforadas”; • Traseiras com as casas de “Joham Martinz voguado em que ora vive Vasco Gomçalvez tenoeiro e per diamte com a dita rua pruvica”. “As ditas casas eram pequenas e nom aviam saída pera detras como ham as do dito Alvaro Fernamdez e assi as outras de jumto com ellas”. “Com comdiçam de lhes mandar fazer dous portaees huum tamanho como ho outro pera se cada huum delles poder lograr do seu que se podem fazer pois aimda nam sam feitos em as ditas casas e com comdiçam de lhos mandar fazer em os sobrados que vierem sobre o telhado da casa do dito Joham Martinz duas janellas pera cada huum dellos aver vista sobre si (...) fossem feitas e acabadas de carpentaria e pedraria assi e pella guisa que foram feitas as outras suas iguaeas que fazem a par dellas com os ditos portaees e janellas suso ditas e com sua sobreloga”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 298v – 300.)
------------------	---

14 Setembro, 1462	Confirmação dada a Leonor Álvares, viúva de João Esteves, do qual herdou metade das casas. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 53v – 55v.)
1505 a.	Casas do escudeiro João Faleiro e Catarina Gonçalves, sua mulher. “Humas meas casas que estam na dita cidade na Rua Nova o sobrado de baixo com sua logea e servintia por que o sobrado de cima era de Joham Gil mercador que em ella vivia assi como estavam partidas amtre elles aas quaes meas casas vevia Pero Jorge mercador”. Confrontações: • Com casas onde vive o tabelião Diogo Lourenço; • Com casas “em que vive Joham Alvarez da Maia e Pero Fernandez tabaliam”; • “Per diante a dita Rua Nova e per detras com casas em que vive Vasque Annes tonoeiro”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 53v – 55v.)
6 Junho, 1505	Venda das meias casas ao tabelião Diogo Lourenço e sua mulher, por parte de João Faleiro e Catarina Gonçalves. “Queriam vender as ditas casas e nom as querendo pera o dito Senhor que lhe desse a ello sua outorgua pera as assi poderem vender ao dito Dioguo Lourenço que as queria tomar pello dito preço (...) E elle almoxarife em nome do dito Senhor dava aa dita venda sua outorgua e consentimento por o dito Dioguo Lourenço ser homem afazendado e abonado que paguara bem o foro ao dito Senhor e mantera beem as condiçooes do dito prazo”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 5, fls. 53v – 55v.)

Quadro 40 – Casa n.º 38

27 Novembro, 1432	Aforamento a Álvaro Fernandes, pai de Fernão Álvares Baldaia. (A.D.P., <i>Contadoria da Comarca do Porto, Contcprtlv 0007</i>, fl. 13v; referido por AFONSO, José Ferrão, <i>obra citada</i>, p. 65)
Data desconhecida	Moram nestas casas o mercador Lopo Álvares e Álvaro Anes. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 1, fls. 109v – 110v.)
22 Maio, 1499	Emprazamento a João Álvares da Maia. Confrontações: • Com casas que foram do mercador Pero de Leça; • Com casas “em que vive Viçente Pessoa escudeiro de sua alteza e escripvam dos comtos”; • Traseiras com casas “em que mora Vasqu’Annes tonoeiro com sua saída” e frente com rua pública. “Huumas casas em que soia morar Lopo Alvarez mercador e Alvar’Eannes jaa finados que eram vagas”. “As quaaes pessoas que assi nomear cada hum delles nom sera de maior comdiçom que elles”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 2, fls. 41v – 42v.)

Quadro 41 – Casa n.º 39

1 Dezembro, 1423	Aforamento ao escudeiro Vasco Anes “de Cavalo”, criado de João Lopes de Azevedo. “Casas que se ham de fazer na metade da Rua de Vall de Peguas em Rua Formosa na dita cidade”. Confrontações: • Casas onde mora Rui Domingues; • Com casas e eixido que foram do ferreiro João Garçia. • Frente para a Rua Nova. “Por detras que aja huuma porta na metade das ditas casas e saída pera dita rua pruvica de Vall de Pegas”. Com condição de que “fossem feitas e acabadas de pedraria e carpintaria assi e pella guisa que foram as outras suas iguaaes que estam daquella parte <u>tirando que lhe nom façam sobrelogia porquanto a nom pode aver (...)</u> que sejam da grandura e d’anchura e feiçam segumdo que fizeram a outras que foram feitas e acabadas jumto com ellas”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 286 – 287v)
30 Maio, 1478	Aforamento a Fernão de Neiva, criado do Rei, e Maria Álvares, sua mulher. “Casas que sam na Rua Nova que arderam quando na dita cidade ouve aroio com Rui Pereira”. As casas foram todas queimadas e “era necessario fazerem grandes despesas de novo”, por tanto, Fernão de Neiva “se obrigou de correger as ditas casas aa sua propria custa e despesa e dhi em diante as reparar e correger de todo o que lhe mester fezer”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 1, fls. 44 – 45.)
6 Novembro, 1502	Confirmação do aforamento a Vicente Pessoa, escrivão dos Contos da cidade. As casas ficaram-lhe aquando da morte do sogro, Fernão de Neiva. “Ponha as armas nossas pintadas aa porta das ditas casas abertas em pedra pera se em todo tempo saber como nos pertencem e sam foreiras na dita contia”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 1, fls. 44 – 45.)

Quadro 42 – Casa n.º 40

1465 a.	Vive nestas casas Vicente Anes (de Miranda), criado de Martim Afonso de Miranda. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 57 – 58.)
4 Junho, 1465	Aforamento a João da Fonseca, “escripvam das sisas do aver do peso e ferro e madeira”, e sua muher Inês Vaz: “Huumas casas que sam do dito Senhor que estam na dita Rua Nova em que atee ora morou Vicemte Annes criado de Martim Affonso de Miramda ja finado e ora vivia em ellas sua molher Catellina Diaz” – Ficaram-lhe as casas por ser casado com Inês Vaz, filha de Vicente Anes. Confrontações: • Com casas dos herdeiros de Vicente Anes “do Cavalo”; • Com casas onde mora o ourives Cristóvão Fernandes, “que foram de Joham Amdre tosador”; • “Per detras com a Rua Valle de Peguas e per diamte com rua pruvica”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 4, fls. 57 – 58.)

Quadro 43 – Casa n.º 41

1460 a.	Casas do tosador João André e sua mulher, Leonor Gonçalves. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 291v – 293.)
13 Agosto, 1460	Doação do foro ao ourives Cristóvão Fernandes e Catarina Vaz, sua mulher. Doadas por Leonor Gonçalves, viúva de João André tosador, por não as poder manter – “Lianor Gonçalves em como ao Senhor Deus trouviera em estado de viuva em como ella nom he em tall de posiçam pera poder manter nem soportar as ditas casas e comdiçoees do dito aforamento”. “...consideramdo ella a grande amizade que ella tem com Cristovam Fernandez ourivez e com Caterina Vaaz sua molher (...) e como elles sam taes pessoas que podem bem manter as ditas casas e comdiçoees de aforamento (...) fez pura inrevogavell doaçom pera todo sempre...”. Confrontações: • Com casas onde mora Vasco Anes de Miranda; • “Partem de hum cabo com casas em que mora Joham Estevez de Barcellos marinheiro”; • “Per detras com Rua de Sam Nicullaao e per diamte com a dita Rua Nova”. “Em todos os dias de sua vida della Lianor Gomçalvez ella mora e viva no sobrado de fumdo das ditas casas assi como vai da Rua Nova ata detras emtestar no departamento da casa que esta no dito sobrado de fundo que ora traz ho gemrro de Martim Gonçalves d’Espada/ de Sepeda por annos arremdada e mais aja ella pera si a logea descomtra as casas em que mora ho dito Vasque Annes de Miramda e sem ella Lianor Gonçalves do dito sobrado e logea pagar renda nem dinheiro nem outra cousa alguuma mas que de todo ella viva em ho dito sobrado e logea foira escomta e que com ho dito Cristovam Fernamdez e sua molher e herdeiros fique pera em ella morarem ho sobrado de cima com sua cozinha assi como vaai teer no dito departamento da casa em que assi mora ho gemrro do dito Martim Gonçalves e que ho portall maior e a logea maior fique com o dito Cristovam Fernandez e sua molher e ho mais pequeno portall fique pera serventia de todos elles e que elles Cristovam Fernamdez e sua molher corregam as ditas casas assi ho sobrado de fumdo a cima e do telhado e das outras cousas que lhes comprir as custas delle Cristovam Fernamdez e sua molher”. E só depois da sua morte é que as ditas casas “todas de fundo a cima com suas logeas fiquem livres e desembarguadas aos ditos Cristovam Fernamdez e sua molher e a seus herdeiros”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fls. 291v – 293.)

27 Maio, 1492	Venda do foramento das casas ao ourives Pero Anes e sua mulher, Maria Anes, por parte de Catarina Vaz, viúva de Cristóvão Fernandes, pois estava pobre e endividada, não podia pagar o foro. Para além disso, as casas estavam muito danificadas. A situação de Leonor Gonçalves manteve-se igual, mesmo depois da venda das casas²⁰⁰. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 1, fls 107 – 108)
---------------	--

Quadro 44 – Casa n.º 42

26 Janeiro, 1438	Aforamento a Vasco Gonçalves. (referido por AFONSO, José Ferrão, <i>obra citada</i>, p. 67)
3 Dezembro, 1452	Venda do aforamento ao barbeiro Luís Anes e a Isabel Lourenço, sua mulher, por parte do tanoeiro João Afonso e Aldonça Gil, sua mulher. Confrontações: • Com casas “em que mora Joham Amdre tosador”; • Com a Igreja de S. Nicolau; • “Per detras com ferraria de Sam Nicullao e por diamte com rua pruvica”. • (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fl. 287v - 289.)
Janeiro, 1453	Tomada de posse das casas “homde mora Joham Afomsso tanoeiro”, por parte de Luís Eanes. “Dellas tomou a posse das sobreditas casas per pedra terra telha e per corporall apegamento e telhamento que em ellas fez abrimdo e fechamdo as portas dellas (...) sem contradizmento de nenhuuma pessoa salvo Alvaro Vasquez pam e aguoá que presente estava mercador morador em a dita cidade nas ditas casas a quall posse disse que contradizia por quanto tinha a metade das ditas casas remdadas por certos direitos segundo disse que se comtinha em estormento feito per Afomsso Gill taballiam da dita cidade”. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fl. 287v - 289.)
4 Setembro, 1462	Aforamento a Isabel Lourenço e João Esteves. Parece-nos que Isabel Lourenço casou pela segunda vez com João Esteves e pedia ao Rei que lhe aforasse, a ela, as ditas casas, que outrora, pertenceram ao seu primeiro marido. (A.N.T.T., <i>Leitura Nova, Além Douro</i>, liv. 3, fl. 287v - 289.)

²⁰⁰ Apesar de, na doação que fez a Cristóvão Fernandes e mulher, ter sido registado que “aconteçemdo que ho dito Cristovam Fernamdez e sua molher ou seus herdeiros ou cada hum delles vendam ou doem as ditas casas e aforamento dellas a outra allguuma pessoa vivente ella Lianor Gonçallvez que ella avia esta doaçom por nenhuuma nem podessem della jamais usar o dito Cristovam Fernamdez e sua molher sem seus herdeiros delles” (A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fls. 291v – 293.), Ferrão Afonso transcreve parte da carta de venda que está nos livros da Contadoria (A.D.P., *Contadoria da Comarca do Porto, Contcprtlv 0006*, fls. 129-130), onde refere as condições de Leonor Gonçalves no que respeita a sua permanência no “sobrado do fundo.

Quadro 45 – Casa n.º 43

7 Junho, 1480	Aforamento a João Esteves de um chão junto da casa atrás, entre ela e S. Nicolau, para nele construir uma casa. “Trazia por aforamento humas casas da Rua Nova do dito Senhor que estan no cabo da rua jumto com Sam Nicolao e que a boqua delas esta huma saida que pertence aas ditas casas e que alem do foro que assi em cada huum anno paga ao dito Senhor que dando lhes allmoxarife e comtador lugar que le acrecentasse na dita saida huuma casa e fazer em ella bemfeitoria a quall nunca for a aproveitada”. (A.D.P., <i>Contadoria da Comarca do Porto</i>, Contcprtiv 0007, fl. 13v; referido por AFONSO, José Ferrão, <i>obra citada</i>, p. 68)
---------------	--

Quadro 46 – Profissões dos foreiros

Foreiros	Profissão	Foreiros	Profissão
Afonso André	Mercador-mor	João de Aragão (filho)	Escudeiro
Afonso Anes	Contador	João de Sousa	Marinheiro
Afonso Anes de Sá	Homem do Armazém	João do Paço (Aldonça Rodrigues)	Mercador
Afonso Vasques de Calvos	Vassalo do Rei e criado do duque de Bragança	João Esteves	Mestre
Álvaro Dinis	Mercador	João Esteves de "Vila Nova"	Mercador
António Fernandes das Póvoas	Mercador	João Esteves de Valença	Contador
Cristovão Fernandes	Ourives	João Gil	Mercador
Estevão Gil	Correeiro	João Lopes	Escudeiro
Fernand'Anes	Escudeiro fidalgo	João Martins	Procurador
Fernando Afonso	Criado de Martim Gil (escrivão da Fazenda)	João Rodrigues (Andorinho)	Escudeiro; criado de D. Afonso Meneses
Fernando Anes Póvoas	Mercador	Lopo de Calvos	Mercador
Fernão Álvares Baldaia	Mercador	Lopo Vaz Soares	Cavaleiro e Almoхарife da Alfândega
Fernão Anes Cubas	Escudeiro	Lourenço Pires	Tabelião
Fernão de Neiva	Criado do Rei	Luís Coelho	Escudeiro fidalgo
Fernão Luís	Mercador	Maria Vasques/Vaz	Ama
Fernão Vaz (de Avintes)	Cavaleiro	Mestre Jani	Picheleiro e mercador
Gabriel Gonçalves	Cavaleiro e Almoхарife da Alfândega	Nuno Rodrigues	Picheleiro

Gil Afonso	Correeiro	Pedro Afonso (de Coimbra)	Criado do Rei e Recebedor das sisas dos panos
Gil Carneiro	Criado de João de Burgos	Pedro Anes	Ourives
Gil Gonçalves	Mercador	Pero Gonçalves Privado	Mercador
Gil Vicente	Homem do Rei	Salvador Eanes	Tabelião
Gonçalo Anes Adão	Tanoeiro	Vasco Anes	Criado de Estevão Lourenço (alcaide da Moeda)
Gonçalo do Souto	Mercador	Vasco Gil	Mercador
João Afonso	Porteiro dos Contos	Vicente Gonçalves	Tanoeiro
João Afonso	Barbeiro-mor	Vicente Pessoa	Escudeiro e Escrivão dos Contos do Porto
João Brandão	Tesoureiro da Moeda no Porto	Luís Anes	Barbeiro
João Carneiro	Mercador	João Afonso	Tanoeiro
João da Fonseca	Escrivão das sisas do haver do peso, ferro e madeira		

Quadro 47 – Profissões dos restantes moradores

Moradores	Profissões	Moradores	Profissões
Diogo da Rocha	Tabelião	Vasco Esteves	Recebedor das Terçenas
Diogo Lourenço	Tabelião	Nicolau Domingues	Patrão
Pero Fernandes	Tabelião	Álvaro Vaz	Almoxarife
Pero de Leça	Mercador	Diogo Rodrigues de Araújo	Cavaleiro da Casa Real
Álvaro Vaz e mulher	Amos do Infante D. Pedro	Vasco Martins	Alcaide de Leiria
Estevão Domingues	Ferrador	Bento Gonçalves	Mercador
Pedro Anes	Mercador	Álvaro Gil	Mercador

João Sanches	Mercador	Nicolau Gonçalves	Mercador
Fernão Pires	Esteireiro	João de Burgos	Almoxarife
João Garçia	Ferreiro	João Martins	Vogado
Afonso Anes	Criado do Rei	Vasco Gonçalves	Tanoeiro
Álvaro Esteves	Carpinteiro	Rodrigo Álvares	Barbeiro
Lourenço Martins	Alcaide de Leiria	António Fernandes Cubas	Escrivão das Sisas
João Pires	Almoxarife das Terçenas	Gonçalo Fernandes	Mercador
Luís Álvares de Sousa	Vedor da Fazenda	Sebastião Rodrigues	Picheleiro
Manuel Gonçalves	Mercador	João Afonso	Ourives
Pedro Afonso	Ferrador	Fernão Novais	Procurador
João Esteves de Menelas	Marinheiro	Afonso Anes	Feitor
João Vaz	Picheleiro	Álvaro Gonçalves da Maia	Vedor da Fazenda
Vasco Gonçalves	Mercador	Martim Lourenço (pai de João Martins Ferreira, mercador)	Caldeireiro
Pero Afonso	Escrivão dos Contos	João Álvares	Porteiro dos Contos de Ceuta
Afonso Gil	Tabelião	Afonso Leite	Cavaleiro
Luís Gonçalves	Mercador	Pero Fernandes	Alfaiate
João André	Tosador	Jorge Anes	Cutileiro
Fernão Vaz	Criado de Fernão Coutinho	Fernão Vicente	Criado do Rei e tabelião
João de Matos	Contador (de Ceuta)	Pero Martins	Barbeiro
Álvaro Fernandes	Escrivão da Moeda	Vicente Anes	Criado de Martim Afonso de Miranda
Gomes Pais	Tesoureiro		

Quadro 48 – Número de foreiros por profissão

Profissões	Nr. Foreiros	Profissões	Nr. Foreiros
Ourives	2	Marinheiro	1
Criado do Rei	2	Vassalo do Rei	1
Escrivão dos Contos do Porto	1	Ama	1
Escudeiro fidalgo	2	Almoxarife da Alfândega	2
Mercador	15	Cavaleiro	3
Tanoeiro	3	Escrivão das sisas do haver do peso, ferro e madeira	1
Criado de outrém	5	Barbeiro-mor	1
Homem do Armazém	1	Tesoureiro da Moeda no Porto	1
Picheleiro	3	Recebedor das sisas dos panos	1
Tabelião	2	Contador	2
Homem do Rei	1	Procurador	1
Escudeiro	5	Mestre	1
Correio	2	Barbeiro	1
Porteiro dos Contos	1		
TOTAL	45		18

Quadro 49 – Número de moradores por profissão

Profissões	Nr. Moradores	Profissões	Nr. Moradores
Tabelião	5	Escrivão da Moeda	1
Mercador	10	Recebedor das Terçenas	1
Amos do Infante D. Pedro	2	Patrão	1
Ferrador	2	Almoxarife	2
Esteireiro	1	Cavaleiro da Casa Real	2
Ferreiro	1	Vogado	1
Criado do Rei	2	Tanoeiro	1
Carpinteiro	1	Barbeiro	2
Alcaide de Leiria	2	Escrivão das Sisas	1
Almoxarife das Terçenas	1	Ourives	1
Vedor da Fazenda	2	Procurador	1
Marinheiro	1	Caldeireiro	1
Picheleiro	2	Porteiro dos Contos de Ceuta	1
Escrivão dos Contos	1	Feitor	1
Tosador	1	Alfaiate	1
Criado de	2	Cutileiro	1
Contador	1	Tesoureiro	1
Total	37		20